

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

PAULO JOSÉ DE PAIVA

“NORTE PIONEIRO” E SALTO DO ITARARÉ: HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL EM
SALA DE AULA

PONTA GROSSA
2022

PAULO JOSÉ DE PAIVA

“NORTE PIONEIRO” E SALTO DO ITARARÉ: HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL EM
SALA DE AULA

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em História na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Mestrado Profissional na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Área de Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Jean Carlos Moreno.

PONTA GROSSA
2022

P149 Paiva, Paulo José de
"Norte Pioneiro" e Salto do Itararé: História Regional e Local em sala de aula
/ Paulo José de Paiva. Ponta Grossa, 2022.
143 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História - Área de
Concentração: Ensino de História), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Jean Carlos Moreno.

1. Ensino de História. 2. História Local. 3. História Regional. 4. História
Indígena. 5. Salto do Itararé. I. Moreno, Jean Carlos. II. Universidade Estadual de
Ponta Grossa. Ensino de História. III.T.

CDD: 981.62



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



Universidade
Estadual de
Ponta Grossa

TERMO DE APROVAÇÃO

PAULO JOSÉ DE PAIVA

"NORTE PIONEIRO" E SALTO DO ITARARÉ: HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL EM SALA DE AULA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ensino de História, no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 02 de março de 2022, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Jean Carlos Moreno (UEPG - Orientador)

Prof. Dr. Paulo Eduardo Dias de Mello (UEPG)

Prof.ª Dr.ª Janete Leiko Tanno (UENP)

Ponta Grossa, 02 de março de 2022.

Ao meu querido irmão, Carlos Eduardo de Paiva (in memoriam). Viverá para sempre em nossas lembranças e corações.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Dr. Jean Carlos Moreno, que demonstrou serenidade, humanidade e paciência, aliada à grande competência nas orientações para esta dissertação.

Aos professores, Dr. Paulo Eduardo Dias de Mello e Dra. Janete Leiko Tano, por aceitarem fazer parte de minha banca, cooperando com importantes sugestões de leitura e contribuições temáticas.

A todos os professores do curso de Mestrado Profissional em Ensino de História, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela dedicação e comprometimento com que lecionam suas disciplinas.

À minha esposa, que sempre me apoiou em minhas decisões, colaborando com amor, amizade e compreensão nos momentos de dificuldades. À minha filhinha, que é um raio de luz em nossas vidas.

Aos meus pais, que me orientaram sempre na direção correta, da retidão, do respeito ao próximo e da justiça.

“A vida é como uma história: o que importa não é o tempo que dura, mas o quão boa ela é” (Sêneca).

RESUMO

No presente trabalho apresentamos a problemática de quais temas abordar e que estratégias utilizar para dar sentido ao ensino da história local com alunos do Ensino Médio. Objetivamos o uso da história regional e local em sala de aula, representados pela região do “Norte Pioneiro” paranaense e no município de Salto do Itararé, respectivamente. Estruturamos a pesquisa a partir de investigações em bibliografias e documentação sobre o “Norte Pioneiro” e Salto do Itararé. A partir desses dados, elaboramos um material educativo em forma de sequência didática, onde abordamos duas vertentes: a colonização e a reocupação do território dando ênfase à questão da invisibilidade indígena; e os documentos oficiais que retratam o poder político estabelecido, além de fotografias e imagens que contam sobre o cotidiano que vai se construindo na sociedade saltense.

Palavras-chave: Ensino de História; História Local; História Regional; História Indígena; Salto do Itararé.

RESUMEN

En el presente trabajo presentamos el problema de qué temas abordar y qué estrategias utilizar para dar sentido a la enseñanza de la historia local con estudiantes de secundaria. Nuestro objetivo es utilizar la historia regional y local en el aula, representada por la región del “Norte Pioneiro” de Paraná y el municipio de Salto do Itararé, respectivamente. Estructuramos la investigación a partir de investigaciones en bibliografías y documentación sobre el “Norte Pioneiro” y el Salto do Itararé. A partir de estos datos, desarrollamos un material educativo en forma de secuencia didáctica, donde abordamos dos aspectos: la colonización y reocupación del territorio, enfatizando el tema de la invisibilidad indígena; y los documentos oficiales que retratan el poder político establecido, además de fotografías e imágenes que dan cuenta de la cotidianidad que se va construyendo en la sociedad saltense.

Palabras llave: Enseñanza de la Historia; Historia local; Historia Regional; Historia Indígena; Salto de Itararé.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Mesorregião do “Norte Pioneiro” Paranaense.....	44
Figura 2 - Desmembramento de municípios da Mesorregião do “Norte Pioneiro” Paranaense	59
Figura 3 - Mapa do estado do Paraná, com o município de Salto do Itararé em destaque.....	75
Figura 4 - Limites territoriais do município de Salto do Itararé	76
Figura 5 - Recorte de mapa, estado do Paraná em 1908	79
Figura 6 - Decreto N° 33, de 21 de janeiro de 1901	84
Figura 7 - Recorte de mapa, estado do Paraná em 1938	85
Figura 8 - Lei Estadual 4.245, de 25 de junho de 1960. Criação do município de Salto do Itararé	89
Figura 9 - Mapa do Paraná com a mesorregião do “Norte Pioneiro” em destaque.....	101
Figura 10 - Recorte do mapa político do estado do Paraná em 2015	101
Figura 11 - Desmembramento de municípios da região de Salto do Itararé	103
Figura 12 - Recorte de mapa do Paraná em 1896	104
Figura 13 - Recorte de mapa etno-histórico do Brasil, adaptado do mapa de Curt Nimuendaju (1945)	106
Figura 14 - Áreas indígenas no Paraná em 2006.....	108
Figura 15 - Decreto N. 33, de 21 e janeiro de 1901	115
Figura 16 - Lei n. 4245 de 25 de julho de 1960	116
Figura 17 - Continuação da Lei n. 4245 de 25 de julho de 1960.....	117
Figura 18 - Ata de posse do primeiro prefeito municipal e Ata N° 1 das sessões legislativas da Câmara de Vereadores de Salto do Itararé	119

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Corredeiras do rio Itararé, próximo ao núcleo urbano (Década de 1960).....	77
Fotografia 2 - Flâmula comemorativa, da inauguração da ponte entre Salto do Itararé e Barão de Antonina.....	81
Fotografia 3 - Balsa utilizada na travessia do rio Itararé, próximo ao centro urbano de Salto do Itararé (Década de 1950)	82
Fotografia 4 - Vista da Balsa utilizada na travessia do rio Itararé (Década de 1950).....	82
Fotografia 5 - Antiga matriz do município de Salto do Itararé, demolida em 1979 (Década de 1960).....	86
Fotografia 6 - Fachada do Cine Saltense (Década de 1960)	88
Fotografia 7 - Visão panorâmica da balsa que fazia a travessia pelo rio Itararé (Década de 1940).....	121
Fotografia 8 - Vista da balsa que fazia travessia pelo rio Itararé (Década de 1950)	122
Fotografia 9 - Travessia da balsa pelo rio Itararé (Década de 1950)	122
Fotografia 10 - Vista do entroncamento entre as ruas Agenor Frizo e Eduardo Bertoni, centro da cidade de Salto do Itararé (Década de 1960).....	124
Fotografia 11 - Desfile em comemoração cívica da emancipação do município de Salto do Itararé (Década de 1960)	124
Fotografia 12 - Desfile em comemoração cívica da emancipação do município de Salto do Itararé (Década de 1960)	125
Fotografia 13 - Fachada do Cine Saltense (Década de 1960)	128
Fotografia 14 - Interior do Cine Saltense (Década de 1960)	128

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNSA	Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos
CTNP	Companha de Terras do Norte do Paraná
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FAFIJA	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
ITCG	Instituto de Terras, Cartografia e Geologia
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
TI	Terras Indígenas
UENP	Universidade Estadual do Norte do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	19
1.1 HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL NO ENSINO DE HISTÓRIA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES	19
1.2 A CONSTITUIÇÃO DE UMA TRADIÇÃO: A HISTÓRIA ESCOLAR	23
1.3 HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL: POTENCIALIDADES EDUCATIVAS	31
CAPÍTULO 2 – “NORTE PIONEIRO” E SALTO DO ITARARÉ	44
2.1 REGIÃO “NORTE PIONEIRO” DO ESTADO DO PARANÁ	44
2.2 SALTO DO ITARARÉ	75
CAPÍTULO 3 – SALTO DO ITARARÉ: DO “VAZIO DEMOGRÁFICO” À TERRA DE MUITAS GENTES	91
3.1 APRESENTAÇÃO	91
3.2 SEQUÊNCIA DIDÁTICA E DOCUMENTAL	95
3.2.1 Aula 01 - Apresentação da sequência didática e atividade diagnóstica	96
3.2.2 Aula 02 - História regional do “Norte Pioneiro” e história local de Salto do Itararé	97
3.2.3 Aulas 03, 04, 05 e 06 - Localização do “Norte Pioneiro” e de Salto do Itararé	100
3.2.4 Aulas 07, 08 e 09 - Origens do núcleo urbano de Salto do Itararé	110
3.2.5 Aulas 10 e 11 - Salto do Itararé através dos documentos oficiais	114
3.2.6 Aulas 12, 13 e 14 - Salto do Itararé através de fotografias	120
3.2.7 Aula 15 - Análise avaliativa	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS	137

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa encontra-se ligada à história de vida no âmbito pessoal e profissional deste pesquisador, e penso que não poderia ser diferente, afinal, somos também frutos de nosso meio.

No âmbito pessoal, pois o gosto pela história sempre permeou a minha vivência desde tenra idade, me sentava para ouvir as histórias antigas da região e do município, contadas pelo meu falecido avô paterno, nascido em Salto de Itararé, no ano de 1922; viveu nessa região desde então, acumulando relatos e memórias acerca da localidade.

No âmbito profissional, iniciou nos primórdios do século atual, no ano de 2003 para ser preciso, quando comecei a lecionar minhas primeiras aulas. Isso se deu após a graduação, trilhada entre 1997 e 2000, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho (FAFIJA), atualmente integrante da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Iniciei a vida profissional no município de Sengés, estado do Paraná, exatamente no Bairro de Ouro Verde, distante cerca de 60 km da sede. O bairro era formado por trabalhadores da extração da madeira, o pinus, com estudantes filhos desses extrativistas ou, quando do noturno, os próprios operários que passavam o dia todo no “mato”, como eles se referiam ao dia de trabalho nas plantações de pinus e eucalipto. No ano seguinte, na sede municipal desta localidade comecei a trilhar o caminho como professor do componente curricular História, na Educação Básica.

Em 2005 consegui a almejada remoção para o município de meus pais, Salto de Itararé, localizado na região Norte do estado do Paraná, limítrofe ao estado de São Paulo. Notadamente, em relação à quantidade de habitantes, é um município pequeno, com menos de cinco mil cidadãos, contudo, é grande em importância histórica e em significações para o ensino de história. Notei essa característica em meus anos de trabalho na Educação Básica e, em especial, no Ensino Médio desta cidade, onde ganhei experiência e reparei a ausência da história da localidade e seu entorno nos conteúdos da disciplina.

Há aproximadamente dezesseis anos lecionando nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio da citada cidade, sempre busquei práticas pedagógicas que trouxessem sentido à vida dos estudantes. Afinal, qual o sentido da educação se não for significativo ao jovem presente na escola? Se o conhecimento

adquirido não trazer mudanças expressivas ao seu modo de ver o mundo, de se relacionar com o outro e consigo mesmo?

Sempre me causou estranhamento o fato de não haver nenhum espaço para a história local no Ensino Médio, constatado em anos de trabalho com turmas matutinas e noturnas da referida etapa da Educação Básica. Dessa forma, esta pesquisa suscita a seguinte problemática: quais temas abordar e quais estratégias utilizar para dar sentido à história local com alunos do Ensino Médio?

Com isso, nos propomos a lançar um novo olhar sobre a história regional e local, onde todos os personagens que formam a região do “Norte Pioneiro¹” Paranaense e do nosso município de Salto do Itararé tenham sua memória representada, com destaque para os povos originários. Faz-se importante a criação de um material didático que traga à tona esta representação dos esquecidos pela historiografia, esta que, ao longo do tempo, protagonizou a figura do “pioneiro”, particularmente do paulista e mineiro, em detrimento, principalmente, neste caso, do indígena.

Considero a história regional e local de relevância no processo de ensino-aprendizagem, dentro dos conteúdos da disciplina de História. Ao presenciar a distância de alguns conteúdos com a realidade do estudante, notei a dificuldade de uma aprendizagem significativa dos conteúdos abordados nas aulas, singularmente no Ensino Médio noturno. Afinal, qual é o real interesse do estudante que passou o dia trabalhando na pequena propriedade rural da família? Ou que passou o dia em frente às máquinas de costura ou das fábricas de calça jeans, principal fonte de trabalho em Salto do Itararé? Aprender sobre a formação das monarquias nacionais europeias? Sobre o reinado de Henrique VIII ou sobre as fases do Renascimento, quando não há a formação de seu próprio município exposto nas aulas de História?

Essas indagações sempre percorreram minha vida profissional: qual sentido alguns conteúdos abordados nas aulas possui para os discentes da Educação Básica, em especial do Ensino Médio. Esses estudantes trabalhadores têm necessidades variadas, que pode ser a compra de uma moto, aspirada por alguns, ou o que é imprescindível para a maioria, contribuir para as despesas familiares.

¹ No decorrer do trabalho, verificaremos que o adjetivo “pioneiro” se trata de uma construção ideológica e excludente. Na falta de um nome mais adequado para denominar a região, manteremos seu uso tradicional sempre entre aspas para indicar os limites desta representação.

Como prender a atenção e trazer significância para o ensino de História, quando os temas se encontram tão distantes desses jovens estudantes - trabalhadores em sua maioria - tanto no tempo quanto no espaço? Para moradores de um pequeno município, qual é a importância de saber detalhes sobre a história da Europa, continente que poucos ou mesmo nenhum deles conhecerão pessoalmente. Uma história conteudista e europeizada, em contrapartida, a história de formação da própria região, nesta pesquisa representada pelo “Norte Pioneiro” Paranaense, ou de sua própria localidade, Salto do Itararé, não são nunca - ou quase nunca - abordados.

Com cerca de dezoito anos de experiência na Educação Básica e dezesseis em apenas uma localidade, raramente fiz uso da história local nas aulas. Saliento que, nessas poucas vezes, não realizei da maneira mais adequada, *mea-culpa*, considerando aprendizagem adquirida com essa pesquisa. Essas aulas ocorriam apenas nas comemorações de aniversário de emancipação do município de Salto do Itararé, em que eram levados aos alunos os dados de legislação relativos à cidade e fotos dos prefeitos e agentes políticos anteriores e atuais. Não trabalhávamos nem mesmo as relações de poder e controvérsias naturais em um processo de ocupação territorial e formação de um município.

A história local tem grande potencial de inculcar sentido à aprendizagem adquirida na escola, e, por conseguinte, à vivência do estudante. Por isso, iniciei a pesquisa com esse intuito, de refletir sobre as possibilidades e limites da história regional e local na sala de aula da Educação Básica, com grande foco no Ensino Médio. Além disso, busco trazer o educando para a história, não somente a eurocêntrica dos livros didáticos, mas a história da sua comunidade, do seu entorno, nas quais eles também são protagonistas.

Contudo, nesse caminho alguns problemas surgiram, afinal: como encontrar as fontes históricas sobre um município de pequeno porte? Para conseguir essa documentação foi muito difícil. Foram realizados esforços junto ao Arquivo Público Estadual, que colaborou via e-mail com o envio da legislação do final do século XIX e início do XX, acerca do município de Salto do Itararé e de municípios circunvizinhos, ou que tinham relação com suas origens e formação. Recorreu-se, também, a trabalhos de memorialistas, tanto sobre os municípios da região quanto de Salto do Itararé.

Tendo em vista o isolamento social causado pela pandemia de Covid-19 nos anos decorrentes desta pesquisa, não foi possível utilizar da história oral, de grande

valia quando se trata de pesquisa histórica em pequenas localidades. As pessoas entrevistadas seriam de idade avançada, então como fazê-lo sem oferecer risco ao entrevistado e ao entrevistador? De semelhante modo, a utilização dos arquivos familiares também teve de ser descartada como recurso, pois além da pandemia, ainda envolveria um trato muito dispendioso de dados, e em uma pesquisa o tempo trabalha como vilão. Tal procedimento demandaria muitos diálogos e busca de vestígios das famílias, para o qual dois anos de mestrado - ou um ano para fazer-se essa pesquisa, descontando o período para fazer as disciplinas – e o trabalho em dois padrões na rede pública estadual, não seriam suficientes para um trabalho mais criterioso neste sentido.

O caminho foi reconduzido para a documentação mais tradicional e releituras das poucas bibliografias historiográficas e memorialísticas já produzidas. Após as primeiras investigações, enfatizamos na história da reocupação territorial na região do município de Salto do Itararé e de municípios de seu entorno, ademais, na invisibilização da população originária no trabalho dos memorialistas.

Neste contexto, a dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro, investigo as tramas que envolvem o ensino de História e as possibilidades de significação da história regional e local. Neste capítulo, estamos acompanhados de alguns autores e bibliografias sobre a história do ensino de história, com destaque para os estudos das professoras Circe Maria Fernandes Bittencourt (2018), Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schimdt (2012), Sandra Cristina Donner (2012), Neila Ferraz Moreira Nunes (2020), Maria Aparecida Leopoldina Tursi Toledo (2005) e Elza Nadai (1993). Como referência também os professores Ricardo Oriá Fernandes (1995), José D' Assunção Barros (2005) e Erivaldo Cavalcanti (2018), além, é claro, dos conteúdos da disciplina de História do Ensino de História, ministrada pelo professor Paulo Eduardo Dias de Mello. Várias foram também as bibliografias relacionadas às possibilidades e limites da história local, somando às acima relacionadas, Luís Fernando Cerri (2013), Helder Alexandre de Medeiros de Macedo (2017) e Vilma Lurdes Barbosa (2006).

O segundo capítulo encontra-se dividido em duas partes, a primeira abordou a região do “Norte Pioneiro” Paranaense, divisão geográfica que perdurará de 1989 a 2017, formado por 46 municípios, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ainda, estava subdividida em cinco microrregiões: Assaí, Cornélio Procópio, Ibaiti, Jacarezinho e Wenceslau Braz, em que Salto do Itararé compunha

última microrregião. Ressalta-se que manteremos o nome “Norte Pioneiro”, até inclusive não mais utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como forma de facilitar o entendimento do discente sobre a qual localização estamos nos referindo historicamente.

Para a região do “Norte Pioneiro” e de alguns de seus municípios, foram importantes as pesquisas realizadas por Ruy Christovam Wachowicz, no livro “Norte Velho, Norte Pioneiro”, escrito em 1987, que serviu de base para vários escritos sobre a região posteriormente. Apesar de apresentar uma visão um pouco antiquada da História, foram importantes as fontes levantadas pelo historiador. Com visão parecida, utilizei também os escritos de Renê Mussalam, notadamente em sua dissertação, intitulada “Norte Pioneiro do Paraná: formação e crescimento através dos censos”, escrita em 1974. O livro “Pioneiros e fazendeiros de São Paulo” (1984), do geógrafo Pierre Monbeig foi também referência importante para os escritos de minha dissertação, em menor número, visto que o foco dos seus estudos foi a expansão da agenda capitalista no estado de São Paulo, e não o Paraná, mas abrange em alguns trechos o norte paranaense.

Ainda sobre essa primeira parte do segundo capítulo, não posso deixar de citar os trabalhos que trouxeram outra questão à pesquisa, que é a invisibilidade da população originária, que sofreu e ainda sofre um apagamento na historiografia tradicional sobre o “Norte Pioneiro”. O primeiro é o professor Nelson Dacio Tomazi, com seu trabalho denominado “História do Paraná – Histórias e Fantasmagorias” (1997), no qual trabalha o imaginário em relação ao conceito de “Norte do Paraná”, como sinônimo de progresso, modernidade e colonização pioneira. O autor questiona o silenciamento historiográfico sobre a violência e exclusão, principalmente das populações indígenas que habitavam e habitam a região norte do estado, e utiliza, inclusive, o termo (re)ocupação para referir-se a esse processo de formação dos municípios do Norte paranaense. Outro trabalho que contribui para as discussões sobre esse silenciamento em relação aos povos originários, é o elaborado por Aluizio Alfredo Carsten, intitulado “Ocupação humana na bacia do rio das Cinzas: uma história de povos sem história” (2012), no qual o autor utiliza pesquisas arqueológicas para desconstruir a ideia do vazio demográfico, quando relacionado à região, destacando a presença indígena milenar na referida bacia hidrográfica, que compõe parte do “Norte Pioneiro”. Por fim, sobre a questão indígena, gostaria de destacar também as

pesquisas de Manuela Carneiro da Cunha (2012) e Maria Regina Celestino de Almeida (2017).

Trabalhos de memorialistas foram largamente utilizados também, com referências aos municípios limítrofes a Salto do Itararé, e/ou com correlação às suas origens. Em todos eles, encontramos essa ausência da história que trata dos povos originários como os primeiros habitantes do território.

Na segunda parte do segundo capítulo, utilizei as rasas bibliografias a respeito de Salto do Itararé, que trazem os indígenas em seus escritos, destacando os primeiros nomes da localidade. Uma delas, utilizada oficialmente nas aulas dos anos iniciais do Ensino Fundamental, entra em controvérsia, pois ao mesmo tempo que destaca os primeiros nomes como Passo dos Índios e Santo Antonio dos Índios, ressalta no mesmo texto o fato de serem terras desabitadas, à espera do “pioneiro”. Em outras, a referência é quase nula, sobressaindo algumas poucas linhas a respeito desses habitantes originários, notado também no discurso e na memória, construídos pela coletividade saltense.

Procurei partir para os escritos com documentação, que se tornou possível quando solicitado junto ao Arquivo Público Estadual de legislação específica sobre a região e localidade. Agradeço muito, pois foi prontamente atendido, inclusive com digitalização e envio de documentos via e-mail. Além dos trabalhos dos memorialistas referidos, também contribuí para a escrita deste capítulo: os documentos da Paróquia Santo Antonio de Pádua, na figura do Livro Tombo; e fotos cedidas pelos poucos cidadãos saltenses que consegui contatar - devido à pandemia -, que prontamente disponibilizaram material de interesse histórico, aos quais também devo gratidão.

No terceiro e último capítulo é dado forma a um projeto educativo, personificado em uma sequência didática, com duração de 15 aulas ou de meio trimestre do ano letivo. Devido à pluralidade temática, optamos por dividir a sequência didática em duas partes complementares. A primeira parte refere-se às reflexões sobre a colonização e reocupação do território do “Norte Pioneiro” e Salto do Itararé, dando ênfase à questão da invisibilização indígena. A segunda parte concerne ao estudo da sociedade saltense, com análise de documentos oficiais que retratam o poder político estabelecido, e algumas imagens (mapas e fotografias) que contam um pouco da sociabilidade que foi se construindo em Salto do Itararé. No decorrer da sequência didática, propôs-se utilizar mapas, textos, figuras e fotografias, auxiliadas por análises dos materiais pedagógicos trazidos pelo professor. As aulas são sempre

sucedidas por discussões e acompanhadas de resoluções de questões dissertativas. Além disso, foram elencados questionamentos, atividades diversificadas para compreensão dos conteúdos, como rodas de conversas, debates, visita de campo com sessão fotográfica e pesquisas no laboratório de informática com uso da internet. Para finalizarmos a sequência didática propomos a exibição de uma exposição com a comunidade escolar e municipal, na qual os discentes poderão apresentar o aprendizado adquirido sobre as temáticas da história regional, local e indígena, utilizando cartazes, mapas, fotografias e demais recursos produzidos durante o trabalho.

O material produzido visa uma organização que leve o educando à compreensão sobre o processo de ocupação e (re)ocupação da região do “Norte Pioneiro” e de Salto do Itararé, destacando a invisibilização da população originária neste processo.

Embora com todas as dificuldades encontradas durante a pesquisa, como a escassez de material para trabalhar História Local, espero contribuir com meu trabalho, compartilhando esse material didático nas escolas da região e com meus colegas de trabalho em Salto do Itararé. Que seja também apropriado por outros professores de História, ou além, que possibilite outras pesquisas nesse sentido, servindo como ponto de partida para outros trabalhos que abordem a importância da história local no processo de ensino e aprendizagem de nossos estudantes.

CAPÍTULO 1

HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

1.1 HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL NO ENSINO DE HISTÓRIA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

O ensino de História torna-se essencial na vida do estudante, uma vez que visa o conhecimento sobre si mesmo, sua comunidade e situação socioeconômica familiar e do seu entorno. É por meio do estudo da história que o jovem poderá exercer plenamente a cidadania, pois, ao conhecer seu passado, remoto e recente, tem melhores condições de refletir sobre seu destino, tomar decisões, tornar-se realmente protagonista de sua vida pessoal e profissional.

Segundo o professor José Ricardo Oriá Fernandes, a finalidade básica do ensino de História na escola

[...] é fazer com que o aluno produza uma reflexão de natureza histórica, para que pratique um exercício de reflexão crítica, que o encaminhe para outras reflexões, de natureza semelhante, na sua vida e não só na escola. [...] Afinal de contas, [...] nos possibilita aprender e apreender um referencial que nos ajuda na leitura e compreensão da realidade social (FERNANDES, 1995, p. 44).

Estuda-se história por vários motivos, afinal, tudo é história, não existe nada fora do tempo, e o tempo é ponto de partida, travessia e chegada a todo conhecimento humano. Também se estuda história com o intuito de entendermos a nossa vida, da nossa família e comunidade, além de compreendermos o contexto político e econômico atual como resultantes de processos e fatos passados. Afinal, se queremos compreender o presente, devemos compreender suas origens históricas.

É necessário que o jovem estudante entenda que a História é feita por todos, que a desigualdade social, preconceitos e guerras são construídos pela humanidade ao longo do tempo, pelas mais diversas situações, não sendo, assim, naturais no mundo. No mesmo sentido, a humanidade também pode construir a solidariedade, a diversidade cultural, e a paz. O contexto histórico atual deve ser entendido pelo jovem estudante como uma construção social criada pelas pessoas do passado e mantida pelas pessoas do presente.

As histórias regionais e locais contribuem, de forma decisiva, para a compreensão desse contexto histórico por parte do estudante, pois ele pode visualizar a construção da história do seu entorno, da sua região geográfica e de sua

comunidade. Esta abordagem pode levar à participação efetiva do estudante na construção do conhecimento, em um estudo participativo e interativo, reafirmando a importância e necessidade de uma interação entre escola e comunidade. Afinal, o ensino de História na Educação Básica tem como objetivo proporcionar ao estudante uma reflexão de natureza histórica e, por conta disso, ele tem de entender a importância de se conhecer sua história regional e local, trazendo para perto de si o conhecimento histórico, e não ficar apenas assimilando informações e fatos descontextualizados de sua realidade. Nesse sentido, observamos a importância da valorização da história local enquanto possibilitadora da construção da identidade do aluno como ser histórico e cidadão (FERNANDES, 1995, p. 44).

Mas o que podemos aferir como história regional e local? Notadamente, quando pensamos em regional e local, observamos pelo prisma geográfico, então podemos detectar que a história regional seria relacionada à história de nossa região, no caso da pesquisa em questão, a região conhecida como “Norte Pioneiro”, do estado do Paraná. E local, seria a história do pequeno município de Salto do Itararé, localizado dentro da esfera deste regional. Mas podemos adentrar ainda mais, pois como afirmou o filósofo e matemático francês Blaise Pascal:

[...] uma cidade, um campo, de longe são uma cidade e um campo, mas à medida que nos aproximamos, são casas, árvores, telhas, folhas, capins, formigas, pernas de formigas, até o infinito. tudo isso está envolto no nome campo (PASCAL *apud* GONÇALVES, 2007, p. 175).

As pesquisas sobre as localidades são antigas, existindo desde o período medieval europeu, dentro do contexto do mundo Ocidental, abrangendo a história das famílias nobres, dos feudos e, posteriormente, das províncias, condados e municípios. Segundo Sandra Cristina Donner:

O alcance dos livros de história dos municípios, das regiões é significativo. Este material é utilizado nas escolas como um ‘manual’, é lembrado nas festas e datas comemorativas da região e é ali que muitos dos mitos de fundação da cidade e do povoado são escritos. Os autores destes trabalhos podem ser historiadores amadores ou profissionais, mas, em geral, são pessoas vinculadas com a comunidade, este material torna-se um espaço para formação de identidades e memórias coletivas (DONNER, 2012, p. 223).

No Brasil, o registro das localidades e regiões tem suas origens nas obras de viajantes do período ainda colonial, quando aspectos naturais e sociais foram escritos sob a ótica do cronista europeu. Após a autonomia política, encontraremos

pesquisadores que estarão a usar documentação que lhes é próxima, procurando descrever e relatar seus lugares de origem, sendo historiadores ou amadores que trazem ricas fontes de informação, mesmo que, na maioria das vezes, produzam memórias, e não uma historiografia baseada em métodos científicos.

No século XIX, a História se consolidou como ciência, e a história local, baseada no relato e na memória, passou a ser desprezada pela primeira geração científica de historiadores, como salienta Neila Ferraz Moreira Nunes:

A nova modalidade de História, nascida no seio da academia e das universidades, mantendo o foco na grandeza nacional, quedava-se profundamente preocupada com a crítica documental, e mergulhada em outros interesses, não levava em conta as evidências dos fatos locais, as particularidades típicas de cada lugar e conseqüentemente não se interessava pela produção de uma História Local (NUNES, 2020, p. 10).

Mas o interesse pela história local renasceu nos séculos XX e XXI, passando a constituir uma categoria de grande interesse nos meios acadêmicos. O início do interesse pelo regional e local se deu com a Geografia, quando se passou a discutir o conceito de região. Com a renovação historiográfica do século XX, esse interesse pelo regional e local tomou corpo na História também, com a introdução de novos objetos, fontes e métodos. A partir da segunda metade do século XX surgiram várias tendências historiográficas que se opuseram e se complementaram, como a História Social, a História Cultural, a Micro História, a História Global, a História Conectada etc. (NUNES, 2020). Neste trabalho, não buscaremos especificar essas temáticas, é claro, mas Nunes exemplifica:

A partir da segunda metade do século XX, a história local toma força e aparece, crescendo em quantidade e qualidade. Tal fato pode ser creditado aos novos rumos da historiografia. De um lado o surgimento da História Cultural, de influência antropológica que recupera o interesse pelas manifestações culturais, pelo saber local, pela aceitação das particularidades e pelas relações entre centro e periferia, aspectos que criam incentivos para a produção de uma História Local. Por outro lado, temos o advento da História Social porque nela o interesse do historiador [...], privilegia agora os variados grupos sociais que constituíam a sociedade, [...] assim como se preocupa também com os fatos do cotidiano, [...]. Estes novos modelos abriram espaço para o local/regional e no caldo desses novos interesses, a História Local se desenvolve, tornando-se um importante segmento da historiografia (NUNES, 2020, p. 14).

Claro que o conceito desse recorte local e/ou regional dependerá de como o pesquisador o observa, cabendo a ele delimitar o seu campo de trabalho. Sendo

assim, o regional e local são recortes do próprio historiador, que nem sempre corresponde aos limites administrativos, políticos ou geográficos. Nesse termo, temos a definição do conceito de região, destacada por José D' Assunção Barros:

Grosso modo, uma região é uma unidade definível no espaço, que se caracteriza por uma relativa homogeneidade interna com relação a certos critérios. Os elementos internos que dão identidade à região [...] não são necessariamente estáticos. Daí que uma região também pode ter sua identidade delimitada e definida com base no fato de que nela pode ser percebido um certo padrão de interrelações entre elementos dentro dos seus limites (BARROS, 2005, p. 98).

Assim, a História se apropria do conceito de região e de local a partir da Geografia, com possibilidade de examinar populações locais como fragmentos de uma comunidade nacional. Coincide, de modo geral, mas não necessariamente, a uma unidade administrativa ou homogênea do ponto de vista geográfico, pois o espaço nos seus sentidos tradicionais, é definido como lugar que se estabelece na materialidade física, como campo que é gerado por meio das relações sociais (BARROS, 2005). Ou também pode ser definida por outras implicações, como culturais ou econômicas. De qualquer maneira, como citado acima, a região torna-se uma construção do próprio historiador, no contexto de que estabelecer um recorde historiográfico é um gesto político por parte do pesquisador. Em alguns casos, será a fonte e os documentos pesquisados que imporão um recorte de tempo e um recorte de espaço, a partir de seus próprios limites e das aberturas metodológicas oferecem (BARROS, 2005).

Assim também serve ao conceito de local, que pode ser delimitado pela pesquisa e fontes disponíveis, utilizando-se o conceito para espaços menores, como define Nunes:

A região [...], está relacionada a um determinado espaço físico e constitui um lugar mais amplo que apresenta um sistema com dinâmica própria interna, possuindo suas regras e ligações com outras localidades semelhantes. [...] Já a História Local traz a ideia de 'localidade' e nos remete a um espaço menor ou então se refere a um recorte transversal que pode ser de caráter político, religioso, ideológico, cultural, étnico, etc. Há uma notável tendência de se utilizar História Local para o estudo de localidades menores [...]. Teoricamente os dois conceitos – história regional e história local – podem ser usados com o mesmo sentido, e embora no Brasil sejam de uso concomitante, nos últimos tempos o conceito de História Local tem sido empregado de forma hegemônica (NUNES, 2020, p. 7).

Portanto, existem múltiplas possibilidades de estudo e conhecimento do município de Salto do Itararé, principalmente no que se relaciona à ocupação de seu território, tanto pelos grupos indígenas, os primeiros habitantes, quanto pelas famílias “pioneiras”, de migrantes paulistas e mineiros. Os homens vão produzindo territórios e ao se apropriarem de determinado espaço e transformá-lo, um sujeito humano define e redefine um território (BARROS, 2005). Dessa forma, intenta-se compreender melhor nossa sociedade, suas conquistas, seus dilemas, suas adversidades, dentro de um contexto de relações de poder e disputas territoriais, que reverberam até os dias atuais.

Sendo assim, tudo nos leva a crer que o local seria relativo à circunscrição de um lugar, Salto do Itararé, como lugar político-administrativo, com vários locais dentro dele: escolas, bairros, igrejas, todas com riquíssimas possibilidades historiográficas e educacionais. Mas, deve-se levar em consideração que o local, de acordo com o sociólogo e urbanista francês Alain Bourdin, é um lugar de sociabilidades, marcado pela proximidade e pela contiguidade das relações entre os sujeitos que as estabelecem (BOURDIN, 2001 *apud* CAVALCANTI, 2018, p. 275), favorecendo o diálogo entre o passado, presente e futuro. Destaca-se, neste caminho, junto aos educandos, que os acontecimentos históricos não ocorrem apenas nas grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, como os livros didáticos às vezes nos levam a acreditar, mas em todo local, por menor que seja em termos territoriais e demográficos, garantido suas especificidades e singularidades. Mas é claro que não podemos pensar a história local de forma isolada em respeito ao restante, ainda mais em tempos de globalização, onde todas as regiões se interligam e se completam. A história local complementa e relativiza o caráter conteudista que condiciona o local ao regional e este ao nacional. Uma vez que o estudo da história local e regional está relacionado à história nacional e mundial, visando assim não fracionar o conhecimento histórico ou torná-lo sem sentido e laudatório apenas.

1.2 A CONSTITUIÇÃO DE UMA TRADIÇÃO: A HISTÓRIA ESCOLAR

A História, como disciplina escolar, teve seu início na França do século XIX, imbricada nos movimentos de laicização da sociedade e de constituição das nações modernas (NADAI, 1993, p. 144). Destacava-se como a disciplina que forneceria o sentido de prosperidade das sociedades humanas, no decorrer do tempo histórico,

com uma importância pedagógica por ser a “árvore genealógica das nações europeias e da civilização a que são portadoras” (FURET, 1986, p.135 *apud* BITTENCOURT, 2018, p. 127). A história regional e local, como conteúdo dentro da disciplina escolar, não era vislumbrada, em um momento com claro viés unificador e nacionalista, sem margens para as particularidades locais.

No Brasil, o ensino de História, não privilegiou a história local, desde o seu início, nem mesmo foi citada como integrante dos conteúdos de História nos currículos escolares, visto que nas primeiras décadas do século XIX o ensino de História foi:

[...] organizado e efetivado a partir de projetos elaborados no processo de constituição do Estado nacional brasileiro por representantes das elites que integravam os ministérios, o Conselho de Estado, a Câmara dos Deputados e o Senado, e pelos que assumiam a presidência das províncias com seu corpo de funcionários criados pela Independência (BITTENCOURT, 2018, p. 131).

Evidenciava-se, assim, a função nacionalista da disciplina, com forte tendência de representante da oligarquia econômica e política da nascente nação. Oficialmente, o marco inicial é o ano de 1838, quando a disciplina foi inserida no currículo do Colégio D. Pedro II, localizado na cidade do Rio de Janeiro, capital brasileira na época. O ensino de história seguia a metodologia francesa, com destaque para elencar fatos, datas e nomes de personalidades ligados às elites estatais, como se os acontecimentos históricos estivessem condicionados ao esforço e trabalho de um grupo especial de indivíduos. Mesmo a própria história do Brasil não era destacada, ficava em segundo plano nos conteúdos da disciplina, que privilegiava a história europeia ocidental. Mesmo o pouco de conteúdo sobre o Brasil, seguiu a metodologia do catecismo, perguntas e respostas sobre nomes, datas e personalidades, ligadas sobretudo à formação da nação.

O Colégio Dom Pedro II foi criado para formar a elite intelectual da nação, projetado para ser um ensino de caráter humanístico, seguindo o exemplo francês, em conteúdos de História Universal baseados na moral e na religião. Tinha como inspiração a história da Grécia e Roma, o que significa, como enfatizamos anteriormente, que história regional e local sequer eram citados. Tratava-se de um ensino de história baseado nos conceitos europeus de pátria e nação, redefinidos pelo contexto brasileiro, fixando-se na genealogia das nações. Vale ressaltar que, no Brasil Império, a presença da história sagrada mantém-se por mais tempo e ainda é bastante

forte (TOLEDO, 2005), levando a disputas de seleção de conteúdos de uma História universal ou da civilização, em função ou da história sagrada ou de uma história profana (BITTENCOURT, 2018), em comparação ao movimento ocorrido na França, onde nesse período a história laica despontava com mais força. De acordo com Bittencourt:

A História Pátria para alunos do ensino elementar, ou a História do Brasil no secundário, foi sempre considerada um estudo suplementar e construído sob a lógica da História Sagrada e seus santos que serviram como referencial de altruísmo e bondade para a constituição e seleção dos 'heróis' da pátria (BITTENCOURT, 2018, p. 137).

Neste início de ensino de História como disciplina, não haveria espaço para uma história local, visto que o importante no período era criar por meio da história ensinada, o sentimento de pertença ao território onde nascera, não de forma local, mas sim como nação, como pátria, lugar a ser admirado, defendido e exaltado. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, também contribuiu

[...] para oferecer um saber histórico 'legítimo' ao sujeito político onde a Nação Brasileira seria representada por um Estado soberano que, convergindo suas regiões rumo à unidade de uma história nacional, encontraria sua identidade enquanto nação. O fim dessa história nacional era mostrar que a essa elite caberia a responsabilidade de demonstrar que a vasta extensão do território e suas diferentes regiões exigiam como regime político a monarquia, tendo a unidade figurada no imperador (TOLEDO, 2005, p. 8).

Claro que a história que se configurava como disciplina no IHGB era coerente com o seu tempo, e, de início, não havia interesse em uma história local, destacando-se as personalidades da elite nacional. Grupos sociais fora desse círculo nem ao menos eram citados, como salienta Maria Regina Celestino de Almeida:

Era uma história de elites para elites e se nela não havia lugar para os homens comuns, muito menos haveria para os índios vivos para os quais se propunha assimilação. Era uma história pragmática, linear e progressista, fundamentada nas ideias de civilização e progresso. [...] o branco era o agente civilizador que deveria ajudar o índio a resgatar sua dignidade original através da civilização, enquanto o negro era detratado e visto como empecilho ao progresso (ALMEIDA, 2010, p. 138-139).

Com a Proclamação da República e a ideia positivista de progresso, o ensino de História teve seus processos de identificação com a história da Europa aprofundados, com a idealização de uma raça branca e cristã, com origem na Grécia

e em Roma, como determinantes nos rumos das civilizações no mundo. Mas a preocupação com a constituição da nacionalidade e a formação da nação continuam sempre presentes, com ênfase no estudo sobre a biografia de brasileiros célebres, destacados na elite política do país. Desde o início, a República “tratou de cuidar da constituição da galeria dos heróis nacionais, pela instituição tanto dos feriados e festas cívicas quanto pela seleção dos personagens a serem cultuados” (NADAI, 1993, p. 151).

O ensino de história da pátria ou história regional nas escolas primárias visavam sedimentar uma identidade nacional, com destaque para as oligarquias, em detrimento de uma massa de mestiços, ex-escravos e indígenas, excluída do acesso a bens e propriedades. Em relação à história local, ainda predominava a ideia de culto aos heróis locais, fenômeno visto não apenas no ambiente escolar, mas também

[...] nas ruas e espaços públicos, por intermédio das ‘festas cívicas’, dos desfiles em que se cultuavam heróis da ‘pátria’ e heróis locais, os oligarcas ‘fundadores das cidades’, os bandeirantes ‘construtores do imenso território brasileiro’ (BITTENCOURT, 2018, p. 137).

Nesse contexto, a História regional/local, terá sua inserção nos documentos norteadores das práticas pedagógicas por meio da normativa “Referências Curriculares e Instruções Metodológicas”. Esse documento consolidou a obrigatoriedade da História como disciplina obrigatória e as discussões acerca da história local apareceram nessas reformas curriculares de 1930 (SCHIMIDT, 2012 *apud* CAVALCANTI, 2018). Ressalta-se, porém, que nessas propostas, segundo Schmidt (2012), o ensino de História partindo do local e regional, vinha em consonância com o movimento iniciado nos Estados Unidos da América, chamado de Escola Nova, a partir do qual se passou a questionar o estudo exclusivo do passado em detrimento das sociedades do presente, com temas prioritariamente políticos.

Nas décadas de 1940 e 1950 houve mudanças significativas nos princípios básicos para o ensino de História, que buscava valorizar os fatos presentes para entender o passado, procurando desenvolver um estudo crítico, tendo os indivíduos como expressões do meio social. A preocupação no campo da História voltou-se para a reconstituição do passado a partir de fontes escritas. As reformulações na política educacional nacional deste período ficaram conhecidas como Reforma Gustavo Capanema, na qual, dentro do ensino de história, o princípio básico foi a valorização

dos fatos presentes para estudar o passado. Nesse cenário, a história local aparecia como recurso didático válido para produzir conhecimento histórico. Mas, esse retorno da História do Brasil, como disciplina autônoma, ocorreu “Sob princípios de um nacionalismo patriótico e cívico, cujo conteúdo foi distribuído em várias séries, mas, manteve o referencial da civilização europeia” (BITTENCOURT, 2018, p. 139).

Os anos 50 e 60 marcaram a busca por objetivos para a disciplina de História no ensino secundário, visto que se mantinha como apenas uma etapa de estudos preparatórios para os exames vestibulares. Limitava-se, assim, a disseminar um tipo de democracia racial brasileira, com destaque para a harmonia na formação do povo, descartando-se, assim, as relações de disputas de poder e privilégio de uma classe senhorial detentora do poder econômico e político. Obviamente que o conhecimento crítico da história local não estava nos planos educacionais do Estado, visto que poderia acarretar consciência, por parte das classes sociais menos abastadas, das diversas situações de opressão.

Já na década de 1970, com a implementação da Ditadura Militar no Brasil, ocorreram mudanças no ensino de História, culminando com a Lei nº 5.692/71 que estabelece os Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica (EMC), como disciplinas escolares em substituição à História e à Geografia, mantendo-se História, como disciplina autônoma, somente no 2º grau, equivalente ao atual Ensino Médio, com o máximo de duas aulas semanais. Entre 1964 e 1985 houve um policiamento sobre o ensino de História, afetando a formação de toda uma geração, com a despolitização da educação e apoio ao tecnicismo, além da censura a toda e qualquer manifestação contrária ao sistema vigente. Como destaca, inclusive Circe Fernandes Bittencourt:

A renovação do ensino de História, em especial a do Brasil, com início nos anos 1960, teve que esperar a década de 1980 para ser efetivada, uma vez que a História foi uma disciplina especialmente visada pelo regime militar ditatorial (BITTENCOURT, 2018, p. 141).

No que tange às histórias regional e local, a aplicação dos conteúdos dos Estudos Sociais em sala de aula era apresentada na forma de descrição linear e cronológica, com a inserção da comunidade local em um contexto maior, na sequência casa, rua, bairro, município, estado, país, isso no ensino primário, com professores sem formação em História. Onde a importância maior se dava no culto à pátria, à valorização dos símbolos nacionais, aos heróis políticos e à celebração de datas

comemorativas. Continuava-se com conteúdos apresentados de forma linear, factual, abstrata e sem relação com a vida do estudante, com aulas puramente expositivas pelo professor, cabendo aos estudantes a memorização e posterior repetição desses conteúdos apresentados.

A década de 1980 e início de 1990 foi marcada por debates acerca da democratização da educação, resultado da restauração de liberdades individuais e coletivas no Brasil, o que permitiu uma participação mais efetiva de diversos setores da sociedade nos assuntos relacionados à educação, tendo a disciplina de História como integrante dessas discussões. Desse modo, cresceu o movimento pela volta da disciplina de História ao currículo escolar da Educação Básica, fato firmado com a Lei de Diretrizes e Bases de 1996. Ocorreram, então, mudanças significativas com a introdução de novos conteúdos históricos, visto que

O ensino de História tende a desempenhar um papel mais relevante na formação da cidadania, envolvendo a reflexão sobre a atuação do indivíduo em suas relações pessoais com o grupo de convívio, suas afetividades e sua participação no coletivo (BARROS, 2013, p. 12).

Em 1998, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), propuseram, em um primeiro momento

Promover uma conciliação entre o saber histórico escolar e o conhecimento histórico produzido acadêmico, de modo que o aluno pudesse construir sua dimensão histórica, ao contrário de outrora onde o conhecimento da História já estava pronto e acabado, devendo o discente apenas assimilá-lo (COSTA NETO; NASCIMENTO, 2017, p. 106).

A história local, nos Parâmetros Curriculares Nacionais, é colocada como uma abordagem necessária em todas as séries do Ensino Fundamental, como uma possibilidade de desenvolvimento no ensino de História, com destaque para o ensino primário, onde

Algumas das propostas visam também alterar a organização dos círculos concêntricos pela introdução de uma concepção de história local ou de 'história do lugar' que procura estabelecer articulações entre o mais próximo (ou o vivido do aluno) e a história nacional, regional e geral ou mundial (BITTENCOURT, 2008, p. 113).

Os documentos chamam a atenção ao fato de que o ensino da história local é pouco desenvolvido, devido a vários fatores, como indisposição das classes

dominantes locais em criar um estudante crítico em relação às mazelas e desigualdades socioeconômicas de sua comunidade e por meio de legislações que interferem no processo de aprendizagem da disciplina de História, privilegiando o estudo do nacional e do mundial². Também há o fato, relativo ao Ensino Médio, dos conteúdos escolares voltarem-se para a realização dos vestibulares, o que, devido ao mesmo entrave causado pelo livro didático, dá importância maior à história do Brasil e do mundo ocidental, relegando a história local a segundo plano.

Em contraditório, no Ensino Médio, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), permite uma abertura para a introdução de história regional e história local, inclusive consta como primeira competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio:

1. Analisar processos políticos, econômicos, sociais ambientais e culturais nos âmbitos **local, regional**, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica (BRASIL, 2018, grifo nosso).

Como podemos notar, é dada a oportunidade de aproveitamento das especificidades regionais e locais, visando aprendizagem e conhecimento histórico de sua realidade por parte dos estudantes. Mas, na prática, isto nem sempre ocorre, e os estudos no ensino de História relacionados ao local no Ensino Médio ficam em último plano. Assim, somente esporadicamente a história escolar se refere à história local, geralmente em comemorações cívicas e festivas, no aniversário da emancipação política dos municípios. Inclusive, a BNCC traz certa autonomia aos estados para a elaboração de currículos que prestigiam um ensino de história voltado ao cotidiano do discente, com destaque à história de sua região e município. Observamos nas Diretrizes Curriculares Complementares do Ensino Médio e o Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná a inclusão dos temas relacionados à história regional e história local. Explicita-se, inclusive, a necessidade de se reconhecer os saberes

² Outro exemplo encontrado, agora em nível federal, é o projeto de lei do Senado nº 155, de 2008, elaborado pelo Senador Tasso Jereissati, que busca incluir na Lei 9394/96, a obrigatoriedade de se desenvolver o conteúdo relativo aos aspectos históricos regionais e locais no ensino da História do Brasil. O referido projeto é justificado pelo autor como uma ação para preservar as memórias regionais. Contudo, o projeto que tornaria obrigatório o que o PCN de História apresenta como possibilidade, foi rejeitado em 2013 e arquivado.

adquiridos nas experiências pessoais, sociais e do trabalho dos alunos, e a formação de seu entorno, do território que compõe sua comunidade. Deve-se, portanto, contemplar conteúdos, estudos e práticas sobre:

f) história do Paraná (estadual, **regional e local**), do Brasil e do mundo, levando em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo e território brasileiro e paranaense, especialmente das matrizes indígenas, africana e europeia (PARANA, 2021, p. 46, grifo nosso).

A legislação paranaense para o Ensino Médio ainda trata sobre a “Trilha de Aprendizagem – entendendo o meu lugar no mundo: o Paraná e o seu contexto local, histórico e social”, onde se busca levar os estudantes ao conhecimento dos aspectos locais, históricos e sociais do Paraná. Salienta-se a inserção do estudante em um contexto socioespacial que possibilita a interpretação de sua realidade, para assim identificar suas potencialidades e oportunidades como cidadão. Propõe alguns objetivos de aprendizagem que vão ao encontro da história regional e local:

Conhecer a história do Paraná a partir da realidade dos estudantes, com o intuito de que eles reconheçam a importância das construções sociais e políticas na formação das cidades, bairros, ruas, entre outros elementos próximo do cotidiano. Compreender o sentido de cuidar de si e dos outros a partir do sentimento de pertencimento e do entendimento das importâncias das raízes culturais locais na construção de uma sociedade mais participativa e solidária [...]. Entender e resgatar a história de sua família, de sua comunidade e de sua cidade. Compreender como a história de sua região contribui na construção do Paraná (PARANA, 2021, p. 1021-1022).

Essas novas diretrizes corroboram com uma lei mais antiga, nº 13.381, de 2001, que continua em vigor, onde ficava instituída a obrigatoriedade, na Rede Pública Estadual de Ensino, dos conteúdos da disciplina História do Paraná, no Ensino Fundamental e Médio. Contudo, no seu segundo artigo, a lei deixa visível o caráter puramente político da legislação, ao instruir o hasteamento da bandeira do Estado e o canto do hino do Paraná como atividades semanais regulares, além, é claro, da inclusão do Escudo do Paraná nos estudos acerca da História do Paraná. Esta lei, formada por apenas quatro artigos, foi assinada em 18 de dezembro de 2001, por Jaime Lerner, governador na época.

No município de Salto do Itararé, objeto parcial desses estudos, a história local é trabalhada pelo corpo docente municipal, pelas professoras com formação em Pedagogia, principalmente no Ensino Fundamental – Anos Iniciais. Utilizam-se de

metodologias, como o aprendizado a respeito do nome da escola e sua origem, abordando as personalidades que cedem o nome às instituições de ensino, da Escola Municipal José Espósito, localizada na sede do município e da Escola Municipal José Salvador de Souza, da área rural, no bairro Alecrim. Também se utilizam fotos antigas de familiares dos alunos, trazidas para as aulas. Grande destaque é dado às datas comemorativas, como o aniversário do município em 25 de setembro, e o dia do padroeiro da Igreja Católica, Santo Antonio de Pádua, em 13 de junho. Como principal fonte histórica utilizada nas aulas, com conteúdos de história local da rede municipal, utiliza-se o livro de autoria de um morador à época de sua publicação, Antonio Carlos Ferreira, intitulado “Salto do Itararé: origens e formação”, publicado com o apoio da Secretaria de Estado da Cultura, no ano 2000, dentro da Coleção “Origens e formação dos municípios paranaenses”.

Contudo, todos os avanços conquistados pela disciplina de História ao longo das últimas décadas, com a aprovação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), podem sofrer retrocessos, visto que o novo currículo reforçou a ênfase na história europeia. No Ensino Fundamental e no Ensino Médio, há risco de cortes em temas e carga horária, devido a um projeto integrado de Ciências Humanas.

A multiplicidade de temas na disciplina de História pode ser mitigada, buscando apenas uma “boa nota” na disciplina, usada exclusivamente para o acesso a uma vaga no ensino superior. Sendo que

[...] pelos projetos do moderno capitalismo a educação deve se submeter exclusivamente à constituição de identidades integrantes do mundo globalizado, com total diluição das diferenças. [...] avaliação do ensino torna-se uma tarefa externa à escola [...] uma vez que é fundamental treinar, sistematicamente, os alunos para que tenham êxito nas respostas aos testes de múltipla escolha (BITTENCOURT, 2018, p. 143-144).

Com esta situação, o espaço já restrito para a história regional e local pode diminuir ainda mais, com a consequente perda de escolha dos professores sobre a organização, os conteúdos e metodologias a serem aplicadas em sala de aula.

1.3 HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL: POTENCIALIDADES EDUCATIVAS

Para o engajamento do estudante com os conteúdos ensinados é importante que a história trabalhada em sala de aula seja significativa, que esteja vinculada a

processos dinâmicos, com um passado que tenha representatividade para com o ator principal no processo de ensino aprendizagem, que é o aluno.

O ensino da história regional e local, dentro desse contexto, encontra forte eco, visto que busca aproximar o discente do conhecimento histórico, tornando-o mais atrativo e interessante, uma vez que o aluno pode observar a si mesmo, assim como à sua comunidade no passado, como protagonista da História. Uma história formada por e pela comunidade, por pessoas que o estudante conhece ou “ouviu falar”, nas rodas de conversa dos mais velhos. Esta abordagem cria um vínculo de identidade e pertencimento a uma localidade que possui história, não a história do livro didático, tão distante no tempo e no espaço de sua convivência, mas uma história presente em sua vida e de seus familiares, vizinhos e conterrâneos municipais.

Segundo Vilma de Lurdes Barbosa,

[...] o ensino de história local ganha significado e importância no ensino fundamental, exatamente pela possibilidade de introduzir e de prenunciar a formação de um raciocínio histórico que contemple não só o indivíduo, mas a coletividade, apreendendo as relações sociais que ali se estabelecem, na realidade mais próxima (BARBOSA, 2006, p. 66).

Sendo assim, no ensino da História local é preciso reforçar a ideia de que a história não só pertence, como é modificada pela luta e pela ação de todos os homens e mulheres.

O ensino de história regional e local também enfrenta entraves, apesar dos avanços adquiridos nas últimas décadas, e novas ameaças. Como vimos, a História, enquanto disciplina, foi controlada politicamente na Ditadura Militar, com conteúdos direcionados à valorização de certos programas institucionais, determinados e escolhidos pela classe dirigente. Um ensino de História que inspira uma consciência política nos estudantes, com tendência a desnaturalizar as desigualdades sociais e econômicas presentes em sua realidade, leva os poderes públicos, representados aqui pela classe dirigente, a intervir nos conteúdos da disciplina. Favorecendo, por exemplo, o protagonismo das temáticas nacional e mundial, que priorizam um conteúdo de História distante da realidade e do cotidiano do estudante em detrimento da regional e local.

Uma história local ensinada de maneira crítica nas escolas pode significar uma ameaça à continuidade de práticas políticas desenvolvidas por grupos políticos dominantes, que não possuem interesse em criar consciência crítica nos estudantes

em relação à sua cidade e região. Esses grupos utilizam o poder público para impedir uma possível transformação no cenário político local, o que ocasionaria uma diminuição do poder de determinado grupo político ou o surgimento de novos grupos.

Como observamos, a aprovação da BNCC, pode trazer retrocesso para o ensino de História, mesmo apresentando “espaço”, para o ensino de história regional e local, pois o documento reafirmou uma imensa quantidade de conteúdos eurocêntricos a serem trabalhados no Ensino Fundamental. Também, há de se destacar, no estado do Paraná, uma política voltada ao tecnicismo, com destaque para a diminuição no número de aulas semanais das disciplinas ligadas às Ciências Humanas. Em referência à disciplina de História no Ensino Fundamental II, há uma grade curricular pronta e formada, com aulas pré-programadas, com conteúdos, atividades e avaliações voltadas a aprender a responder questionários baseados em avaliações externas, com puro e único interesse em inflar números do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Outro entrave para o ensino de história regional e local em sala de aula encontra-se no fato de que a maioria dos professores tem no livro didático o único instrumento de trabalho e este não contempla a história regional, quem dirá a história local, visto que os livros são de programas federais e usados em vários estados do país. Ainda que o governo do Paraná tenha adotado uma mesma coleção para todo o estado, trata-se de livros impressos em âmbito nacional, fazendo que o ensino de História, via livros didáticos, fique restrito à história nacional e mundial.

É notório que não estamos propagando o ensino de história regional e local como a solução para todos os problemas que envolvem a disciplina de História, como um Santo Graal que trará a luz para a aprendizagem dos temas e/ou conteúdos da disciplina de História junto aos educandos. Acreditamos em um estudo que possa desenvolver junto com o estudante uma consciência histórica, em uma aprendizagem que possibilite a formação de um cidadão consciente no que tange aos seus direitos e compromissos coletivos. Deve-se abranger, para isso, conteúdos relacionados à vivência do aluno, não descartando, é claro, os conteúdos que relacionam e integram a localidade ao regional, este ao nacional e ao global, afinal vivemos em um mundo globalizado. Encontramos, assim, a importância de se conhecer a história do “Norte Pioneiro” do estado do Paraná e, obviamente, Salto do Itararé, objetos desta pesquisa. Nesse sentido,

Conhecer a História Local é um dos pré-requisitos para se compreender melhor os processos históricos em nível regional, nacional e global, além do que, [...] contribui para o fortalecimento das identidades das pessoas para com os lugares onde nasceram/habitam (MACEDO, 2017, p. 61).

É interessante para nossos estudantes conhecerem as Revoltas Liberais de 1842, movimentos de caráter elitista na disputa pelo comando político do país entre Liberais e Conservadores. Porém, mais interessante será adicionar aos estudos que esses movimentos influenciaram, de forma consistente, a formação dos primeiros núcleos urbanos na região do “Norte Pioneiro”, com a situação delicada que deixou mineiros e paulistas ligados ao Partido Liberal em suas províncias, o que acarretou busca por outros ares, com destaque para as margens do rio Itararé, e a consequente formação do primeiro núcleo urbano na região, São José do Cristianismo, assunto a ser tratado mais à frente. Ou saber também, que nesses mesmos tempos de revoltas liberais e governo imperial, a região de Salto do Itararé era habitada por indígenas Kaingang, com aldeamento chamado na época de Passos dos Índios.

Os educandos podem e, claro, devem aprender sobre o período da história do Brasil que se trata da Proclamação da República, movimento também elitista, mas que alterou a forma de governo no país, e sobre o período de seus dois primeiros presidentes, descrito em livros didáticos como República da Espada. Mas o que se propõe nesta pesquisa é que, integrado a esse conteúdo, possa-se conhecer que durante esse mesmo período, em 1901, o município onde o estudante reside, Salto do Itararé, recebeu sua primeira denominação oficial como Distrito Judiciário de Santo Antonio dos Índios.

É claro que poderíamos citar vários exemplos sobre essa ligação, importante e necessária, em relação à história local conectada com outras histórias ditas regionais, e essas com as nacionais e, por conseguinte, as globais ou mundiais. São vários os exemplos que podem ser utilizados de como “a História Local pode operar enquanto uma abordagem que privilegia um recorte espacial micro localizado, mas que não perde seus nexos com outros tempos e espaços” (MACEDO, 2017, p. 63).

Como mencionado, ao procurarmos dar uma ênfase ao estudo da história local, não significa que devemos dar atenção apenas ao que acontece nos processos históricos locais, mas sim criar diálogos com a história nacional e mundial. Afinal, a história produzida em uma determinada localidade não está desconectada da

realidade de um mundo globalizado, onde as particularidades culturais deixam de fazer o sentido que outrora possuíam.

Após abordar essa necessidade de conexão, vale salientar que devemos aproveitar qualquer espaço e tempo que tivermos para enfrentarmos os obstáculos que surgem na busca de um ensino de História crítico. Esse ensino deve acontecer com participação e interação do estudante na ampliação de uma consciência histórica, que enfatiza o protagonismo estudantil, no qual o ensino de história local torna-se imprescindível nessa participação do discente.

Como salienta a professora e historiadora Circe Bittencourt,

A história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência - escola, casa, comunidade, trabalho e lazer - igualmente por situar os problemas significativos da história do presente (BITTENCOURT, 2008, p. 168).

Entretanto, ela também destaca o cuidado para não reproduzir, em pequena escala, a mesma narrativa de uma história feita pelos poucos e importantes personagens do poder político das classes dominantes locais, com a exaltação dos nomes e estudos da vida dos prefeitos e “pioneiros” de determinado lugar. No mesmo caminho, o professor Luís Fernando Cerri salienta que se deve tomar cuidado para não ensinarmos uma história local tradicional ou dominante, com o risco de contribuir para a alienação do estudante, distanciando-o do objeto de estudo, que é sua localidade. Como ele afirma,

A História Local deve ser uma composição de pluralidades e experiências diversas que se encontram num mesmo lugar (a cidade) que entretanto não as determina, não as congrega, não lhes atribui uma lógica unificada, obrigatória, terapêutica. A cidade só as reúne. (CERRI, 2013, p. 39).

Ao optar pela história regional e local, devemos evitar insucessos que derivam de transformar o local como peça de um quebra-cabeças, que apenas se encaixa dentro da história do estado e do país, evitando uma leitura interpretativa onde considere que

A história local seria, portanto, uma ‘pequena peça’ de um organograma maior, e o professor pesquisador iria apresentar em que dimensões ela corresponderia à história nacional. Em outras palavras, ela seria uma consequência da ‘história não local’, um prolongamento em dimensões

reduzidas e, assim, teria de manter com a 'história nacional' uma relação de causa e efeito (CAVALCANTI, 2018, p. 283).

O trabalho com a história regional e local em sala de aula contribui para melhor inserção dos estudantes na comunidade, identificando problemas, características, mudanças e permanências em seu local, auxiliando na formação de identidade do aluno, possibilitando a formação de um sujeito crítico, que reflete sobre sua realidade social. Assim, a história regional pode ser mais

[...] valorizada em virtude da possibilidade de fornecimento de explicações na configuração, transformação e representação social do espaço nacional, uma vez que a historiografia nacional ressalta as semelhanças, enquanto a regional trata das diferenças e da multiplicidade (BITTENCOURT, 2008, p. 161).

Com o estudo da história local, tendo o município de Salto do Itararé como referencial nesta pesquisa, há uma tentativa de incorporar aos estudos de História a experiência de vida de nossos estudantes. Isso, pois “o município é, por assim dizer, o espaço privilegiado da formação da cidadania do aluno, pois é neste espaço que ele irá atuar enquanto sujeito da História e cidadão” (FERNANDES, 1995, p. 47).

Assim procura-se instigar nossos estudantes a conhecer, pesquisar e questionar sobre a história de seu entorno, sobre a formação de sua localidade, das relações de confronto e de poder decorrentes desse processo histórico. Amplia-se, com isso, os horizontes de aprendizagem, que não estão nos livros didáticos, nas histórias apenas das lideranças políticas elitistas, mas sim nas conexões e ligações entre os membros da sociedade na qual ele está inserido como cidadão.

A história local pode contribuir para com a disciplina de História para a construção do conhecimento e para o exercício da cidadania, proporcionando ao aluno o estudo do seu passado mais próximo. Trata-se de um instrumento importante na construção de pontes que levam uma geração a compreender as anteriores, sendo fundamental aprender sobre o passado de realidades e espaços próximos e familiares, tornando, inclusive, as problemáticas nacionais ou mundiais mais significativas para a vida do estudante.

O discente precisa de estímulos para compreender e aprender História, pois não basta ao professor citar datas e personagens, deve fazer conexões sobre como os conteúdos estudados interferem ou não na realidade vivida por eles, demonstrando

que fazem parte dessa história e que podem e devem se posicionar ativamente nas transformações da sociedade. Com a história regional e local,

[...] os alunos passam gradativamente a observar e perceber o significado de outras matérias construídas no passado; a compreender que as realidades históricas de determinada localidade e de seus habitantes no tempo não se dão isoladas do mundo, mas como parte do processo histórico em que populações locais constroem suas identidades culturais e sociais; que estas identidades são diversas, mas todas merecem respeito (BARROS, 2013, p. 4).

Ao não aprenderem sobre sua região, sobre seu município e sobre sua localidade, os estudantes são impelidos a pensar que não possuem história, que não participam do processo histórico, que apenas os nomes relacionados às esferas do poder político e econômico são dignos de serem lembrados e registrados na história.

A história local que defendemos tem por objetivo contribuir com o desenvolvimento de uma ideia de não reprodução do processo de colonização linear, mas que apresente aos alunos a construção histórica de Salto do Itararé, com todas as contradições e conflitos que marcam sua fundação e colonização. Buscam-se as várias histórias, várias versões de fatos históricos da cidade, com a perspectiva de trazer para a sala de aula os mais diversos personagens históricos, não apenas os prefeitos, o coronel, os primeiros proprietários de terras e outros personagens considerados “ilustres”, que dão nomes às ruas, praças e prédios públicos, tão propalados pela história oficial presente na Câmara de Vereadores, Prefeitura Municipal, e histórias contadas por memorialistas e famílias tradicionais. Iluminam-se, assim, os silenciados, os personagens que contribuíram com o processo histórico de formação do município com suas mãos, na construção civil, nos armazéns e lavouras.

Muita importância possui o ensino de história regional e local, pois no ambiente escolar pode-se ampliar as noções de sujeito histórico e fontes históricas, onde o próprio aluno transforma-se, de um mero receptor de conhecimento científico, para um sujeito ativo no processo de ensino e de aprendizagem. Passa-se a desenvolver a consciência histórica, que não pode ser entendida apenas como conhecimento do passado, mas como um meio de entender o presente.

Assim, a história local contribui em novas maneiras de ser, sentir e saber o mundo, possibilitando a busca por uma cidadania plena, com participação social, política e atitudes críticas em relação à realidade da comunidade onde os alunos estão inseridos. Uma das formas mais efetivas de o aluno compreender a si mesmo, é

conhecendo sua própria história e a do seu município. Somente o conhecimento de sua realidade permite ao aluno questionar ou defender as formas de organização social, política, econômica, cultural e educacional da sua comunidade, relacionando-as ao conteúdo da disciplina de História.

O estudo de história local possui amplas condições de contribuir, e muito, no desenvolvimento e no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, dando-lhes uma oportunidade de conhecerem a história de seu entorno, ampliando laços de pertencimento e de identidade individual e coletiva.

Inclusive, como mencionado, a renovação da historiografia no século XX, buscou-se abordar fatos e transformações da sociedade por meio de diversas fontes, não apenas pela perspectiva política, de destaque a datas comemorativas, heróis e acontecimentos descritos de forma linear. Busca-se tratar de outras óticas da História, como a dos vencidos e discriminados, demonstrando outras visões sobre fatos históricos. Inclusive, Maria Regina Celestino de Almeida destaca que, nas últimas décadas, os

[...] historiadores passam a valorizar comportamentos, crenças e cotidianos dos homens comuns, tradicionalmente considerados irrelevantes, bem como a interessar-se por estudos de povos não ocidentais que tiveram importância fundamental em nossa história, tais como os índios e os negros (ALMEIDA, 2010, p. 20).

Outro importante aporte para a pesquisa foi a abordagem da memória coletiva, a qual destaca a importância da memória para a formação da identidade dos sujeitos. Para Michael Pollak,

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletivo, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 204).

Não existe memória individual sem memória coletiva, afinal, todo indivíduo está inserido em um grupo social, não somos eremitas, que vivem isolados e solitários. Também não viveram assim as pessoas que vivenciaram a origem e a formação do município de Salto do Itararé e da região paranaense do “Norte Pioneiro”. Mas, afinal, quais seriam os elementos constitutivos da memória, individual e coletiva:

Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de 'vividos por tabela', ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer (POLLAK, 1992, p. 201).

Trabalhamos aqui com o conceito de memória ligado à história local e regional, que reforça a ideia de identidade, de pertencimento a determinada região ou localidade. No processo atual de mundialização, onde o mundo torna-se uma aldeia global, pelos meios de comunicação de massa, com notícias e acontecimentos ocorrendo numa velocidade nunca antes experimentada pela sociedade, o passado e as particularidades regionais e locais vão perdendo espaço, reconfigurando as identidades e apagando algumas memórias.

O professor José D' Assunção Barros destaca que a história e a memória se entrelaçam nas "memórias históricas", quando:

[...] a memória viva de determinados processos e acontecimentos começa a se dissolver através do desaparecimento natural das gerações que os vivenciaram, começa a se tornar ainda mais necessários um movimento de registro destas memórias (BARROS, 2009, p. 53).

Há também o destaque da relação entre memória e história feito por Pierre Nora, onde ele salienta que longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe a memória e a história:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento [...]. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado (NORA, 1993, p. 9).

Com certeza não nos atrevemos a delinear toda a relação entre história e memória, o que nos colocaria em um campo de pesquisa muito amplo, mas procuramos destacar a importância que a memória, individual e coletiva, possui para a formação de identidades. O ensino de História manifesta, entre seus objetivos, o desenvolvimento das noções de identidade e pertencimento, desempenhando uma importante função relacionada à formação da cidadania, envolvendo a reflexão sobre a participação dos indivíduos na sociedade. As representações individuais e coletivas do passado são determinantes nas decisões da vida pública, da própria vivência política dos cidadãos no mundo contemporâneo (MORENO, 2016).

A memória é um importante elemento na compreensão do papel da história regional e local para construção da identidade dos jovens estudantes, pois ela permite o estabelecimento de vínculos entre gerações, refletindo os modos de vida de um povo que vive em determinado local. Com efeito, é o trabalho com a memória que possibilita o enfrentamento do processo de apagamento das particularidades e diferenças regionais e locais por uma cultura ocidentalizada e homogeneizada. Para esse desafio, cabe ao ensino da história regional e local repensar os impactos da globalização nas culturas e identidades locais, como importante elemento na (re)construção dessas identidades. Como diz Bittencourt, “o papel do ensino de História na configuração identitária dos alunos é um dos aspectos relevantes para considerar ao proporem-se estudos da história local” (BITTENCOURT, 2008, p. 168).

Existe uma relação muito intrínseca entre a memória e a identidade, pois a memória é um elemento de construção da identidade, é a imagem que o indivíduo constrói ao longo de sua vida sobre si mesmo, sobre sua comunidade e sobre o local ao qual ele sente pertencer, estabelecendo vínculos com as gerações anteriores. Ao falarmos de história local, falaremos de identidade e memória, uma vez que estas contribuem para deflagrar sentimentos de identificação e pertencimento a certo lugar ou a um núcleo de valores.

Ao mesmo tempo, deve-se tomar muito cuidado ao utilizar a memória no estudo da história local, pois a memória individual se produz na interação com o coletivo, com os acontecimentos vividos individualmente, e a memória coletiva é produzida pelos acontecimentos vividos pelo grupo ao qual o indivíduo sente pertencer. Contudo, a lembrança não é uma cópia do passado, pois ela é seletiva, variando de acordo com o presente dos indivíduos.

É necessário atentar-se ao caráter seletivo da memória, para não incorrer em construir uma história regional e local como uma versão oficial sobre a história de uma região ou localidade. Por isso, é necessário que se faça uma história regional e local voltada a outros personagens, aos invisíveis à versão oficial, que não têm seus nomes e de suas famílias nas ruas centrais da cidade, destacados nos prédios públicos e bancos da praça central. O objetivo é chamar a atenção dos alunos para os usos ideológicos a que a memória histórica está sujeita, sendo muitas vezes estabelecida pelos poderes constituídos, que decidem o que deve ser lembrado, marcando comemorações cívicas municipais e o que deve ser esquecido e silenciado.

Na formação da memória coletiva, todos os segmentos sociais foram e são importantes, pois trata-se de personagens que fizeram a história do “Norte Pioneiro” e de Salto do Itararé, mesmo sem pertencer aos grupos privilegiados com a liderança política e vantagens na distribuição de terras, valorizada como símbolo de poder e autoridade local. O local não está no espaço e sim nas experiências dos indivíduos, evitando uma história local como uma reafirmação dos poderes políticos locais, que seja

[...] um mero localismo, uma reafirmação de valores e referências do extrato social imperante da cidade, uma repetição em escala local da lógica da História nacional usualmente estudada, que se presta, entre outros objetivos, à supressão da diversidade com o encaixe do diverso em uma narrativa unificadora, que reduz o múltiplo ao mesmo (CERRI, 2013, p. 37).

Para evitar esses riscos de repetir uma história oficial, de memorização de fatos e nomes, é preciso, segundo a professora Circe Bittencourt, identificar o enfoque e a abordagem de uma história local que crie vínculos com a memória familiar, do trabalho, da imigração etc. (BITTENCOURT, 2008, p. 169). Deve-se chamar a atenção dos estudantes para o fato de que, muitas vezes, lugares de memória são estabelecidos pelos poderes constituídos, que escolhem o que deve ser preservado e lembrado e o que deve ser silenciado e esquecido.

A identidade sempre foi questão central para o ser humano, com os atores sendo sujeitos sociais, afinal a construção social da identidade acontece sempre em um contexto de relações de poder, sendo resultante desse sentimento de pertença à terra natal ou região. Nesse sentido,

[...] quando se refere à identidade, a interpretação do passado não representa apenas um elemento externo aos sujeitos, ao contrário: quem acreditamos que somos está efetivamente relacionado a quem acreditamos que fomos e esta compreensão é constituinte das subjetividades, diz respeito também à vida interna dos indivíduos. (...) Torna-se fundamental, portanto, testar e avaliar possibilidades de aproximar os conteúdos históricos da vida dos estudantes, torna-lhes significativos através da recorrência entre passado e presente (MORENO, 2016, p. 19).

Esta constatação torna a importância do estudo da região e do local de relevância tanto para a produção historiográfica quanto para o ensino escolar de História. Afinal a história nacional ressalta as semelhanças, e a história regional e local

trata das diferenças e multiplicidade, com um aprofundamento do estudo do singular. De acordo com o professor Luís Fernando Cerri:

Entendemos o estudo da História local, dialeticamente, como uma busca do particular e do diferente, daquilo que diverge e relativiza histórias e identidades mais amplas (como a nacional), simultaneamente com a demanda da universalidade humana naquilo que aparentemente é particular (CERRI, 2013, p. 33).

Assim, entende-se as identidades como construções fluidas e cambiáveis, que se constroem por meio de complexos processos de apropriações e ressignificações culturais nas experiências entre grupos e indivíduos que interagem (ALMEIDA, 2010).

A história local deve ser uma composição de pluralidades e experiências diversas que se encontram em uma mesma região e lugar, nesse caso, no “Norte Pioneiro” e em Salto do Itararé. Nesses estudos, importa que as relações de poder sejam apresentadas com a participação de personagens sociais tradicionalmente marginalizados, permitindo uma melhor compreensão das estruturas sociais e suas transformações. Nesse sentido, deve-se pensar sobre o que, como e por quem é preservada a história de determinada região e localidade. A reflexão sobre o que se constitui como memória social está sendo realizada com todos os setores e classes sociais, afinal a

Educação não visa apenas evocar fatos históricos notáveis, de consagração de determinados valores de setores sociais privilegiados, mas também concorrer para a rememoração e preservação daquilo que tem significado para as diversas comunidades locais, regionais e de caráter nacional (BITTENCOURT, 2008, p. 279).

A história regional e local vai ao encontro de uma aprendizagem voltada ao conhecimento da realidade concreta do aluno, pois evita a repetição e memorização da política oficial, que provocam no estudante apenas um distanciamento, indiferença e passividade. Os seres humanos apropriam-se dos discursos de acordo com sua experiência de vida, memória individual e coletiva, de acordo com os grupos sociais aos quais pertencem.

Sendo assim, ensinar História a partir do regional e local pode possibilitar aos estudantes desenvolverem uma consciência histórica condizente com a realidade que o cerca, destacando que sua localidade não está isolada no mundo, mas é parte do

seu cotidiano. Assim, poderá exercer com clareza sua condição de participante da história, não como um mero expectador, mas sim um protagonista na formação e desenvolvimento da sociedade na qual está inserido.

Considera-se que o ensino de história regional e local pode ter um papel significativo na construção de uma consciência histórica, na qual sejam elencados os sujeitos diversos presentes em uma região e localidade desde a sua gênese. Essa história não é formada apenas por grandes prédios históricos, tombados pelo poder público, nem somente grandes legados artísticos, culturais e científicos que marcaram uma época e uma região, mas sim composta por elementos materiais e imateriais de um povo. Destaca-se essa especificidade da História Regional e Local, como bem salienta Neila Ferraz Moreira Nunes:

[...] a História de caráter mais geral ressalta as semelhanças e homogeneiza o discurso historiográfico, entretanto, não dá conta das especificidades dos lugares, como o faz o estudo do regional/local que prioriza o que é particular, trata das diferenças e dá a perceber a multiplicidade das características existentes, razão de sua importância (NUNES, 2020, p. 4).

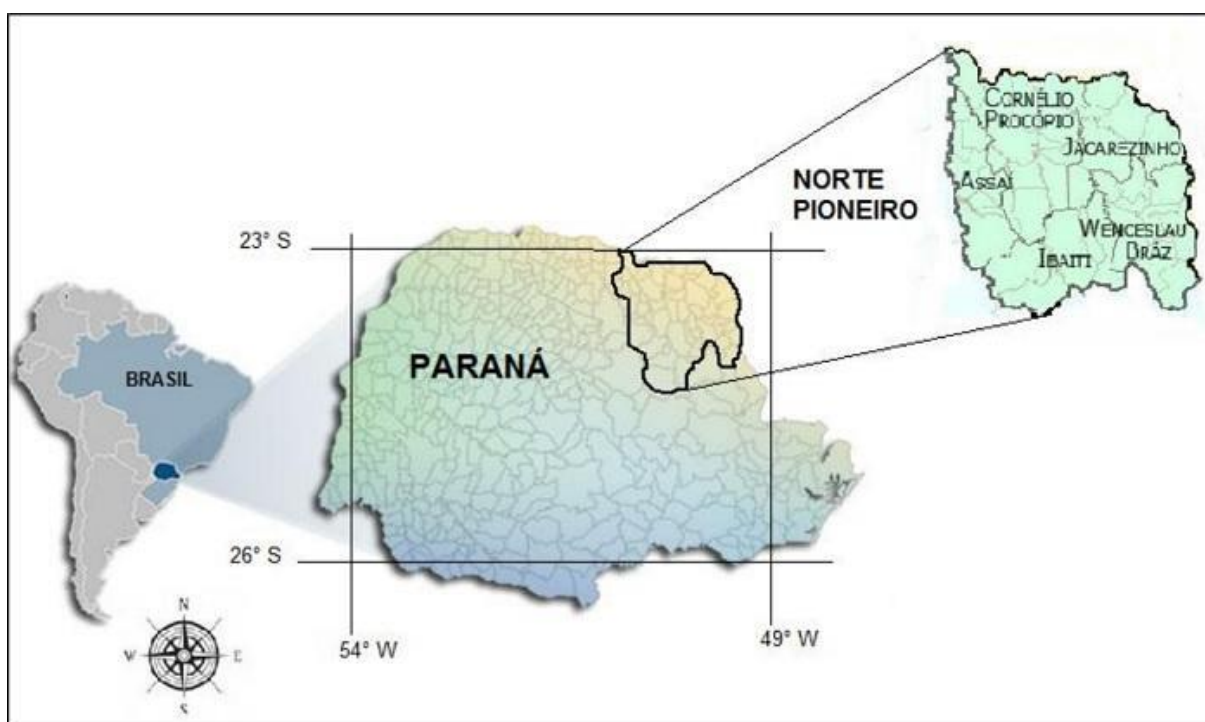
Observa-se, com isso, a pluralidade das regiões e localidades, composta inicialmente, como em todo o país, do povo originário, residente milenar do território. Isso tudo está incluído em um mundo cada vez mais globalizado e indiferente às particularidades regionais e locais, aos patrimônios legados pelas gerações passadas, ou seja, ao patrimônio cultural do “Norte Pioneiro” e de Salto do Itararé.

CAPÍTULO 2 “NORTE PIONEIRO” E SALTO DO ITARARÉ

2.1 REGIÃO “NORTE PIONEIRO” DO ESTADO DO PARANÁ

A Mesorregião do “Norte Pioneiro” Paranaense contabilizava 46 municípios, em regionalização elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que perdurou de 1989 a 2017. Localizada na porção nordeste do estado do Paraná, estava ainda subdividida em cinco microrregiões: Assaí, Cornélio Procópio, Ibaiti, Jacarezinho e Wenceslau Braz, como pode ser observado no mapa da figura 1.

Figura 1 - Mapa da Mesorregião do “Norte Pioneiro” Paranaense



Fonte: JANUÁRIO, Mauro et al. Estudo do comportamento ambiental da população de Wenceslau Braz/PR em relação aos resíduos sólidos urbanos. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 6, n. 1, pp. 55-71, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/4716/471655307006/html/index.html>. Acesso em: 05 jan. 2022.

Esta regionalização foi substituída, em 2017, pelas regiões geográficas intermediárias e imediatas pelo IBGE. Com a mudança na caracterização regional do IBGE em 2017, a região outrora do “Norte Pioneiro” foi dividida em quatro Regiões

Geográficas Imediatas³ (Cornélio Procópio, Bandeirantes, Ibaiti e Santo Antônio da Platina), todas dentro da Região Geográfica Intermediária de Londrina.

Para o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), a região “Norte Pioneiro” Paranaense se caracteriza como uma área territorial de 15.733 Km², com uma população estimada de 554.411 habitantes (PARANÁ, 2019). Composta por municípios de pequeno porte, todos possuem uma população de menos de cinquenta mil habitantes, variando da maior, com 47.842 mil habitantes, em Cornélio Procópio, para a menor, com 2.068 mil habitantes, em Santo Antônio do Paraíso.

Segundo o Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG), a região possui altitude média de 500 metros em relação ao nível do mar, com clima subtropical úmido e vegetação de floresta tropical pluvial, compondo o bioma da Floresta Atlântica, com forte influência antrópica. Há importantes rios que cortam a região, com destaque para os que compõem as bacias hidrográficas dos rios Itararé, Cinzas, e Paranapanema I e II, todos integrantes da região hidrográfica do rio Paraná. Destaca-se a represa Chavantes, que inundou, a partir da década de 1960, os territórios de cerca de 15 municípios da região do “Norte Pioneiro” Paranaense e Sudoeste do estado de São Paulo.

A intenção desses estudos não é detalhar a questão geográfica e física da região, mas enfatizar a sua ocupação e/ou (re)ocupação, buscando investigar possibilidades para a construção de um material educativo voltado para sala de aula, com destaque à região do município de Salto do Itararé, cuja história se relaciona com a economia e a sociedade da região denominada de “Norte Pioneiro”.

Ao utilizar-se de fontes oficiais e demais escritos sobre a região, busca-se completar lacunas referentes aos chamados “esquecidos” de uma historiografia oficial, como o fato de relacionar a história da região do “Norte Pioneiro” Paranaense à chegada dos imigrantes mineiros e paulistas, como “pioneiros”, o que iniciaria sua história. Entende-se que o termo “pioneiro” designa aquele que se antecipa aos outros, que chega por primeiro em determinada região, nesse caso na região nordeste do estado do Paraná. Deixamos claro que o uso do termo “Norte Pioneiro” não é utilizado para se valorizar, ou desvalorizar, a chegada do migrante mineiro e paulista que veio

³ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), atualizou o quadro regional do país, através da publicação: Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017.

para a região como intuito da exploração capitalista, mas sim, trata-se de uma nomenclatura fartamente utilizada para se referir a região nos escritos sobre o tema, e nas rodas de conversas dos habitantes atuais dos municípios que o formam.

Nessa perspectiva, de pioneirismo do migrante mineiro e paulista, criou-se o mito do vazio demográfico, ao se relacionar as chamadas “terras devolutas”, que pertenceriam ao Estado, sem proprietários ou ocupantes. Essas terras estavam localizadas na região do “Valuto”, termo utilizado para denominar as terras entre os vales dos rios Itararé e Cinzas.

A própria nomenclatura de “Norte Pioneiro” surgiu a partir de uma divisão de toda a região ao norte do estado do Paraná, entre Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo, fixando claramente uma cronologia de ocupação pelos “pioneiros” a essa região de divisa com o estado de São Paulo. Todas essas ocupações foram advindas de uma concepção capitalista de ocupação, caracterizada em sua gênese com a chegada dos migrantes paulistas e mineiros à região.

Segundo Ruy Christovam Wachowicz:

O próprio senso de observação histórica e geográfica de sua população dividiu a ocupação desse território em três fases ou estágios, acoplando fases históricas e áreas geográficas. Daí surgiu a divisão do Norte do Paraná em Norte Velho, Novo e Novíssimo. [...] Como a expressão Norte Velho feria alguns escrúpulos éticos, um radialista da região difundiu a expressão Norte Pioneiro (WACHOWICZ, 1987, p. 5).

A utilização cronológica, ao se nomear a região, dividindo-a em velha, nova e novíssima, deixa explícito que algo novo deveria ter aparecido e algo velho ficou no passado. Essa perspectiva está em consonância com uma linearidade marcada pela chegada do capitalismo, simbolizada em boa parte pelas companhias colonizadoras, como a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), onde o que existia antes dela era o velho e o que vem depois da Companhia é o novíssimo.

Em estudos realizados foram encontradas duas referências para a mudança da região em estudo de Norte Velho para “Norte Pioneiro”. A primeira é citada por Wachowicz, no qual salienta que, como a expressão Norte Velho feria alguns escrúpulos éticos, um radialista da região (não especificado qual e nem de qual rádio), difundiu a expressão “Norte Pioneiro” (WACHOWICZ, 1987). A segunda, foi encontrada no livro do memorialista João Vicente de Souza, onde destaca ser de sua autoria a mudança de nomenclatura de Norte Velho para “Norte Pioneiro”, fato

ocorrido no dia 19 de março de 1964, na cidade de Jacarezinho, durante reunião de presidentes das Associações Rurais da Região (SOUZA, 2007). A nova denominação foi seguida posteriormente pelo Secretário da Agricultura à época, Paulo da Cruz Pimentel, Deputado José Afonso e no jornal “O Estado do Paraná”.

Destaca-se, neste momento, que a história do “Norte Pioneiro” se inicia com a chegada do personagem mítico do “pioneiro”, o que afastou da história “oficial” as populações que já viviam nessa região há séculos.

[...] advém de uma visão de um continuum histórico mais ou menos homogeneizado que teve como ponto de partida único, que é a presença dos primeiros ‘pioneiros’ que aqui chegaram para iniciar a nova ocupação das terras (TOMAZI, 2002, p. 31).

Considera-se como Norte Velho ou “Norte Pioneiro” a região que seria ocupada e/ou reocupada entre meados do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, com o surgimento de núcleos urbanos de Tomazina, São José da Boa Vista, Siqueira Campos, Santo Antônio da Platina, Jacarezinho, Cambará, Cornélio Procópio, Bandeirantes, Uraí etc. Essa região configura-se como o foco da pesquisa, não em toda sua extensão territorial, como citado, mas com destaque para a região próxima ao município de Salto do Itararé.

Por Norte Novo, compreende-se as terras entre os vales do rio Tibagi até a cidade de Maringá, com núcleos urbanos formados e ocupação e/ou reocupação territorial entre 1930 e 1947. Destacam-se os municípios de Londrina, Apucarana, Arapongas etc. Por fim, como Norte Novíssimo, o território circunvizinho de Maringá até às margens do rio Paraná, com o desenvolvimento de núcleos urbanos como Paranaíba, Cianorte, Umuarama, dentre outros.

Toda essa periodização entre velho, novo e novíssimo, e conseqüentemente em Norte Velho e/ou “Norte Pioneiro”, parte da visão burguesa de progresso e modernidade, como se a história de uma região ou localidade só existisse dentro de uma lógica capitalista. Essa divisão, baseada em periodização da chegada do capital às regiões, leva em conta a ocupação da terra pela agricultura voltada ao comércio, o que vai ao encontro do discurso da classe dominante sobre o “Norte do Paraná”, Tomazi constata que:

[...] o início da história regional em meados do século XIX, quando chegaram aqueles que buscavam novas terras para o capital. Ou seja, a história se inicia quando o capital chega, quando a visão burguesa de mundo, se apropria de

uma espacialidade e cria a sua história, que passa a ser a 'história verdadeira' (TOMAZI, 2002, p. 32).

Encontramos poucas fontes que tratam da luta entre os “pioneiros” e os indígenas e caboclos, ou que visam compreender a inserção desses personagens na sociedade formada no norte do Paraná nos anos seguintes ao movimento de colonização. Nessa disputa de terras, encontramos, além da figura do indígena, também a do caboclo, que segundo Cleiton Alexandre Schakalei:

Entende-se por caboclo não uma determinada característica fenotípica, mas sim uma condição social que era atribuída para os grupos que não partilhavam os mesmos valores dos colonizadores chamados de origem europeia, [...]. Assim o caboclo é compreendido pelo processo de miscigenação do homem branco com o índio que englobou ambos os costumes e espalhou-se pelo território paranaense. [...] a miscigenação entre os antigos escravos, índios e descendentes de portugueses refletiu em uma mobilidade pelo interior do Estado do Paraná; e os caboclos iam ocupando os lugares em meio à floresta, cuja localização se dava conforme eles se sentiam seguros e próximos das fontes d'água e de frutas (SCHKALEI, 2014, p. 5).

Continuando, percebe-se que, apesar das muitas lutas violentas, em alguns estudos direcionados ao tema foi criada uma aparência de tranquilidade para a região, como um local de paz, onde toda e qualquer família poderia alcançar o sucesso e prosperidade, predicados permitidos pela propriedade da terra. Essa ideologia é apresentada pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP):

A CTNP, os 'pioneiros', a historiografia, entre outros agentes, constroem uma 'representação de mundo' que faz apologia ao pioneirismo desbravador; alimenta o conceito de natureza hostil, à espera de ser dominada pelo homem; irradia a ideia de vazio demográfico na região, desconsiderando a presença de índios e caboclos, anteriores a ocupação feita pelas companhias de terra; e constroem a ideia de 'eldorado' e 'Terra da Prosperidade' (RAMOS; ALVES, 2013, p. 185).

Esse discurso do “Norte do Paraná” foi muito bem trabalhado pelo historiador Nelson Dacio Tomazi em sua tese de doutorado, apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Paraná em 1997, sob o título: “Norte do Paraná História e Fantasmagorias”, onde ele demonstra, de forma detalhada, a construção do discurso dessa ocupação da região norte do Paraná:

[...] o discurso 'Norte do Paraná' traz consigo um conjunto de ideias e imagens, quase que formando um bloco fundido e refundido onde a sua simples enunciação faz com que se faça uma identificação com algumas

ideias basilares: progresso, civilização, modernidade, colonização racional, ocupação planejada e pacífica, riqueza, cafeicultura, pequena propriedade, terra onde se trabalha, pioneirismo, terra roxa, enfim, todo um conjunto de ideias e imagens construído através de vários anos, mas estruturado, principalmente entre os anos 30 e 50, procurando criar uma versão, do ponto de vista de quem domina, para o processo da (re)ocupação desta região (TOMAZI, 1997, p. 12).

Tomazi trabalha com algumas ideias e imagens que permeiam o imaginário das populações ditas dominantes no norte do Estado, como: a ocupação da região seria um prolongamento da expansão cafeeira do estado de São Paulo; a excelência da figura do “pioneiro”; a ideia de que a região seria um sertão despovoado, muito claro na expressão “vazio demográfico”; e de que esse processo teria ocorrido de forma pacífica, ignorando-se os conflitos, em sua grande maioria violentos, que permeiam toda a história regional. Nessa narrativa, os habitantes originários, que são as populações indígenas, têm ignorado sua existência, como se suas terras não tivessem sido rapinadas em prol de uma concepção de progresso e desenvolvimento.

O autor destaca a distinção entre ocupação e (re)ocupação utilizada por ele em seus escritos:

Inicialmente faço a distinção entre OCUPAÇÃO – o longo caminho percorrido por povos que ocuparam a região, hoje situada ao norte do estado do Paraná, desde há milhares de anos e que utilizavam todo este território como espaço para o desenvolvimento de suas sociedades – e (RE)OCUPAÇÃO – como o processo que se desenvolveu a partir de meados do século XIX, com a preocupação de integrar estas terras, considerada ‘vazias’, ao processo de valorização do capital ou ao processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil (TOMAZI, 1997, p. 10).

A região chamada de “Norte Pioneiro” teve sua história associada ao Norte do Paraná como um todo, levando a alguns estudos relativos à sua ocupação, mas que sempre se configurou a partir da visão do colonizador do território, ou seja, de sua (re)ocupação. Tomazi deixa claro em seus estudos que sua preocupação é trabalhar o discurso “Norte do Paraná”, descrito por ele como uma construção ideológica e fantasmagórica, feita por ideólogos vinculados aos dominantes da região em estudo (TOMAZI, 1997). Explícita, assim, uma comunidade imaginária de interesses econômicos e políticos, que foi ocupada sem que houvesse conflitos.

Essa visão de silêncio e inferiorização dos povos indígenas na região do “Norte Pioneiro” do Paraná não é de exclusividade da região e nem novidade do

século XIX e XX, vem desde tempos coloniais, como afirma Susane Rodrigues de Oliveira:

A utilização indiscriminada de narrativas coloniais acabou por contribuir na proliferação do olhar eurocêntrico dos cronistas que estiveram a cargo da exaltação dos feitos europeus na conquista, evangelização e exploração colonial da América. Além disso, reforçou uma história baseada no silêncio, na inferiorização e/ou negação dos conhecimentos e práticas indígenas; uma história que acabou negando-lhes o direito de ter especificidades e particularidades históricas e culturais reiterando uma série de conceitos globalizantes e essencialistas a respeito de suas identidades e diferenças (OLIVEIRA, 2015, p. 65).

Assim como o silenciamento, a violência e a exclusão são elementos que, da mesma maneira como ocorreu em outras regiões do país e no exterior, vão permear o domínio da propriedade da terra na região do “Norte Pioneiro”. Tal violência,

[...] recairá inicialmente sobre o indígena e o caboclo. No momento seguinte, atingirá o posseiro, para depois ter como alvo fundamentalmente o trabalhador rural. [...] A presença de ‘jagunços’ e ‘pistoleiros’ contratados por famílias de fazendeiros ou pelas companhias de colonização, a ação da corporação militar do governo estadual, a luta dos posseiros para manter a sua terra, a utilização de armas de fogo como algo corriqueiro no cotidiano das cidades, deixam muito claro que a região em estudo não era uma terra pacífica, conforme se quer fazer acreditar (TOMAZI, 1997, p. 20).

Essa violência extrema ficou explícita no massacre dos kaingang, em Santo Antônio da Platina, no ano de 1911, por parte dos chamados “bugreiros”, que eram contratados por particulares para expulsar e caçar os indígenas. Necessitou-se até mesmo da intervenção governamental, no sentido de pacificar as relações entre os indígenas, expropriados de suas terras e os empreendedores capitalistas, interessados na posse e ocupação desses mesmos territórios. De acordo com Igor Guedes Ramos e Samira Ignácio Alves,

Podemos dizer que a violência não fora somente física, mas material e moral. Material, porque os homens que viviam na região norte do Paraná, antes da colonização, tiveram que abandonar suas terras e suas casas. Moral, porque foram destituídos de importância e da memória de uma terra (RAMOS; ALVES, 2013, p. 183).

No presente estudo, procura-se conversar com a historiografia já produzida a respeito da região, levando-se sempre em conta que se pretende tratar não somente de sua (re)ocupação, mas também de sua ocupação pelos indígenas e caboclos,

desvinculando a narrativa de vazio demográfico que aparece com força em discursos oficiais que tratavam a região como terras devolutas. Nessa narrativa, subentende-se que, ao chegarem às terras ainda inexploradas economicamente do ponto de vista colonial/capitalista,

Os fazendeiros lá encontraram os índios. Eram estes de todo separados do movimento de expansão, economicamente. Todavia, foram eles os verdadeiros pioneiros, se nos ativermos ao sentido mais restrito da palavra, pois foram os primeiros a queimar a mata e a aproveitar o solo (MONBEIG, 1984, p. 129).

Importante salientar que uma nova história indígena apregoa a chamada resistência adaptativa, por meio da qual os indígenas encontravam formas de sobrevivência e garantia de melhores condições de vida para os seus. Eles tomavam medidas, inclusive políticas, que garantiam sua cultura e identidade:

Entendem-se, hoje, as identidades como construções fluidas e cambiáveis que se constroem por meio de complexos processos de apropriações e ressignificações culturais nas experiências entre grupos e indivíduos que interagem. Assim, se os povos indígenas foram capazes de reelaborar, em situações de contato suas culturas, fizeram o mesmo com suas identidades (ALMEIDA, 2010, p. 24).

Nesse contexto, temos claro que os indígenas foram, e são, atores importantes de sua própria história, como argumenta Manuela Carneiro da Cunha: “nos interstícios da política indigenista, se vislumbra algo do que foi a política indígena” (CUNHA, 2012, p. 22). Assim, a autora entende os povos indígenas como protagonistas, e não apenas vítimas indefesas, que também se organizaram como sociedade e adaptaram-se às mudanças impostas pela realidade e “progresso” capitalista.

No âmbito da escola e do ensino de História, é preciso conectar as novas histórias indígenas com as histórias regionais e locais, buscando desconstruir ideias preconceituosas e estereotipadas sobre os povos originários. Como afirma Gersen Baniwa: “não se pode respeitar e valorizar o que não se conhece. Ou pior ainda, não se pode respeitar ou valorizar o que se conhece de forma deturpada, equivocada e pré-conceitualmente” (BANIWA, 2012, p.141). Mesmo com a Lei nº 11.645/2008, que incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e Cultura Indígena, nota-se que

A temática indígena em sala de aula está relacionada a um imaginário positivista e evolucionista criado no século XIX, pelo qual os indígenas não eram considerados em suas historicidades e estavam fadados a desaparecer. Essa perspectiva foi intencionalmente criada a fim de justificar o esbulho das terras indígenas, fato que ocorre até o tempo presente (BRIGUENTI, 2016, p. 231-232).

Os indígenas sempre estiveram presentes na História do Brasil e, claro, dentro da história do “Norte Pioneiro” e de Salto do Itararé. Mas como foram vistos? Como força de trabalho ou rebeldes que acabaram vencidos, dominados, escravizados, aculturados ou mortos. Qual o olhar construído pela historiografia acerca dos indígenas? Segundo Maria Celestino de Almeida:

A pouca importância dada às atuações dos índios e o apagamento de suas identidades étnicas construíram-se a *pari passu* com a supervalorização do desempenho dos colonizadores em narrativas eurocêntricas e preconceituosas que davam conta de responder às questões citadas. [...] Com leis que oscilavam entre o apoio a práticas de violência e de proteção aos índios, os portugueses e, posteriormente, os brasileiros teriam conseguido vencer, civilizar e/ou manipular inúmeros povos em proveito próprio, submetendo-os completamente, [...] (ALMEIDA, 2017, p. 19).

Mas, em alguns casos, vão usar inclusive a situação de aldeamento para seu próprio proveito, e com participação direta dos indígenas sobre o trabalho. Não irão desaparecer, como grupos de elite almejavam, mas serão, sim, invisibilizados por esses discursos políticos e intelectuais, que visavam o controle de seus territórios, como abordado anteriormente por Tomazi (1997).

Ao contrário de uma previsão do desaparecimento dos povos indígenas, tem-se a constatação de uma retomada demográfica geral (CUNHA, 1997). Mesmo que a disputa de terras esteja no centro de toda problemática indígena, como constata Manuela Carneiro da Cunha:

O princípio dos direitos indígenas às suas terras, embora sistematicamente desrespeitados, está na lei desde ao menos a Carta Régia de 30 de julho de 1609. O Alvará de 1º de abril de 1680 afirma que os índios são ‘primários e naturais senhores’ de suas terras, e que nenhum outro título, nem sequer a concessão de sesmarias, poderá valer nas terras indígenas. [...] Para burlá-lo, inaugura-se em expediente utilizado até os dias de hoje: nega-se sua identidade aos índios. E se não há índios, tampouco a direitos (CUNHA, 1997, p. 108).

O livro do historiador Ruy Christovam Wachowicz, “Norte Velho, Norte Pioneiro”, de 1984, elaborado com a utilização principalmente de entrevistas obtidas

pelo autor e relatórios dos presidentes da província, destaca que a (re)ocupação e colonização do “Norte Pioneiro” teriam se iniciado em período anterior a 1853, ano da criação da Província do Paraná. O autor cita duas correntes de início de povoamento da região, em uma óbvia visão tradicionalista sobre sua colonização:

Da iniciativa do Barão de Antonina resultaram de início os pequenos núcleos de Jataí e S. Jerônimo. Da chegada da corrente migratória mineira, surgiram os núcleos de S. José do Cristianismo, S. José da Boa Vista, Colônia Mineira (Siqueira Campos), Tomazina, etc. (WACHOWICZ, 1987, p. 6).

É explícita a importância dada ao senhor João da Silva Machado, político e latifundiário que receberia a nomeação de Barão de Antonina, apelidado pela imprensa da época de “papa terras” do Paraná. Sob a orientação do Barão, foi criada a colônia militar intitulada de Nossa Senhora da Conceição do Jataí, em 2 de janeiro de 1851, por meio de Decreto Oficial nº 751. Atualmente localizada no município de Jataizinho, essa colônia militar teria a função de:

[...] facilitar o envio de tropas para o Mato Grosso, então seriamente ameaçado pelo ditador paraguaio, Solano López o que seria possível, navegando o baixo Tibagi e descendo o Paranapanema (MUSSALAM, 1974, p. 17).

As dificuldades provenientes da difícil localização da Colônia Militar de Jataí, dificultaram o progresso imaginado pelo Barão para a região como possível utilização para a ligação comercial do Paraná com o Mato Grosso. Ainda assim, este será o primeiro povoado oficial dessa parte norte do Estado.

A outra corrente de (re)ocupação da região é empreendida mais a sudeste do estado do Paraná, próximo ao curso superior e médio do rio Itararé. Levando ao surgimento, ainda no século XIX, de alguns dos atuais núcleos urbanos da região, tais como São José da Boa Vista, Siqueira Campos e Tomazina. Nessas primeiras localidades, é dado destaque à figura do migrante paulista e mineiro, que buscava as já famosas manchas de terras roxas, cobçadas pela expansão da marcha para o oeste do café (MUSSALAM, 1974, p. 20). Assim, essa figura mítica do “pioneiro”, teria chegando trazendo o desenvolvimento e progresso para a região, que nada teria a não ser terras a serem “descobertas” e “povoadas”. Contudo, a região já estava ocupada

[...] por vários povos indígenas e também por caboclos dispersos, que estruturavam suas vidas longe dos padrões que o capitalismo define como modernos. Assim, pode-se afirmar que, à medida em que o elemento 'civilizado' ia penetrando no território, a situação dos indígenas ia complicando-se. Enquanto ele ia entrando na região e conquistando as terras, o índio ia saindo, morrendo e perdendo sua terra (TOMAZI, 1997, p. 21).

Após a fundação da Colônia Militar de Jataí, foram formados os aldeamentos de São Pedro de Alcântara (1855) e de São Jerônimo (1859), nas terras das quais o Barão de Antonina era posseiro há anos. Ou seja, os indígenas seriam agora aldeados em territórios que já ocupavam há séculos, que haviam sido tomados de seus domínios por um latifundiário. Esses aldeamentos serviam como uma estratégia para inserir o indígena no novo sistema que estava sendo implantado. Por isso, alguns grupos indígenas cederam aos aldeamentos, em busca de segurança e dos novos recursos disponibilizados, enquanto outros preferiram o afastamento como estratégia; ambas foram formas de resistência. Ressalta-se que as instituições militares não apenas apoiavam os aldeamentos religiosos, como os que surgiram próximos a colônia militar do Jataí, mas confundiam-se com elas em suas atribuições civilizatórias e bélicas.

Sobre o aldeamento de São Pedro de Alcântara, Wachowicz considera:

Cumprindo ordens do barão, frei Timotheo escolheu o local e fundou o aldeamento de São Pedro de Alcântara no dia 25 de março de 1855. A 27 iniciaram-se os trabalhos de derrubada da mata. Este serviço foi dirigido pelo sertanista Lopes, 12 escravos do governo enviados pelo barão e índios caiuá, que na época somavam 111 indivíduos. A 2 de agosto de 1855, foi solenemente inaugurado o aldeamento (WACHOWICZ, 1987, p. 68).

Nesses escritos, chama-se a atenção para o detalhamento da formação do aldeamento de São Pedro de Alcântara, nas margens do rio Tibagi. Esse território foi considerado exemplo de influência política do Barão de Antonina, que havia expropriado as terras dos indígenas e depois os obrigou a ficarem aldeados em um território, obviamente, muito reduzido se comparado ao que estavam acostumados a viver. Também se destacam os 12 “escravos do governo”, que acompanhavam o sertanista e que foram enviados pelo barão. Ora, na sequência de seus escritos o historiador Ruy Christovam Wachowicz, relata mais “escravos do governo”, o que leva a indagar se seriam escravizados afro-brasileiros que pertenceriam à recém-criada Província do Paraná, como se esta fosse um senhor de escravos. Também é citado em várias partes do livro a participação de escravizados de origem africana na

(re)ocupação do “Norte Pioneiro”, de maneira vaga e tradicionalista, sem destaque merecido para a questão da escravidão no estado do Paraná e da região em particular⁴.

Os aldeamentos do norte do Paraná, também são citados pelo geógrafo Pierre Monbeig:

No Paraná tentara o governo agrupar os indígenas nas colônias de São Pedro de Alcântara, São Jerônimo e Jataí; refugiou-se o maior número nos vales mais afastados, onde parece que ainda sejam bastante numerosos. [...] Vivem na maior miséria esses índios pacificados, como os dos postos do governo do Paraná; de ano para ano diminui o seu efetivo, [...] No Norte do Paraná [...] a marcha pioneira moderna acabou a obra de destruição dos índios, encetada na época colonial (MONBEIG, 1984, p. 131-132).

O aldeamento de São Jerônimo foi feito em terras apossadas pelo Barão de Antonina, sendo essas mesmas terras, depois “doadas” aos indígenas kaingang que ocupavam a região, para a formação desse aldeamento. Esses exemplos de aldeamento e “doações” de terras para sua formação, em territórios já pertencentes anteriormente aos indígenas, demonstra como estes tiveram suas terras surrupiadas por meio da legislação, legitimando a expropriação:

Pelo decreto n. 426 de 24/7/1845, o índio foi transformado em trabalhador braçal e seus territórios foram expropriados. Este decreto associado à ‘Lei de Terras’ (Lei 601 de 18/09/1850), legitimou a ocupação das terras indígenas, o governo passou a reservar terras indígenas para colonos, transformando o índio brasileiro em expropriado e dependente da benevolência do Estado para obter algo que já era seu. A partir desse período, setores da população passaram a tratar o indígena como um sujeito preguiçoso, traiçoeiro e antissocial. O indígena passou a ser considerado um empecilho para uma ‘sociedade sem rebeliões, católica e monárquica’ (MELATTI *apud* TOMAZI, 1997, p. 134).

Nesse sentido, fica evidente o menosprezo ao povo originário da terra, tratado como um problema que deveria ser resolvido. Ou seja, pelo aldeamento, em pequenas parcelas de propriedades ou pelo extermínio puro e simples, nas disputas pela

⁴ Não é pretensão desta pesquisa aprofundar nos estudos referentes à questão da escravidão de africanos e seus descendentes no “Norte Pioneiro”, o que demandaria uma alteração nos rumos da pesquisa, que visava originalmente a construção de um material educativo para trabalhar a história regional e local em sala de aula, e, após as primeiras investigações, afunilou-se para a questão indígena e sua invisibilidade na historiografia oficial da região e do município. É claro que consideramos de suma importância a presença e participação de todos os grupos, com grande destaque também para a população afrodescendente na história do “Norte Pioneiro” e de Salto do Itararé. Mas, devido até mesmo ao pouco tempo de realização do curso de Mestrado, optou-se pelo foco aos grupos indígenas que habitaram e habitam esta parte do nordeste paranaense e sul paulista.

propriedade da terra. De qualquer maneira, a classe dita dominante, manteria o controle sobre a propriedade da terra.

Para além disso, mesmo quando o contato era pacífico de momento, muitas vezes vinham junto a esse contato as doenças, que levavam a óbito grande número de indígenas. Em 1877, uma epidemia de varíola levou à morte cerca de quatro centenas de indígenas dos aldeamentos de São Jerônimo e São Pedro de Alcântara, causando um quase abandono da região, visto que os sobreviventes se espalharam, devido ao medo da doença.

A Colônia Militar de Jataí, que deveria servir de ponto de partida para uma colonização das terras ao norte da recém-criada província do Paraná, não alcançou os resultados esperados,

Os fatores que colaboraram para impedir o desenvolvimento da colônia militar de Jataí foram, além de sua localização no centro de uma floresta virgem, os ataques dos índios e as péssimas condições de salubridade do local – surtos periódicos de malária (MUSSALAM, 1974, p. 19).

Como notado, as doenças também contribuíram como obstáculo neste início de (re)ocupação desta parte da região do “Norte Pioneiro” Paranaense, além das dificuldades de vias de comunicação regulares, dificultando o desenvolvimento do comércio. Algumas décadas depois, os discursos sobre o “Norte do Paraná” como “Nova Canaã”, “Terra da Promissão”, citadas por Tomazi, foram largamente utilizados, quando as terras ao oeste do rio Tibagi começaram a ser apropriadas pelo capital e pelo dito “progresso”.

Neste mesmo período, mais ao sul da província do Paraná, no vale dos rios Itararé e Cinzas, região chamada de “valuto” pela historiografia paranaense, foi criado o mito das “terras devolutas”. Como a exemplo da região do rio Tibagi, seriam terras à espera da ocupação pelo capital, pelo desenvolvimento e pelo progresso.

Nesse contexto, encontramos a Revolução Liberal de 1842, promovida e organizada pelo Partido Liberal, em decorrência da elevação do Partido Conservador ao poder no Império brasileiro. Ocorrido nas províncias de São Paulo e Minas Gerais, o movimento contestador e emancipacionista, gerou consequências na (re)ocupação da região do “Norte Pioneiro” Paranaense. Os revoltosos liberais, que não viram êxito nas batalhas travadas, procuraram vida nova em outros ambientes. Nisso, deram início à migração para esta região, como destaca-se a seguir:

Fracassado o movimento sedicioso de inspiração liberal de 1842 em São Paulo e Minas Gerais, a situação política de muitos desses e/ou proprietários de terras tornou-se delicada. O próprio líder desse movimento em São Paulo, Rafael Tobias de Aguiar, batido pelo então Barão de Caxias em Sorocaba e Itararé, refugiou-se inicialmente em Jaguariaíva e depois no Rio Grande do Sul (WACHOWICZ, 1987, p. 81).

Por certo, Jaguariaíva, mesmo próxima geograficamente, não pertence, oficialmente, ao “Norte Pioneiro”, mas sim à região denominada como Campos Gerais do Paraná. É interessante lembrar o fato, dado que a vinda de uma das principais lideranças dos revoltosos liberais às proximidades, serviu de incentivo à migração paulista e mineira. Os mineiros, além de grandes proprietários de terras em Minas Gerais, também exerciam o empreendimento tropeiro, o que lhes permitiu contato com novas e férteis terras, que substituíram as suas propriedades agrícolas compostas por terras cansadas e de decadente produção. Assim sendo, os primeiros a (re)ocuparem a região transpondo o rio Itararé, seriam os fazendeiros oriundos de São Paulo e Minas Gerais,

[...] com o intuito de exploração econômica, baseada na agricultura e na pecuária suína. Eles se deslocavam com toda a família e agregados, e os maiores fazendeiros, também com escravos, para plantar milho, fumo, café e outras culturas para o consumo próprio. [...] A notícia que corria em Minas Gerais, era de que a região do rio Itararé, ainda na 5ª Comarca de São Paulo, era fertilíssima e muito própria para o plantio do café. Os fazendeiros conseguiam terras mediante concessão, junto ao governo Imperial ou se apossavam, como era costume na época (TOMAZI, 1997, p. 138).

A presença de pessoas escravizadas de origem africana/afro-brasileira era frequente nas frentes pioneiras, ocorrendo de acordo com o poder econômico do fazendeiro. As terras eram concedidas pelo governo provincial ou imperial, ou simplesmente apossadas, o que ocorria desconsiderando-se os grupos indígenas que habitavam a região. Como também assinala Renê Mussalam:

É na segunda metade do século XIX que tem início uma nova fase de povoamento. Desta feita, as primeiras penetrações efetuaram-se através dos cursos superior e médio do Rio Itararé, ainda na década de 1850, por fazendeiros mineiros e paulistas, que, seguindo a marcha para Oeste do café, foram atraídos pelas manchas de terra roxa. Assim, surgiram os primeiros núcleos: São José da Boa Vista – ex-São José do Cristianismo (1853); Colônia Mineira – atual Siqueira Campos (1863); Tomazina (1867) e Santo Antônio da Platina (1886). A partir daí, a expansão prosseguiu para o Oeste, tendo pleno desenvolvimento até o rio das Cinzas (MUSSALAM, 1974, p. 19).

Nota-se o destaque dado à figura do “pioneiro”, representado pelos fazendeiros paulistas e mineiros, como propulsor do início do desenvolvimento e da formação dos núcleos urbanos. Vale ressaltar que nesta região em estudo, a do vale entre os rios Cinzas e Itararé, Renê Mussalam faz certa confusão sobre o primeiro núcleo urbano, formado pelos “pioneiros” paulistas e mineiros, destacando São José do Cristianismo como de mesma localização que São José da Boa Vista, o que não ocorre em outras bibliografias consultadas. Ruy Christovam Wachowicz detalha ser de autoria do tropeiro e proprietário de terras, Domiciano Corrêa Machado, a fundação do primeiro núcleo urbano da região, São José do Cristianismo, sendo que relacionado ao dito acima:

Concomitantemente ao surgimento de S. José do Cristianismo, alguns quilômetros para oeste, surgiu o núcleo de S. José da Boa Vista, também fundado por migrantes mineiros. Por se apresentar excessivamente sujeito a maleita, S. José do Cristianismo acabou sendo absorvido por S. José da Boa Vista. A lei 421, de 29 de março de 1875, determinou que a sede da freguesia fosse transferida oficialmente para S. José da Boa Vista, resultando na extinção do núcleo inicial, com grande incremento para o segundo (WACHOWICZ, 1987, p. 82).

O patrimônio de São José do Cristianismo, instalado por volta de 1842 ou 1843, de acordo com o primeiro censo demográfico de 1872, chegou a ter 3.772 habitantes, identificados como migrantes paulistas e mineiros e duas centenas de escravizados; não foram registrados dados sobre a população indígena. Atualmente é constituído de pequenas ruínas, da capela, resquícios e escombros do antigo cemitério, localizadas em propriedade particular no município de São José da Boa Vista. Era considerado um antigo centro urbano do século XIX, dado suas proporções de época, mas hoje encontra-se desabitado, abandonado e praticamente desaparecido. Ao perder habitantes e conseqüentemente sua importância, foi absorvido pela formação urbana alguns quilômetros a oeste, onde hoje está localizado o município de São José da Boa Vista. O que restou foi sua importância como primeiro núcleo urbano nesta (re)ocupação da região intitulada “Norte Pioneiro” do Paraná.

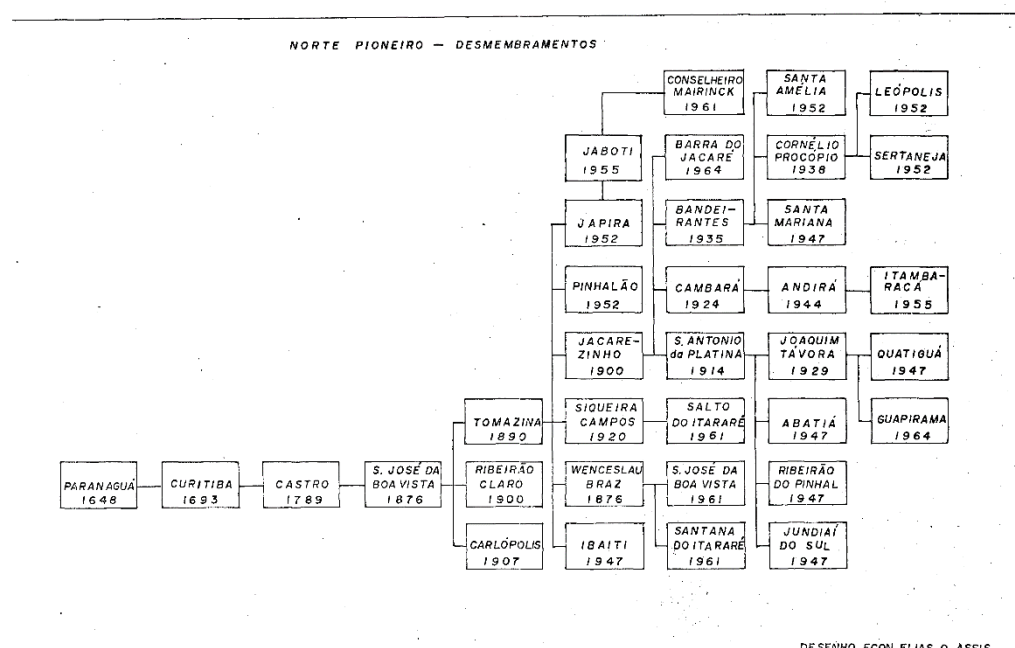
Assim como São José do Cristianismo, encontramos outro exemplo de núcleo urbano que desapareceu na região do “Norte Pioneiro”. Trata-se do pequeno povoado do Espírito Santo do Itararé, datada a doação de terras para sua formação em 1894, próximo à confluência do rio Itararé com o rio Paranapanema. Mas, novamente, a exemplo de São José do Cristianismo, foi preterida por outro centro urbano próximo.

Neste caso, por Ribeirão Claro, que se localizava em local alto e livre da malária, que já teria prejudicado a população da extinta vila descendo o rio Itararé. Sobre a questão sanitária mencionada:

[...] Espírito Santo do Itararé era um local muito insalubre. A maleita afugentava os migrantes. Como o afluxo da população continuava a aumentar, acabaram por escolher o local de um novo centro urbano, nas margens do riacho Ribeirão Claro. [...] A malária continuava a castigar a população de Espírito Santo do Itararé, localidade que chegou a ser sede da Comarca. Mas, a melhor localização do núcleo Ribeirão Claro, por ser mais seco e alto, atraiu a população de Espírito Santo do Itararé (WACHOWICZ, 1987, p. 86).

Os núcleos urbanos acima citados, encontram-se completamente desabitados, abandonados e praticamente desaparecidos. Em grande parte, devido à malária e à insalubridade do local, grandes alçozes desses povoados foram esvaziados em prol dos núcleos urbanos próximos. Como São José da Boa Vista, pequeno município, com população estimada pelo IBGE no ano de 2020, em 6160 pessoas e, após, Tomazina com 7807 habitantes. Ambos os municípios seriam gêneses dos desmembramentos territoriais de parte significativa das atuais cidades do “Norte Pioneiro”, conforme apresentado por Renê Mussalam, presente na figura 2:

Figura 2 - Desmembramento de municípios da Mesorregião do “Norte Pioneiro” Paranaense



Fonte: MUSSALAM, Renê. **Norte Pioneiro do Paraná: formação e crescimento através dos censos.** Dissertação de Mestrado. Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.

Voltando à (re)ocupação da região em estudo, a historiografia elenca como os primeiros “desbravadores” e “pioneiros”, o já citado Domiciano Corrêa Machado e Joaquim José de Senes, que se instalaram nas margens do rio Itararé, combatendo os grupos indígenas que, obviamente, habitavam as terras há séculos. Evidentemente a formação desses núcleos urbanos iniciais não aconteceu sem luta, pois mesmo expropriados de suas terras, os nativos resistiram. Para os novos habitantes, paulistas e mineiros, a instalação nas terras apresentava-se como oportunidade de usufruir de terras férteis, mas não ocorreria sem percalços e disputas:

Mas a instalação de fazendas não foi pacífica quanto se pensava, pois a região já estava habitada por índios que lutaram contra a invasão de seu território. Mesmo assim, foram formados núcleos urbanos, hoje designados: São José da Boa Vista em 1853, Siqueira Campos (ex-Colônia Mineira) em 1862, Tomazina em 1865, Ribeirão Claro em 1875, Wenceslau Braz em 1867 (TOMAZI, 1997, p. 139).

O trecho citado reforça a ideia da região como terras devolutas, que se encontravam à disposição para a posse. Na história tradicional, a ideia do vazio demográfico é repetida e, inclusive, de que teria ocorrido a ocupação das terras sem conflitos, como novamente destaca-se:

No Norte Pioneiro, assim como no resto do Paraná, a historiografia trata da ocupação da região como se ela tivesse sido pacífica, sem lutas ou resistências, uma vez que segundo a ideologia do vazio demográfico essas populações indígenas simplesmente não existiam. [...] os pesquisadores atentam o público para o pioneirismo dos mineiros que ocuparam a região do ‘Valuto’, e assim a ideia do vazio demográfico persiste em textos científicos, contribuindo para a marginalização histórica das populações indígenas que habitaram a região (CARSTEN, 2012, p. 49-50).

A ideia de que a terra era desabitada descaracteriza o caráter ocupacional dos grupos originários, além de servir como justificativa para a acumulação de latifúndios por parte de parcela da sociedade. A terra passou a não ser apenas um meio de sobrevivência ao homem e sua família, mas capital investido em recursos humanos e materiais. Com anuência do poder público, as terras são tomadas de assalto por fazendeiros com posses. Como exemplo do “fundador” de São José do Cristianismo, tem-se Domiciano Corrêa Machado, que

Para concretizar a posse, foi informar-se na paróquia de Faxina, atual Itapeva, se a região era realmente desocupada. Face à informação positiva, retornou a Minas Gerais. Vendeu sua fazenda a um seu irmão que pagaria a mesma quando pudesse. Organizou então uma comitiva, composta de parentes, alguns escravos e peões. [...] Registrou inicialmente sua posse em Faxina e, depois da criação da Província do Paraná, em Castro (WACHOWICZ, 1987, p. 81).

Nos escritos observamos, como acima citado, a presença do escravizado negro e da noção de terra desocupada, do vazio demográfico, ignorando-se a presença indígena. Tal presença foi omitida tanto por parte do latifundiário que virá apossar as terras, como por parte dos governos provinciais, e considera-se que também pelo governo imperial. Destaca-se, também, a questão econômica do “pioneiro”, que ao contrário do que se pensava inicialmente, de que seriam indivíduos sem recursos financeiros e que buscava novas terras para sobrevivência de sua família, quando na verdade, as fontes indicam ser de considerável condição econômica, como também demonstrado no início do núcleo urbano que deu origem a Tomazina:

O major Thomaz partiu de Itajubá com uma numerosa comitiva de parentes, amigos, camaradas, agregados e escravos, ao todo uma família patriarcal de cerca de 200 pessoas. Chegaram às margens do rio das Cinzas, na véspera do Natal. Adquiriram várias posses e ali se estabeleceram. Em 1878, o major Thomaz fazia a doação do patrimônio para a sede da povoação, que recebeu o nome de Nossa Senhora da Conceição Aparecida de Tomazina. Essas famílias mineiras, instaladas nos sertões do Norte Pioneiro, orgulhavam-se de seus vastos latifúndios (WACHOWICZ, 1987, p. 83).

As migrações não foram de pessoas pobres e sem posses; os ditos “pioneiros”, obviamente não de forma generalizada, mas há de se convir que muitos eram patrões que emigraram para continuar a serem patrões. Tratava-se de famílias patriarcais que deram origem aos “coronéis” que comandavam a política local nas décadas seguintes.

Existem relatos das migrações de grupos com menos recursos, mas essa massa migrante alcançaria as terras do “Norte Pioneiro” em meados do século XX. Nesse contexto, os latifundiários e empresas colonizadoras já haviam se apropriado de grandes fatias de território e os vendiam a preços menores do que os encontrados nas antigas moradas, principalmente em Minas Gerais.

A maneira como era feita a posse dessas terras, que em falta de legislação específica, ocorria conforme o entendimento de cada posseiro. Como relata ainda Ruy Christovam Wachowicz:

Os mineiros do Norte Pioneiro não faziam posse em qualquer lugar. Para eles uma posse deveria equivaler a uma **água**. Quem fazia a posse, procurava a cabeceira de um riacho. Instalado na cabeceira, é **dono da água e do terreno que a acompanha até o fim**. Esta posse ou *água* terminava quando este riacho deságua num rio maior. [...] Não era qualquer indivíduo que podia ou tinha condições de tornar-se proprietário. **Só podia fazer *possia* aquele que tinha recursos [...]. Os sem recurso não podiam fazer uma coisa dessas** (WACHOWICZ, 1987, p. 81-82, grifo do autor).

O município foco dessa pesquisa, Salto do Itararé, tem a origem de seu território ligada aos municípios de São José da Boa Vista, Tomazina e Siqueira Campos. Como vizinhos territoriais atualmente, tem-se o citado Siqueira Campos, Santana do Itararé e Carlópolis, os três no estado do Paraná, além de Barão de Antonina, no estado de São Paulo. Portanto, é importante conhecer um pouco sobre a história da ocupação e (re)ocupação desses referidos municípios, que auxiliará na compreensão sobre Salto do Itararé, tendo contextos de (re)ocupação parecidas.

São José da Boa Vista, município de origem territorial de boa parte dos que formam a região denominada de “Norte Pioneiro”, tem sua origem na historiografia ligada ao extinto São José do Cristianismo. Ambos foram núcleos urbanos formados com a visão de “progresso”, resultante da chegada do “pioneiro”, levando a comunidade a possuir, em 1872, no primeiro recenseamento geral do Império, cerca de 1572 habitantes, e ser oficializado a partir de uma sequência de decretos e leis:

São José da Boa Vista, pela Lei Provincial nº 421, de 29/03/1875, tornou-se sede do Distrito Judiciário. Pela Lei Provincial nº 448 de 24/03/1876 foi elevada à categoria de Município. A criação do termo deu-se em 1879, e um ano depois tornou-se Comarca. Esta última, porém, foi suprimida pela Lei nº 717 de 09/12/1882. Em 02/11/1889 pela Lei nº 968 foi novamente elevada à categoria de Comarca. E, pela Lei Estadual nº 246 de 24/12/1897, foi elevada à categoria de cidade. Com o desbravamento, o surpreendente desenvolvimento econômico e o povoamento dos sertões do Norte do Paraná, foram sendo criados novos municípios, cujos territórios eram desmembrados da Comarca de São José da Boa Vista. Esta última, então começou a perder o vigor de outrora, entrando, posteriormente, em declínio (MUSSALAM, 1974, p. 29-30).

Havia uma visão de progresso, este ligado a questões como quantidade de habitantes, desenvolvimento do comércio e estradas de ligação com outros centros urbanos. Assim sendo, São José da Boa Vista ganhou o protagonismo em relação à

São José do Cristianismo, culminando com a extinção do segundo, e após, perde para Wenceslau Braz, com a chegada da estrada de ferro Jaguariaíva – Jacarezinho e o “progresso” e “modernidade” trazidos por esta. Relata-se que a mesma estrada de ferro não passou pela cidade de São José da Boa Vista, pois a liderança política da época não permitiu, conforme constatado por Wachowicz

Esta estrada originalmente deveria passar por S. José da Boa Vista, o mais antigo núcleo urbano da região. Lá chegaram os engenheiros e abriram as picadas, mas a estrada de ferro por ali não passou. O chefe político Adelino de Camargo, o popular coronel Lico, assim não o quis. Afirmava que a estrada de ferro traria bandidos, ladrões, mulheres, doenças etc. [...] Passou então a ferrovia a poucos quilômetros para oeste, na localidade que se chamou Wenceslau Braz. Em consequência, poucos anos após, era extinto o município de S. José da Boa Vista, passando inclusive a comarca para Wenceslau Braz. Quase toda a população de S. José da Boa Vista e Sta. Ana do Itararé, passou-se para Wenceslau Braz e Siqueira Campos (WACHOWICZ, 1987, p. 110).

Assim, São José da Boa Vista deixou seu protagonismo territorial e símbolo da chegada do “pioneiro” mineiro e paulista à região. Os indígenas, habitantes que viviam na localidade há séculos, não são nem citados pela historiografia que trata das origens desse município.

De semelhante modo ocorre também em relação ao município de Tomazina, fundado por meio dos trabalhos de um “visionário”, que previu o progresso e desenvolvimento da região. Na figura do major Thomaz Pereira da Silva, que fez a “doação” das terras que dariam origem ao núcleo urbano de Tomazina:

As origens do atual município de Tomazina remontam ao ano de 1865. Naquele ano, afluiu ao local outra leva de mineiros, que, atraídos pela exuberância das terras vizinhas ao rio Itararé, adquiriram enorme extensão de terras, situadas às margens direita e esquerda do Rio Cinzas. Tomazina progride rapidamente, chegando à categoria de Município em 8 de maio de 1889, pela Lei n.9 322, dando-se a instalação a 7 de novembro de 1890. Judicialmente, ficou subordinada à Comarca de São José da Boa Vista (MUSSALAM, 1974, p. 30).

Novamente observamos a ausência na historiografia dos grupos indígenas que habitavam a região do município de Tomazina. Notadamente, há de se espantar que não haja tantas referências sobre as populações indígenas na (re)ocupação do município, pois a localidade é onde se encontra atualmente uma das poucas Terras Indígenas do “Norte Pioneiro”. A Terra Indígena (TI) de Pinhalzinho foi demarcada em 1986, pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em territórios já ocupados pelos

indígenas Guarani em períodos anteriores à chegada do Major Thomaz Pereira da Silva, “pioneiro fundador” da cidade. Mas esta população sempre se fez presente, como ressaltado por Sirineu Mota Pereira:

Em correspondência do dia 23 de maio de 1882 do subdelegado de polícia de São José da Boa Vista, o Sr Joaquim Soares de Siqueira, ao Sr. Carlos Augusto de Carvalho, Presidente da Província do Paraná, informa que alguns índios do Aldeamento Barra Grande, perto de Nossa Senhora da conceição Aparecida de Tomazina, foram até sua residência reclamar que moradores da região estavam invadindo suas terras e destruindo suas plantações e os animais que criavam, solicitaram a demarcação da área onde residiam, composta por mais de duzentas pessoas, e que as fronteiras dessa demarcação não fossem invadidas (PEREIRA, 2012, p. 23).

Inclusive, na pesquisa de Aluizio Alfredo Carsten sobre a ocupação humana na bacia dos rios das Cinzas, que cobre parte do “Norte Pioneiro”, é utilizado da arqueologia para corroborar a ocupação dos indígenas do território, muito antes da chegada dos latifundiários mineiros e paulistas. A pesquisa de Carsten (2012), contrapõe a ideia de que a ocupação da região foi iniciada por fazendeiros mineiros, e que antes desses a região era vazia.

A região entre o rio Cinzas e o Itararé, denominado Valuto, é onde se localiza o município central deste trabalho. Estão integrados à sua bacia os territórios dos municípios de Wenceslau Braz, Tomazina, Carlópolis e Siqueira Campos. A união da história com a arqueologia, utilizada por Aluizio A. Carsten (2012), advém de que, ao contrário dos historiadores, os arqueólogos não iniciam suas pesquisas em uma data pré-determinada. O pesquisador considera que:

Neste estudo foi constatado que a área que compreende a bacia do rio das Cinzas ainda não possui uma explicação sobre seu processo de ocupação humana, porém, conta com uma grande quantidade de vestígios materiais das populações que antecederam a colonização moderna do Norte Pioneiro. [...] os dados produzidos a partir da pesquisa arqueológica são suficientes para a formulação de hipóteses visando estabelecer uma explicação mais consistente sobre a ocupação humana da bacia do rio das Cinzas e conseqüentemente do Norte Pioneiro do Paraná (CARSTEN, 2012, p. 28).

Aproximadamente, data-se 10 mil anos de ocupação da região por populações nativas, mesmo antes dos indígenas conhecidos etnograficamente. A partir dos estudos de Nelson Dacio Tomazi (1997) e Aluizio Alfredo Carsten (2012), deixa-se claro que ao se tratar da chegada do colonizador centrado na figura do “pioneiro” migrante mineiro e paulista, o melhor termo aplicado é o de (re)ocupação.

O município de Carlópolis, que recebeu de início a denominação de Jaboticabal, era um núcleo de migrantes paulistas, tendo desenvolvimento populacional no início do século XX. A divisão territorial entre os municípios de Salto do Itararé e Carlópolis foi alterada, por meio da Lei nº 5.619 de 24 de agosto de 1967, tendo em vista o resultado do plebiscito realizado em data de 26 de abril de 1964, transferindo o Distrito Administrativo de Marimbondo, popularmente conhecido como Alemoa, de Salto do Itararé para Siqueira Campos. É banhado pela Represa Chavantes, que teve o enchimento do reservatório ocorrido entre 1969 e 1971, alterou a divisão territorial entre os referidos municípios com suas águas, e não mais por terra, como era no início da emancipação dos municípios.

Os estudos de Aluizio Alfredo Carsten (2012) apontam a existência de sítios arqueológicos no município de Carlópolis, como destacado no quadro a seguir:

Quadro 1 - Sítios Arqueológicos do município de Carlópolis

Nº do CNSA ⁵	Nome do Sítio	Vestígios	Tradições Arqueológicas	Responsável pelo registro	Data do registro
PR00074	Corredeira das Ilhas 1	Cerâmico	Itararé	Igor Chmyz	14/02/1968
PR00075	Morro Alto	Lítico	Não atribuída	Igor Chmyz	17/02/1968
PR00076	Boda do Verde	Lítico/Cerâmico	Tupiguarani	Igor Chmyz	17/02/1968
PR00077	Corredeira das Ilhas 2	Lítico/Cerâmico	Tupiguarani	Igor Chmyz	18/02/1968
PR00078	Praia de Areia 1	Lítico/Cerâmico	Tupiguarani	Igor Chmyz	21/02/1968
PR00079	Praia de Areia 2	Lítico/Cerâmico	Tupiguarani	Igor Chmyz	30/12/1968
PR00080	Praia de Areia 3	Lítico/Cerâmico	Tupiguarani	Igor Chmyz	21/02/1968
PR00081	Praia de Areia 4	Lítico/Cerâmico	Tupiguarani	Igor Chmyz	21/02/1968
PR00082	Água Suja	Lítico/Cerâmico	Tupiguarani	Igor Chmyz	21/02/1968
PR00083	Colina do Pasto 1	Lítico/Cerâmico	Não atribuída	Igor Chmyz	24/02/1968
PR00084	Colina do Pasto 2	Lítico	Não atribuída	Igor Chmyz	24/02/1968
PR00085	Segunda Corredeira	Lítico	Não atribuída	Igor Chmyz	15/02/1968

Fonte: CARSTEN, Aluizio Alfredo. **Ocupação humana da bacia do rio das Cinzas**: Uma história de povos sem história. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História – PPH, Universidade Estadual de Maringá, 2012.

Os sítios arqueológicos evidenciam a presença indígena no município de Carlópolis muito antes da chegada dos primeiros “pioneiros” paulistas, como registra a historiografia oficial. Essa presença é ignorada, ao menos nos materiais que estudamos a respeito da (re)ocupação e origem do núcleo urbano da cidade.

Não foi somente em Carlópolis que os estudos arqueológicos evidenciaram a presença, de forma consistente, dos povos originários em território do “Norte Pioneiro” Paranaense, como constatado:

⁵ O Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA / SGPA) apresenta os sítios arqueológicos brasileiros cadastrados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com todo o detalhamento técnico e filiação cultural dos Sítios Arqueológicos.

Segundo dados arqueológicos, na região hoje situada ao norte do Estado do Paraná, viviam povos há milhares de anos atrás. [...] os Xetá, os kaingang e os Guaranis, indígenas que habitavam este território, têm seus antepassados nas seguintes tradições: Caçadores-coletores não ceramistas: Tradição Umbu (fase Itaguajé); 8 mil anos atrás, no Norte do Paraná; [...] Ceramistas: Tradição Tupi-guarani: 2 mil anos atrás, no Norte do Paraná; Tradição Casa de Pedra, Itararé e Taquara: tão antigas quanto a Tupi-guarani (MARTINS, FRANCISCON, 2018, p. 58).

O intuito deste trabalho não é voltar-se à arqueologia, mas utilizarmos esses estudos, baseados em pesquisas arqueológicas, para evidenciar a importância da integração dos povos indígenas à análise do processo de colonização do “Norte Pioneiro” Paranaense. Segundo Tomazi (1997), como todos os homens que vivem em sociedade, eles também fazem parte da história em estudo, e seus descendentes são a prova viva das suas existências e participações da nossa história regional e local.

Outro município com território limítrofe a Salto do Itararé é o de Santana do Itararé, que outrora recebera o nome de Passo dos Barbosas e depois Santa Ana do Itararé, como comenta Wachowicz: “O Passo dos Barbosas transformou-se na localidade de Santa Ana do Itararé, que teve seu cemitério oficialmente instalado por provisão do bispo de São Paulo em 16 de junho de 1876 e a capela inaugurada em 18 de março de 1884” (WACHOWICZ, 1987, p. 86).

No livro escrito por Sirineu Mota Pereira, “Bruacas e bugigangas: as origens da colonização de Santana do Itararé e região”, o autor busca resgatar a história do município. Também se refere aos vários nomes recebidos pela localidade:

Os primeiros habitantes de nossa cidade chamavam o povoado de várias maneiras, o primeiro nome que recebeu [...] era Passo dos Barbosas, [...]. Na doação de terras de Anna Joaquina à igreja em 1886, apareceu Santa Anna do Itararé, mas também chamado de Barbosa. [...] esse nome é devido ao nome do primeiro homem branco a fixar no lugar, o mineiro João Barbosa e seu filho Joaquim Barbosa. Em 1893 o lugar já passou a ser oficialmente Distrito, mas aparecia tanto como Santa Anna do Itararé quanto Santana dos Barbosas, pertencendo a São José da Boa Vista, e depois a Wenceslau Braz, e em 1961 o Distrito de Santa Anna do Itararé, passou a ser o município de Santana do Itararé (PEREIRA, 2012, p. 55-56).

O autor atribui a fundação do povoado do Passo dos Barbosas ao integrante da Ordem dos Frades Capuchinhos, Frei Mathias de Gênova, religioso oriundo da cidade italiana de Gênova, batizado com o nome de Michele Grossi. Em visita ao aldeamento de São João Batista do Rio Verde, que originaria a atual cidade de Itaporanga, no estado de São Paulo, obrigatoriamente passou pela posse dos

Barbosas. Isso ocorreu no ano de 1856, quando orientou a construção de uma capela que deu origem ao núcleo urbano, que resta evidente a importância dada pelo autor ao Catolicismo, na origem do município, ocorrido após intervenção do monge capuchinho.

O processo de (re)ocupação, com a posse do território, é creditado ao migrante mineiro João Barbosa e seu filho Joaquim Barbosa. Pereira (2012) considera que o trisavô de João Barbosa é descendente de italianos e que os Barbosas vieram com o intuito de adquirir ou apossar terras na região do rio Itararé ao final do século XIX. Em 1884 adquiriram dos posseiros e latifundiários, Joaquim José de Senes e Pedro Vidal. Grata surpresa ao ler as pesquisas de Sirineu Mota Pereira (2012), foi encontrar menção a meus avós maternos, Marino Pereira Coutinho e Maria Vaz de Lima, dona “Marieta”, que migraram da região de Congonhal (MG) para Santana do Itararé, no começo da segunda metade do século XX. O autor também reconhece a presença indígena na região do “Norte Pioneiro” e no entorno do município de Santana do Itararé:

Na localidade em que surgiram esses primeiros povoamentos, eram terras habitadas por indígenas, pertencentes à grande família Guarani, aos Caingangues e Caiuás. Esses nativos eram os verdadeiros donos dessas terras que para o colonizador branco eram terras devolutas [...] (PEREIRA, 2012, p. 22).

Tal presença é melhor destacada quando nos referimos ao vizinho de Salto do Itararé pelo estado de São Paulo, o município de Barão de Antonina, com nome que homenageia o latifundiário João da Silva Machado. No livro “Barão de Antonina: o despertar de uma cidade”, escrito pelo memorialista Luiz Gonzaga de Carvalho, no qual trata das origens do município, descreve qualidades do latifundiário, como de ser um grande empreendedor e responsável pela “bondade” na catequese dos indígenas, verdadeiros ocupantes da terra.

Em terras mapeadas entre uma linha reta virtual traçada ligando os rios Itararé e Verde, [...] terras estas ocupadas pelos índios Caiuás, mas pertencentes e doadas ao Estado por João da Silva Machado, o Barão de Antonina, rico latifundiário com grandes extensões de terras no sudoeste de São Paulo, Norte do Paraná e Mato Grosso, [...]. Entretanto, benemérito da catequese e aldeamento dos índios, esse grande empreendedor, criou também outras aldeias e acampamentos, origem de novas cidades, desbravou e abriu estradas nas suas terras. Em 1912, os remanescentes da tribo dos Caiuás foram transferidos pelo Serviço de Proteção aos Índios, para a região de Bauru (CARVALHO, 2014, p. 13).

Mesmo não fazendo parte da região “Norte Pioneiro” Paranaense, convém citar Barão de Antonina devido à sua posição geográfica de limites territoriais com Salto do Itararé. Neste início de (re)ocupação das terras do município, encontramos a participação efetiva do capital, na figura do estado de São Paulo e aqui representado pelo Departamento de Imigração e Colonização, subordinado à Secretaria da Agricultura. Após a expropriação das terras de seus habitantes originários, os indígenas Caiuá, braço da nação Guarani, ocorreu a divisão do território pelo órgão governamental.

O trabalho do memorialista Luiz Gonzaga de Carvalho é uma das poucas bibliografias de estudo sobre a história local de Barão de Antonina. Contudo, essa obra denota desconhecimento e desprezo para com os grupos indígenas que habitavam e habitam o município, como referido pelo autor:

O Governo Estadual decidiu, então, fazer ocupar estas terras improdutivas – os índios não trabalhavam, não produziam, viviam da caça e da pesca ou prestando serviços, eventualmente, aos poucos colonos do local – criando para tanto um Núcleo Colonial. Mas para isso precisou o governo, através do Serviço de Proteção ao Índios (SPI), indiferente aos interesses destes promover a transferência dos remanescentes da tribo dos caiuás para o Posto Indígena Araribá, em Piratininga, na região de Bauru (CARVALHO, 2014, p. 24).

Ocorreu um grande destaque para a migração estrangeira no trabalho do memorialista, tanto de europeus, de várias nacionalidades, como de asiáticos. Um núcleo comum em trabalhos de outros memorialistas pesquisados é a opção pelo destaque aos sobrenomes dos “pioneiros”, em detrimento dos caboclos e, principalmente, dos grupos indígenas que ocupavam a região antes da chegada do migrante.

Referindo-se a Barão de Antonina, temos como contraponto uma pesquisa realizada no âmbito da Antropologia, de Lígia Rodrigues de Almeida, intitulada “Os Tupi Guarani de Barão de Antonina – SP: migração, território e identidade”. Neste trabalho, são abordados o processo de expropriação das terras da região, os problemas enfrentados pelos indígenas e a retomada das terras tradicionais no município de Barão de Antonina. Baseando-se nos escritos de Curt Nimuendaju, a autora afirma que a migração dos Guarani pelas regiões do Império brasileiro os teria feito chegar à região no início do século XIX, onde:

Ali viveram por algum tempo na fazenda Pirituba, sendo solicitado, posteriormente, em 1845, pelo Barão de Antonina, um missionário para criação de um aldeamento (São João Batista do Rio Verde). Mais tarde, no ano de 1912, dizimados pelas epidemias e cercados pelos colonos, aceitaram o convite de Nimuendaju para se transferirem para a reserva indígena do Araribá (ALMEIDA, 2011, p. 34).

Esses grupos retomarão posse de parte de suas terras apenas no início do século XXI, com os processos de demarcação de terras ainda em andamento. Consideramos como de mesma origem, dos primeiros habitantes do território onde encontra-se o município de Salto do Itararé, os antepassados dos guaranis das duas aldeias atuais de Barão de Antonina. Afinal, os limites territoriais demarcados nos mapas em nada significavam aos povos originários, que viam como obstáculo a travessia do rio Itararé, facilmente atravessado pelas corredeiras que existiam, antes da represa Chavantes. Como constata Almeida:

Os índios de *Pyhaú* contam em seus relatos, histórias dos antigos que andavam por toda a região de Fatura, Piraju, Salto Grande e Salto do Itararé e afirmam que nessas regiões havia outros índios, chamados por eles de Coroados, devido ao corte de cabelo que utilizavam (ALMEIDA, 2011, p. 33).

O município de Itaporanga, também localizado no estado de São Paulo, tem certo relacionamento com a colonização da região de entorno de Salto do Itararé, visto que as populações originárias e migrantes, obviamente, não se fixavam de acordo com os limites territoriais definidos pelos poderes constituídos, respectivamente, pelos impérios português e brasileiro e república brasileira. Itaporanga tem como limite geográfico e natural a confluência dos rios Verde e Itararé, onde às margens do primeiro, fez-se surgir o povoado de São João Batista. Por volta de 1844, o Frei Pacífico de Monte Falco, da ordem dos capuchinhos, chegou com a missão de catequizar os indígenas da família Guarani, os Caingangues e Caiuás, com “doação” de terras do Barão de Antonina para a formação de uma vila. Mais tarde, o povoado foi elevado à condição de distrito, em 1850, e município, em 1873, com o nome de São João Batista do Rio Verde, alterado ao final do século XIX para Itaporanga, que traduzido do Guarani significa “pedra bonita”. Itaporanga teve grande relacionamento com o pequeno povoado de Salto do Itararé, destacando-se como mais importante município pelo estado de São Paulo nas relações comerciais com esta região do Paraná.

Para finalizar, em relação aos municípios ligados à origem da (re)ocupação de Salto do Itararé e/ou limítrofes, nos atemos neste momento a Siqueira Campos. Provavelmente, Siqueira Campos é o município de maior ligação com as origens do núcleo urbano e da chegada dos “pioneiros” à cidade central em nossas pesquisas. Segundo Renê Mussalam:

A primeira penetração efetuada na área de Colônia Mineira data de 1843, no entanto, somente duas décadas depois – 1863 – é que se formou ali um pequeno povoado. Povoada quase que exclusivamente por mineiros – o próprio nome diz – Colônia Mineira, torna-se município pela Lei Estadual nº 1913, de 23/02/1920, e tem seu nome mudado para Siqueira Campos, em 1930 (MUSSALAM, 1974, p. 30).

Mussalam (1974) destaca a importância da figura do “pioneiro” mineiro na formação do núcleo urbano, que mais tarde seria Siqueira Campos. Já Ruy Christovam Wachowicz traz a denominação do personagem que seria responsável pela formação do povoado:

No divisor de águas entre os rios Itararé e Cinzas, em 1843, surge a posse de Joaquim José de Sene, limitada pelas Serras dos Pereiras, Guabirotuba e Boa Vista. Em 1848, Sene vendeu sua posse a José Bernardo de Gouvêa, por uma espingarda de carregar pela boca. Em 1853, a mesma posse foi adquirida pelos irmãos Miguel Joaquim e Francisco de Paula da Silva, por 700\$000 rs. Foi o chefe político de S. José da Boa Vista, o capitão Tico Lopes, que deu a esse incipiente núcleo o nome de Colônia dos Mineiros, simplificado depois para Colônia Mineira, para mais tarde fixar-se em Siqueira Campos (WACHOWICZ, 1987, p. 82).

Apesar da ênfase na figura do migrante mineiro, os registros de casamentos do Cartório Civil, mapeados por Wachowicz, demonstram em seu primeiro registro, datado de 1910, que apenas 7,4% da população era composta por mineiros. Destaca-se a grande participação de paranaenses no total da população, estranho para a alcunha de Colônia dos Mineiros ou Colônia Mineira.

Os dois historiadores citados acima, não fazem menção aos povos que viviam na região antes da chegada de Joaquim José de Sene, tampouco aos possíveis e prováveis caboclos sem posses ou condições de manter propriedade, ou aos indígenas, que habitavam há tempos o território. O memorialista Joaquim Vicente de Souza, em seu livro “Norte Pioneiro – Norte Velho: Siqueira Campos no cenário do norte do Paraná”, relata, à sua maneira, a presença indígena na região e sobre o

período que antecedeu a chegada dos “pioneiros” mineiros ao território do atual município:

Antes do caminho do branco, o trilho do bronzado, ou antes do intruso, o nativo. Essa região, segundo historiadores e indianólogos, era habitada pela grande nação dos índios Guaranis, selvagens de proverbial mansidão, e que viviam da caça e da pesca pela floresta e rios destas paragens. Destes índios ainda temos muitas notícias, inclusive de testemunhas vivas, que deles contam muitos passados quando por aqui transitavam dos seus aldeamentos do Tijuco Preto (Piraju) e São João Batista do Rio Verde (Itaporanga), em andanças para outro grande aldeamento no Pinhalzinho (Ribeirão do Pinhal), às margens do rio Laranjinha (SOUZA, 2007, p.16).

O memorialista demonstra sua admiração pela língua tupi, destacando que era pelos mesmos indígenas chamados de “nheêngatú”, ou língua bela, e é mesmo de tal formosura e encantamento, que deveria ser o idioma nacional brasileiro, assim relata Souza (2007). Mas, ao mesmo tempo, reflete o desconhecimento da cultura e religiosidade do indígena, ou talvez apenas tenha surgido o sentimento cristão de catequização:

Sentimos também como cristãos herdeiros desta bela doutrina civilizadora, o orgulho de que já antes de nossos avós, cuidava aqui um pastor espiritual das almas dos pobres selvagens que, infelizmente não puderam sobrepujar o branco, ou com ele conviver, quando a história desta região e deste país talvez fosse contada com muito mais beleza e candura sentimentais (SOUZA, 2007, p. 20).

Outra contradição encontrada em nossas pesquisas refere-se ao fato de que o “Norte Pioneiro” seria um prolongamento da cafeicultura paulista. Apesar da sociedade que surgira no “Norte Pioneiro” apresentar as mesmas características gerais da paulista e mineira, patriarcal e latifundiária, não seria uma regra geral, visto que:

Nem toda a população aí estabelecida no século XIX estava ligada aos latifundiários. A cultura do café, do final do século passado, nunca se desenvolveu. Os núcleos mais antigos como S. José da Boa Vista, Colônia Mineira, Tomazina, Santa Ana do Itararé etc., não conseguiam ampliar a cafeicultura (WACHOWICZ, 1987, p. 95).

Apesar de possuir pés de café, não era a intenção sua produção em grande escala, pois faltava infraestrutura e mercado consumidor na região. Como bem ressalta Tomazi:

Nesta época, a maior parte das atividades agrícolas se concentravam em produtos como milho, feijão, trigo e também café. Quanto à atividade de criação e engorda de porcos, é significativo assinalar a expressão corrente da época: 'era a melhor forma de transportar milho' (TOMAZI, 1997, p. 141).

A suinocultura foi, no início da (re)ocupação, uma atividade predominante. Criado no sistema chamado de "safra", onde após a derrubada da mata, plantava-se milho, abóbora e batata-doce, e assim que atingisse tamanho as culturas, o porco era solto no meio das plantações para engorda. É muito interessante o manejo desses animais, que eram transportados pelas parcas estradas da época, em comitivas de tropeiros. Da região em estudo, principalmente Siqueira Campos e São José da Boa Vista, eram vendidos mais ao sul da província, em Jaguariaíva e Itararé. Assim, o memorialista de Colônia Mineira relata também a criação de porcos no estilo safra, bem como as dificuldades enfrentadas e a mão de obra utilizada na empreitada:

Era nos começos (sic) apenas o capado que rendava dinheiro para os primeiros habitantes. [...] Tocavam as porcadas por terra e levavam um mês e até mês e meio para chegar ao destino nesta longa caminhada, perdiam os capados muito peso. Levavam cargueiros de milho com o que iam tratando os porcos. [...] Nisto não foram pequenos os sacrifícios representados por alguns pretos velhos, índios e camaradas brancos e seus filhos, neste drama pungente (SOUZA, 2007, p. 65).

Nota-se claramente no relato a utilização da mão de obra do negro, não citado pelo memorialista se eram escravizados ou libertos, e do indígena, citado separadamente dos camaradas brancos, na condução da vara de porcos ao seu destino. A criação de porco, pelo modelo de safra, também é destacada por Pierre Monbeig:

Bastava semear milho, nos campos desmoitados pelo fogo e neles deixar os animais em liberdade. Quando estes engordavam suficientemente eram conduzidos em extensos rebanhos [...]. viajava lentamente a porcada, de manhãzinha e ao cair da tarde, para evitar o calor que maltratava os animais. Uma porcada reunia quatro ou cinco talhadas ou grupos de cerca de quarenta cabeças. O rebanho era escoltado por carros de boi, carregados de toucinho e carne seca, destinado ao abastecimento dos condutores e à venda do excedente. Levava também um pouco de fumo, a planta que tanto queria a gente em Minas (MONBEIG, 1984, p. 136).

A criação de porcos é exemplificada como destaque econômico neste início de (re)ocupação na região estudada, junto à agricultura de subsistência. A falta de infraestrutura e meios de escoamento da produção dificultaram o avanço do capital inicialmente na região, fato ocorrido a partir do século XX, com a estrada de ferro

Jaguariaíva – Jacarezinho que, mesmo ocorrendo a “passos de tartaruga”, contribuíram para o “desenvolvimento” e “progresso” da região. Mas o que pretendemos demonstrar em nossa pesquisa, não é esse desenvolvimento econômico trazido pela figura do pioneirismo desbravador, que enfrenta a natureza hostil, desconsiderando a presença do indígena no território. Na verdade, quando se trata da região em estudo, ou seja, relacionado ao município de Salto do Itararé e entorno territorial, observamos que:

Na historiografia, há poucas produções publicadas que problematizam os confrontos entre índios e pioneiros, no momento da (re)ocupação paranaense, principalmente, estudos que compreendam a relação indígena e sua inserção na sociedade norte-paranaense nos anos seguintes ao movimento de colonização. Podemos supor, entretanto, que muitos índios e caboclos tornaram-se posteriormente trabalhadores assalariados ou que então migraram para outras regiões, conforme o progresso e a modernidade avançavam. Podemos dizer, ainda, que alguns índios estão em reservas territoriais restritas, concedidas pelo Estado do Paraná [...] (RAMOS; ALVES, 2013, p. 193).

Observamos, assim, a necessidade de novo olhar sobre a região, que destaque todos os personagens inclusos em sua formação. Como bem conclui Carsten:

Portanto, somente com os habituais documentos escritos já foi possível apontar a presença desses indígenas antes do momento da chegada dos migrantes mineiros e paulistas à região, que, já era habitada por populações indígenas. [...] o argumento que as terras estavam vazias no momento da chegada dos fazendeiros mineiros e paulistas já não convence mais (CARSTEN, 2012, p. 90).

Como já feito por Tomazi (1997), procuramos superar a ideia apontada por uma historiografia paranaense consolidada no século XX e perpetuada por memorialistas, que se refere à região do “Norte Pioneiro” Paranaense como um vazio demográfico. Ao citar um território formado por matas virgens, silencia-se e exclui a presença de indígenas e caboclos como povos e pessoas presentes nesse espaço.

A memória indígena no “Norte Pioneiro” Paranaense, ou na região do “valuto”, entre os rios Cinzas e Itararé, está evidente a todo lado que olhamos. Está presente nos descendentes, miscigenados, que vivem nas regiões periféricas e precárias dos municípios da região, ou, tentando manter sua identidade, confinados em pequenos aldeamentos ou Terras Indígenas como as citadas em nossa pesquisa, por exemplo.

Está presente também na origem do nome dos municípios que integram essa região, alguns exemplos que vem das línguas indígenas, preferencialmente o Tupi e o Guarani, podem ilustrar melhor o que dizemos: Ibaiti, que significa “água da pedra” ou “rio com bastante fruta”; Jataizinho, que significa “árvore de fruto duro”; Quatiguá, também do tupi, que significa “água dos quatis”; Jacarezinho, que vem do termo tupi *yaka'ré*, “aquele que olha de lado”; Guapirama, que significa “região onde começam os vales”; e, por fim, obviamente temos a palavra Itararé, de Salto do Itararé e Santana do Itararé, sendo originário do Tupi e que significa “pedra que o rio cavou”.

Ao basear-se somente nas referências deixadas pelo colonizador, percebe-se que o indígena foi transformado em um obstáculo natural a ser vencido nas terras aptas a serem conquistadas e ocupadas. Mas, apesar da violência, ao invés de desaparecer, voltaram a crescer e se fortalecer, inclusive politicamente, exercendo considerável influência sobre os estudos acadêmicos, sendo que

Há ainda muitas histórias de índios para se escrever e contar e há, principalmente, muito o que repensar sobre as histórias regionais e do Brasil, quando se reconhece os índios como sujeitos dos processos nos quais se inserem (ALMEIDA, 2010, p. 160).

Notadamente, parte das populações indígenas conseguiu manter alguns antigos territórios, procurando sempre se adaptar ao meio, desconstruindo, ainda mais, o mito do vazio demográfico. Sendo certo de que

Os indígenas deveriam ser parte da sociedade ocupando os mesmos espaços que qualquer outro cidadão com a prerrogativa da liberdade de livre manifestação e vivência em suas práticas culturais. Seus direitos territoriais deveriam ser garantidos, assegurando-lhes a possibilidade de viverem a seu modo, com suas tradições, suas cosmologias e seus costumes (BRIGHENTI, 2016, p. 234-235).

Como parte da sociedade brasileira, e conseqüentemente paranaense e saltense, a participação dos grupos indígenas na origem e formação dos municípios do “Norte Pioneiro” deve chegar aos estudantes. A sala de aula é o lugar privilegiado para estabelecer diálogos dos saberes, porque é o espaço em que a ciência se materializa e toma a dimensão social (BRIGHENTI, 2016).

2.2 SALTO DO ITARARÉ

Salto do Itararé está localizado na mesorregião do “Norte Pioneiro” Paranaense, integrante da microrregião de Wenceslau Braz, na regionalização proposta pelo IBGE entre 1989 e 2017. Com a nova regionalização de 2017, passa a integrar a Região Geográfica Imediata de Santo Antônio da Platina, e, conseqüentemente, a Região Geográfica Intermediária de Londrina, conforme mapa da figura 3.

Figura 3 - Mapa do estado do Paraná, com o município de Salto do Itararé em destaque



Fonte: WIKIMEDIA. Mapa do Paraná – município de Salto do Itararé. **Wikimedia**, 2021. Disponível em https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Parana_Municip_Saltodoltarare.svg

Como mencionado anteriormente, tem como limítrofes, os municípios paranaenses de Carlópolis, Santana do Itararé e Siqueira Campos, e pelo lado paulista o município de Barão de Antonina, de acordo com o mapa da figura 4.

Figura 4 - Limites territoriais do município de Salto do Itararé



Fonte: IPARDES. **Caderno Estatístico do Município de Salto do Itararé.** IPARDES, ago., 2021).

Os dados obtidos a respeito do município de Salto do Itararé são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e do Instituto de Terras, Cartografia e Geologia (ITCG). É caracterizado por uma área territorial de 200,520 km², população de 5178 pessoas no último censo, em 2010 e estimada de 4.898 em 2020. Possui ainda um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 0,704, segundo censo de 2010. Encontra-se a 502 metros de Altitude, com coordenadas geográficas de 23°36'19" de Latitude Sul e 49°37'29" de Longitude Oeste, com clima subtropical e uma vegetação do bioma Mata Atlântica, bastante comprometida pela ação antrópica.

Com gentílico denominado de saltense-do-itararé pelo IBGE, é comumente chamado apenas de saltense. Encontra-se em entroncamento rodoviário que compreende a PR-424, ligando à PR-092 e ao município de Siqueira Campos; a SP-281, ligando ao município de Barão de Antonina, e, conseqüentemente, ao estado de São Paulo; e a PR-151, em seu trajeto entre os municípios de Carlópolis e Santana do Itararé, tendo Salto do Itararé centralizados entre eles.

O nome de Salto do Itararé, possui a seguinte etimologia:

Salto Vem do latim '**salto**' e refere-se a queda d'água.
do Contração da proposição '**de**' (posse), com o artigo masculino '**o**'.

Itararé Origina-se do tupi 'i'ta' ... pedra + 'ra'ré ... escavada, oca: lapa cavada pelas águas, conduto subterrâneo, sumidouro, pedra que o rio cavou (FERREIRA, 2006, p. 272, grifo do autor).

A homenagem é feita por conta das várias corredeiras existentes no decorrer do curso do rio Itararé, dentro do município e próximo ao núcleo urbano. Atualmente, as corredeiras estão escondidas pelas águas, após o enchimento da represa Chavantes. Apesar disso, em tempos de baixa do nível das águas da represa, é possível visualizar algumas dessas quedas d'água, como observa-se na fotografia 1, anterior ao represamento:

Fotografia 1 - Corredeiras do rio Itararé, próximo ao núcleo urbano (década de 1960).



Fonte: Arquivo pessoal. Cedida pela senhora Toninha Pereira.

A historiografia oficial, relativa às origens do município de Salto do Itararé, é composta por escassas produções, baseada em relatos orais e memória de antigos e já falecidos cidadãos. Nessa historiografia, os primeiros moradores seriam migrantes mineiros que teriam chegado à região na segunda metade do século XIX. Apesar de divergentes quanto à data, um português, de nome Narciso Marinho, seria o migrante que teria se apossado das terras que hoje formam Salto do Itararé. Ele teria dividido

as terras em lotes e vendido aos primeiros migrantes mineiros que chegaram à região, vindo do consolidado povoado de Colônia Mineira, atual Siqueira Campos.

Nesse contexto, por volta de 1863, (re)ocupam a região a família de José Caetano de Carvalho e Maria Romana Barbosa, citado por memorialistas como a primeira família a ocupar a localidade, seguidos depois por outras famílias de “pioneiros” mineiros, como Joaquim José de Sene, Caetano José de Carvalho, Inocêncio José de Carvalho, Pedro José da Rocha e João de Oliveira Rocha (FERREIRA, 2006).

A sede do município e núcleo urbano originaram-se a partir da doação de 28 alqueires de terras, antes pertencentes à Fazenda Salto do Itararé, de propriedade ignorada nos registros, a Santo Antonio de Pádua. A doação foi feita em nome da Mitra Diocesana de Jacarezinho, o que ocorreu posteriormente aos relatos, visto que a Diocese de Jacarezinho foi fundada em 1926.

Vários nomes foram utilizados para referir-se a Salto do Itararé, de início como Passo do Índios, Balsa dos Índios e Santo Antonio dos Índios. Nota-se claramente a presença indígena na fundação do município, apesar de não lhes serem dados os créditos. Inclusive, o nome Passo dos Índios seria o primeiro nome quando se referia à região:

Bem no início da colonização, dessas glebas, pelos anos de 1843, quando chegaram as primeiras famílias de imigrantes mineiros, em terras que hoje está situada a cidade de Siqueira Campos, por aqui havia um pequeno aldeamento, da tribo caingangue, situado, às margens de umas corredeiras, próximo da atual sede municipal, no rio Itararé, que atualmente, estão submersas pela inundação provocada pela hidrelétrica de Chavantes - Paranapanema. O lugar do aldeamento chamava-se, então, de 'Passo dos Índios', denominação esta, que se conservou no Posto Fiscal – fronteira entre o Estado do Paraná e o Estado de São Paulo, estados limítrofes, até a pouco tempo, quando mudaram o nome para 'Posto Fiscal' de Salto do Itararé (SALTO DO ITARARÉ, 1994, p. 001).

Apesar de confuso quanto a nomes de localidades e fidelidade geográfica, o nome de Passo do Índio é encontrado também em mapa estadual do ano de 1908, como observamos na figura 5:

Figura 5 - Recorte de mapa, estado do Paraná em 1908



Fonte: INSTITUTO ÁGUA E TERRA. **Coletânea de Mapas Históricos do Paraná**. Instituto Água e Terra, 2022. Disponível em: <http://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Coletanea-de-Mapas-Historicos-do-Parana#>. Acesso em: 07 jan. 2022.

O termo Passo do Índio ou Passo dos Índios, também é encontrado na dissertação de pós-graduação em Ciências da Religião, de autoria de Anderson Lino, que trata sobre a história do Senhor Bom Jesus da Cana Verde, quando se refere à chegada da família Pinto. A família seria a proprietária da imagem do santo em sua vinda ao “Norte Pioneiro”, em data não citada pelo autor, mas provavelmente ao final do século XIX e início do XX, com objetivo de explorar as novas terras economicamente:

Foi nesse contexto que a família Pinto se transferiu para o Norte Pioneiro. Atravessando o rio Paranapanema e trazendo seus pertences e a imagem do Bom Jesus em um carro de boi. Chegando ao local, os moradores da circunvizinhança carregaram a imagem do santo até atingirem a barranca do rio Itararé, no Passo dos Índios, mais tarde distrito de Salto do Itararé, Comarca de São José da Boa Vista no Estado do Paraná. Os novos ocupantes atravessaram o rio com uma balsa antiga guiada pelos índios. Ao chegarem à outra margem do rio, no Estado do Paraná, o povoado recebeu essa imagem acompanhando-a com reza, procissão e devoção (LINO, 2009, p. 36).

A mesma imagem do santo, o Senhor Bom Jesus da Cana Verde, foi motivo de divergências e disputas dentro do território de Salto do Itararé. Após a chegada da

família Pinto e aprazamento na Fazenda dos Murzilhos, foi construída uma capelinha em homenagem ao santo, em local denominado de Arraial dos Pintos, fato ocorrido por volta de 1886. Nesse tempo, o Patrimônio dos Murzilhos pertencia ao distrito de Salto do Itararé, ainda então integrante da comarca de São José da Boa Vista. Atualmente, esse local é denominado de Jaboticabal e faz parte do município de Carlópolis desde 1948. O fato é que, em data de 26 de abril de 1933, ocorreu um conflito armado relacionado à posse da imagem do referido santo, o que levou, inclusive, a dois óbitos. Segundo Anderson Lino:

Conforme foi registrado pelo jornal *Gazeta do Povo*, no dia 16/04/1933, junto com José Pereira e Augusto Maia, que haviam reunido em torno de 20 homens armados, o vigário do Distrito de Salto do Itararé se dirigiu para o Patrimônio dos Murzilhos. O delegado deste Distrito havia fornecido um guarda armado para acompanhar o sacerdote. Chegando ao Arraial dos Pintos não procuraram entendimento com Zeca Pinto. O grupo liderado pelo vigário Alfredo Simon estabeleceu um intenso tiroteio com a comunidade local e ao redor da capela do Bom Jesus, pois ali estava ocorrendo um protesto contra a retirada do santo (LINO, 2009, p. 43).

Após todo um procedimento policial e ação de esbulho contra o zelador da Igreja de Salto do Itararé, ocorreu a reintegração de posse da imagem cunhada em madeira do santo. No entanto, por meio de procuração do proprietário original da imagem, senhor Zeca Pinto, os direitos sobre ela foram delegados ao prefeito de Siqueira Campos, o que levou à disputa entre a Mitra Diocesana de Jacarezinho e os herdeiros do senhor Zeca Pinto. Como desfecho final, a posse da imagem ficou com a Mitra Diocesana de Jacarezinho e posteriormente foi doada à Igreja Matriz de Siqueira Campos, onde pode ser encontrada atualmente.

Voltando ao nome Balsa dos Índios, notamos que ele também é recorrente nos documentos pesquisados:

Nas terras de Salto do Itararé havia, por aqui, um pequeno aldeamento da tribo caingangue, que habitavam as margens de uma das corredeiras próximas à sede municipal, no rio Itararé. O território era conhecido como Balsa dos Índios, pertencente ao município de São José da Boa Vista (SOUZA; LIMA, 2013, p. 9).

Esse aldeamento tem seus vestígios submersos pela inundação provocada pela represa Chavantes. A referência se deve ao fato, de a travessia do rio Itararé ser feita sobre uma balsa, guiada em seu início pelos indígenas do aldeamento, muito

antes da construção da ponte ligando os estados do Paraná e São Paulo, inaugurada em 1970, conforme ilustrado na flâmula comemorativa, presente na fotografia 2.

Fotografia 2 - Flâmula comemorativa, da inauguração da ponte entre Salto do Itararé e Barão de Antonina.



Fonte: Arquivo pessoal. Cedida pelo senhor Pedro Rodrigues de Paiva Neto.

Esta balsa faz parte da história do município, principalmente em seu relacionamento econômico e social com o estado de São Paulo, visto que desde a ocupação pelas populações indígenas, como mencionado acima, utiliza-a para a travessia do rio. Com a (re)ocupação, continuou sendo feito, provavelmente, com uma balsa maior do que a dos indígenas, perdurando desde tempo não identificado, ao menos em nossa pesquisa, até o início da década de 1970. Esta balsa foi, por muitos anos, após formação urbana da cidade, guiada pelo senhor Antenor Bento, personagem de relevância nas disputas políticas do município, antes mesmo da emancipação. Da balsa, restam apenas lembranças, como pode ser visualizado nas fotografias 3 e 4:

Fotografia 3 - Balsa utilizada na travessia do rio Itararé, próximo ao centro urbano de Salto do Itararé (Década 1950).



Fonte: Arquivo pessoal. Cedida pelo Sr. Luiz Alberto Bertoni.

Fotografia 4 - Vista da Balsa utilizada na travessia do rio Itararé (Década de 1950).



Fonte: Arquivo pessoal. Cedida pelo Sr. Pedro Rodrigues de Paiva Neto.

Mas, o primeiro nome reconhecido, a partir de um processo de (re)ocupação e formação de um núcleo de povoamento, seria o de Santo Antonio dos Índios: Santo Antonio devido à doação de terras, citada acima, a Santo Antonio de Pádua, e ainda, dos Índios, pelos indígenas residentes nas proximidades. Conforme o trabalho do memorialista Antonio Carlos Ferreira:

O primeiro nome dado ao núcleo de colonização que originou o atual município de Salto do Itararé foi Santo Antonio dos Índios. Nesta época, era grande o número de tribos indígenas que permeavam o sertão. Daí a referência histórica (FERREIRA, 2000, p. 5).

Se o próprio nome se refere aos indígenas residentes nas proximidades, então, o que ocorrera a eles, que habitavam esse aldeamento? O que foi feito daqueles que propiciavam a travessia dos “pioneiros” que vieram a formar os povoados e núcleos urbanos da região? Segundo os registros deixados no Livro Tombo da Paróquia Santo Antonio de Pádua:

Conta a história local que, pelos anos de 1900 a 1930, algumas famílias mineiras, das residentes em Siqueira Campos, desde 1843, então denominada de ‘Colônia Mineira’ vieram para cá e se fixaram às margens do Rio Itararé, perto do aldeamento dos índios que, em poucos anos saíram daqui e rumaram em direção das terras férteis e o rio piscoso, do atual município de ‘Fartura’ no vizinho estado de São Paulo (SALTO DO ITARARÉ, 1994, p. 002).

Assim, chegou ao final a ocupação indígena nas proximidades da cidade de Salto do Itararé, pelo estado do Paraná, ocorrida com a expulsão dos moradores do aldeamento de Passo dos Índios. Não foi citado pelas fontes encontradas na pesquisa como ocorreu esse deslocamento, mas a partir do conhecimento acerca da colonização da região, não indica ter sido de forma pacífica. Foi indicado apenas que se retiraram da região, após a chegada dos migrantes, contudo, mesmo ocultado de registros, podemos aferir julgamento de que teriam sido expropriados de seu território, como ocorreu diversas vezes nesse processo de apossamento de terras, em nome do “progresso” e “modernidade”.

Há falta de fontes históricas e depoimentos. O relato encontrado no livro tomo da Paróquia Santo Antonio de Pádua, nas primeiras folhas do livro, foram manuscritos do ano de 1994, com fatos resgatados da memória dos cidadãos e compilados pelo “ex-padre” Aldo Kirsten, também responsável pela criação do brasão e hino de Salto do Itararé. Devido a esses fatos, ocorre uma divergência cronológica,

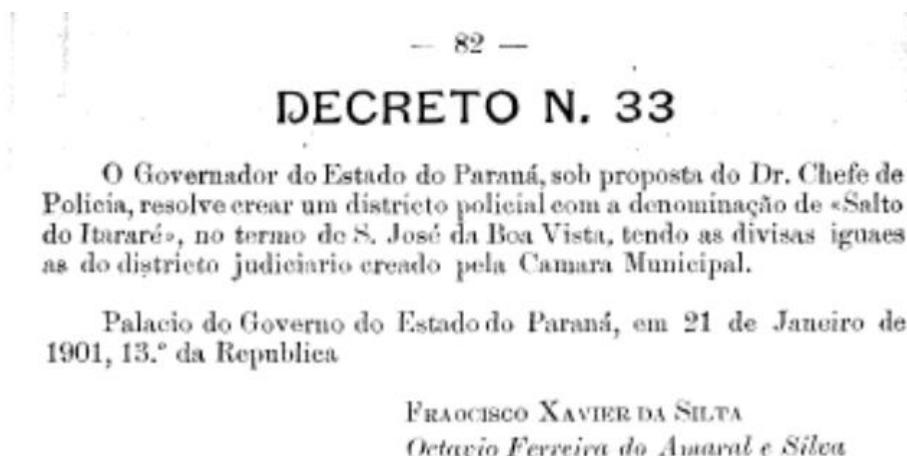
relacionada ao início do povoamento e (re)ocupação da região do atual município, visto que algumas fontes relatam seu início em 1863, com a chegada da primeira família de “pioneiros” mineiros. Outras, como as disponíveis pela Igreja Católica, situam-se no início do século XX.

Oficialmente, o povoado que daria origem à cidade tem seu reconhecimento, pelo governo do estado do Paraná, por meio de legislação específica, como a criação de lei estadual:

Aos poucos, começou a se erigir um povoado. Pela Lei Nº 8, de 24 de janeiro de 1901, foi criado o Distrito Judiciário de Santo Antonio dos Índios (e mais tarde Salto do Itararé), como território pertencente ao município de São José da Boa Vista (SOUZA; LIMA, 2013, p. 10).

Mas, em nossas pesquisas junto ao Arquivo Público do Paraná, chegamos ao seguinte decreto, que diverge de alguns dados referidos acima, conforme figura 6:

Figura 6 - Decreto Nº 33, de 21 de janeiro de 1901



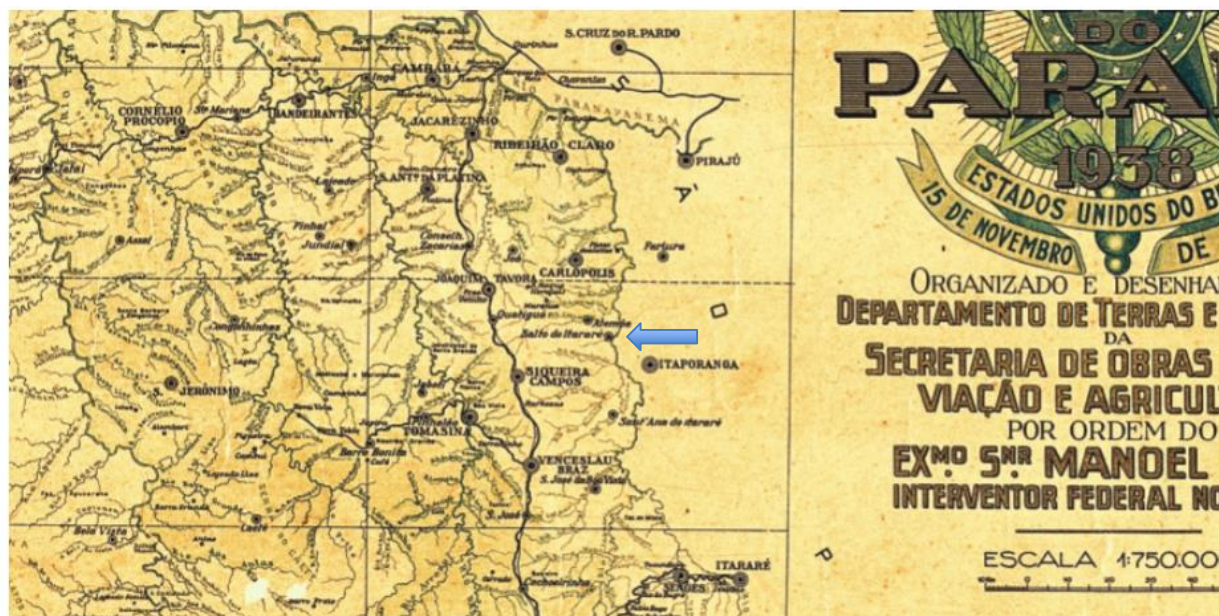
Fonte: Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná (2021).

Nota: Cedido via e-mail consultasai@seap.pr.gov.br.

Nota-se o uso do nome de Salto do Itararé, utilizado na criação de distrito policial, pertencente a São José da Boa Vista, apesar de, como observamos na figura 5, o mapa estadual de 1908 se referir ao posto fiscal de Passo do Índio. Não devemos usar esse mapeamento como régua, já que contém algumas imprecisões cartográficas em relação às localizações, nome de povoados e cidades encontradas no “Norte Pioneiro” Paranaense. Assim sendo, o nome de Salto do Itararé, em relação

aos mapas estaduais, encontramos apenas no ano de 1938, como demonstrado na figura 7.

Figura 7 - Recorte de mapa, estado do Paraná em 1938.



Fonte: INSTITUTO ÁGUA E TERRA. **Coletânea de Mapas Históricos do Paraná**. Instituto Água e Terra, 2022. Disponível em: <http://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Coletanea-de-Mapas-Historicos-do-Parana#>. Acesso em: 07 jan. 2022.

Então, o nome de Santo Antonio dos Índios deixou de existir, em uma divisão não muito justa, pois Santo Antonio permaneceu na memória dos saltenses, visto que o catolicismo adotou como santo padroeiro do município Santo Antonio de Pádua:

Com a expansão territorial, juntamente com o aumento populacional, o novo povoamento ou patrimônio precisou de um local de oração para a reunião de seus moradores. Foi proposta a construção de uma capela, que após muitos esforços e pela grande religiosidade do povo foi construída em meados do século passado, 1920, conhecida como Capela de S. Antonio dos 'Pão', que inicialmente era atendida pelos frades capuchinhos da Paróquia S. José do município de São José da Boa Vista (SOUZA; LIMA, 2013, p. 10).

A primeira capela em homenagem a Santo Antonio de Pádua foi construída com madeira, mas em um curto período de tempo, ainda nos anos de 1920, seria edificada em alvenaria, com os tijolos assentados em barro batido. A antiga matriz foi demolida em 1979, em vista de nova em construção, restando apenas o saudosismo dos católicos mais vividos da comunidade, como pode-se observar na fotografia 5.

Fotografia 5 - Antiga matriz do município de Salto do Itararé, demolida em 1979 (Década de 1950).



Fonte: Arquivo pessoal. Cedida pelo Sr. Luiz Alberto Bertoni.

Já os indígenas caingangues ou guaranis, dependendo da bibliografia pesquisada, foram expulsos do território e obrigados a procurar refúgio e sobrevivência em outras paragens. Nada mais se sabe sobre os habitantes desse aldeamento, pois se foram para o município de Fartura; não há registros, ao menos encontrados em nossas pesquisas, que possam dar cabo ao paradeiro desses indígenas.

Uma possibilidade é que possam ter se aventurado para outras bandas, desconhecidas dos registros que possam ligá-los ao município de Salto do Itararé, pois, como citado, o único registro sobre o paradeiro desses indígenas encontra-se em um livro tombo, escrito provavelmente quase um século após a migração do aldeamento para o rio chamado de piscoso, que significa “rio com grande quantidade de peixes”. Sendo assim, pode ser qualquer rio dentro do município de Fartura (SP), já que não encontramos um rio com esse nome no referido município. Enfim, é um

mistério ainda a ser solucionado, qual foi o destino e onde encontram-se os descendentes do aldeamento Passo dos Índios, verdadeiros pioneiros no povoamento do território de nosso município de Salto do Itararé.

Um dos objetivos dessa pesquisa é incluir nos estudos escolares a importância da memória de todos os que, de uma maneira ou de outra, fazem parte da história de nossa localidade, ou seja, os primeiros habitantes do território que viria a ser Salto do Itararé, os indígenas.

A história regional e, principalmente, a local, por tradição, é trabalhada na primeira etapa do Ensino Fundamental, lecionado pelas professoras, licenciadas em Pedagogia. Utilizam-se de metodologias como o aprendizado a respeito do nome da escola e sua origem, abordando as personalidades que cedem o nome às instituições de ensino; o uso de fotos de familiares e antepassados dos alunos; e um grande destaque às datas comemorativas, como o aniversário do município em 25 de setembro, e o dia do padroeiro da Igreja Católica, Santo Antonio de Pádua, em 13 de junho. Para a história local, utiliza-se como material de apoio o livro, escrito por Antonio Carlos Ferreira, intitulado “Salto do Itararé: Origens e formação”, publicado com apoio da Secretaria de Estado da Cultura, no ano 2000, dentro da Coleção “Origens e formação dos municípios paranaenses”.

Nos trabalhos realizados por memorialistas, a grande ênfase é dada à figura do “pioneiro”, como a família do senhor José Caetano de Carvalho, pai do Coronel Eugênio José de Carvalho, líder político do povoado durante a República Velha. Também ganharam destaque as famílias tradicionais, como do filho do coronel Eugênio, o senhor José Eugênio de Carvalho que, herdeiro político do pai coronel, pavimentou o processo de emancipação política do município. Também é ressaltado nessa obra, o senhor Gabriel Bertoni, um dos mais antigos moradores do povoado, trabalhando politicamente na elevação do povoado a distrito e, assim como José Eugênio de Carvalho, criando condições para emancipação política de Salto do Itararé.

No âmbito da cultura e lazer dos munícipes, o livro de Antonio Carlos Ferreira traz a experiência do uso da sétima arte em Salto do Itararé. O Cine Saltense, idealizado pelo senhor José Bento dos Santos, conhecido pela alcunha de “Veio Bento”, perdurou de 1956 a 1974, finalizando suas sessões devido à chegada da televisão na cidade. Isso criou uma concorrência desleal com a sala que teve o longa “A Primeira Missa”, filme brasileiro de 1960, como o mais pedido e assistido pelo

público, que se aconchegava nas cadeiras de palhas do cinema. A estrutura física não mais existe, pois foi substituída por residência, apenas ficou como lembrança na memória dos cidadãos, como observa-se na fotografia 6:

Fotografia 6 - Fachada do Cine Saltense (Década de 1960).



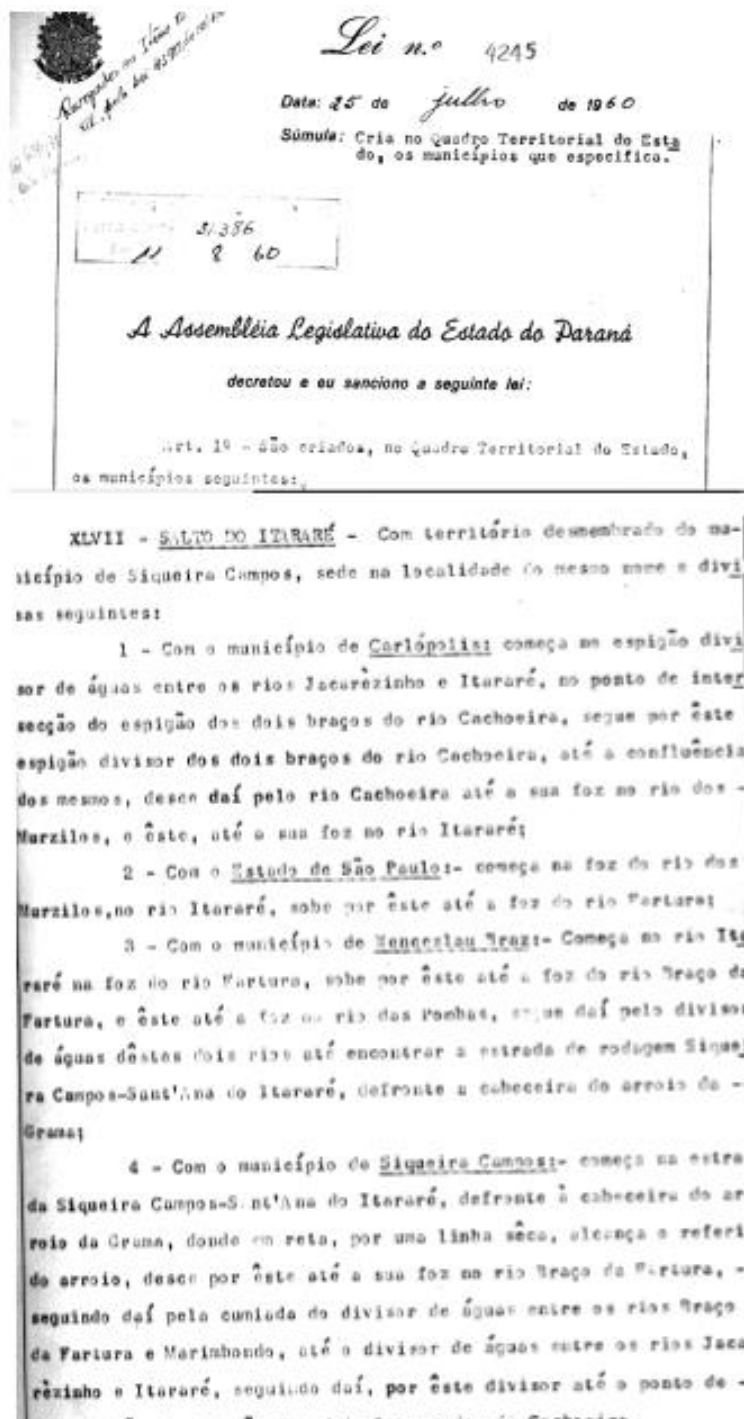
Fonte: Arquivo pessoal. Cedida pelo Sr. Luiz Alberto Bertoni.

Enfatiza-se, também, a história política e administrativa, com a sequência de atos governamentais e legislação a respeito da criação e instalação do município, como segue-se:

Salto do Itararé pertencia ao município de São José da Boa Vista, quando o interventor Manoel Ribas, pela Lei nº 19 de 17 de outubro de 1935, incorporou Salto do Itararé ao distrito de Siqueira Campos, pois o já Presidente do Estado Francisco Xavier da Silva, havia assinado o decreto nº 33 de 28 de janeiro de 1901, elevando Salto à categoria de distrito (FERREIRA, 2000, p. 6).

Após legislação acima, encontramos na sequência a criação do município, pela Lei Estadual nº 4.245 de 25 de junho de 1960, sendo instalado no dia 25 de setembro de 1960, como destacado na figura 8.

Figura 8 - Lei Estadual Nº 4.245, de 25 de junho de 1960. Criação do município de Salto do Itararé.



Fonte: Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná (2021).

Nota: Cedido via e-mail consultasai@seap.pr.gov.br.

Já em relação aos primeiros moradores, os indígenas do aldeamento Passo dos Índios, pouco é referido. Quando citados, é contraditório, inclusive, como podemos notar em seus escritos sobre como tudo começou, pois em um mesmo texto

se refere a uma área totalmente despovoada até meados de 1850. Posteriormente, logo abaixo, justifica o primeiro nome do povoado de Santo Antonio dos Índios, pelo fato do grande número de tribos indígenas que permeavam o sertão (FERREIRA, 2000, p. 5).

Nada mais é dito sobre os indígenas nesta obra, utilizada como fonte de pesquisa nas aulas sobre história local. Como primeiros habitantes do território, deveriam ser referenciados de forma mais adequada. Não apenas os indígenas, mas todos os outros grupos e povos que construíram e constroem o Brasil, o “Norte Pioneiro” e Salto do Itararé, como explica Maria Celestino:

Se pensarmos quantas gerações foram educadas com base em ideias negativas e preconceituosas em relação aos povos indígenas, [...] podemos ter uma ideia do tamanho do prejuízo, do quanto há para reparar e da importância dessa revisão historiográfica [...]. Reescrever a história do Brasil incorporando os indígenas e vários outros povos, como os africanos e seus descendentes, na condição de sujeitos históricos, é, reafirmo, de fundamental importância do ponto de vista acadêmico, social e político (ALMEIDA, 2017, p. 35).

Claro que os sobrenomes vão importar para parte dos educandos do “Norte Pioneiro” e Salto do Itararé, visualizando seus antepassados como desbravadores, como “pioneiros” que enfrentaram a natureza e a venceram. Evidentemente, é importante a ancestralidade e os nomes que não estão na fachada da escola, ou nos nomes de outros prédios públicos, praças e ruas, afinal, a história de uma localidade é feita por todos os integrantes dessa comunidade.

Contudo, deve ser lembrado que o indígena, como primeiro a ocupar a terra, também estava aqui, que também faz parte da história de nosso município, pois já habitava o território há séculos, e por isso, tem sua memória viva e presente em nossa história local, em nossas raízes. Isso nos motiva a encontrar uma história local significativa, que revele a importância de todos os personagens, nas origens e formação de nossa cidade de Salto do Itararé.

CAPÍTULO 3

SALTO DO ITARARÉ: DO “VAZIO DEMOGRÁFICO” À TERRA DE MUITAS GENTES

3.1 APRESENTAÇÃO

Na Antiguidade grega, a história possuía dupla função: memorizar os grandes feitos humanos e servir como um guia para o futuro, conhecida como “Historia Magistra Vitae”, em que a história teve o papel de uma escola, na qual se podia aprender a ser sábio e prudente sem incorrer em grandes erros (KOSELLECK, 2006). Esta concepção se manteve entre uma grande parte da intelectualidade na Europa. Com a modernidade, os conceitos sobre a história e o conhecimento histórico modificaram-se, assim como sua função, pois era necessário formar cidadãos aptos e focados em amar e defender sua nação. Com a profissionalização do ensino e a escrita da história no início do século XIX, priorizou-se uma história nacional, dos grandes feitos e grandes fatos, que, no decorrer do tempo, manifestaram a nacionalidade (ALBURQUERQUE JR, 2012). Na contemporaneidade, com uma nova historiografia e um novo papel social da escrita e do ensino de história, novos personagens são trazidos à tona. Todos são representativos na construção do conhecimento histórico, inclusive aqueles que constituem as camadas sociais esquecidas, que atuavam apenas como espectadores, passaram a atuar como atores principais e protagonistas na história.

No ambiente escolar, o ensino de História deve trabalhar na formação do jovem estudante, não apenas como cidadão de um município, estado e nacionalidade, mas como sujeito histórico, protagonista de sua história. Deve cumprir uma função de preparar seres humanos para um relacionamento voltado ao diverso, de respeito para com o diferente. Mesmo desqualificado dentro de um pensamento capitalista de produção de mercadorias, a História enquanto disciplina visa formar sujeitos históricos, como salienta Durval Muniz de Albuquerque Júnior:

A história, quando se torna matéria escolar, explicita esse papel de formadora de sujeitos, de construtora de formas de ver, de sentir, de pensar, de valorar, de se posicionar no mundo. Embora tende a ser socialmente desqualificada – porque seria um saber desprovido de uma utilidade imediata, mas não uma tecnologia a serviço da fabricação de artefatos –, a história possui a utilidade de produzir o artefato mais complexo e mais importante da vida social: o próprio ser humano, a subjetividade dos homens (ALBURQUERQUE JR, 2012, p. 31).

Assim, observamos a importância que deve ser dada ao ensino da História no ambiente escolar, propondo uma educação voltada para a realidade do discente, rompendo com um conhecimento histórico escolar consolidado apenas no livro didático, e nisso, levar para a sala de aula a história regional e local. Como explicitado, não esperamos que a história regional e local seja a solução para todos os problemas educacionais, relacionados ao ensino de História, mas salientamos a necessidade de que ela seja adotada no ambiente escolar. Essas temáticas buscam superar um modelo de abordagem tradicional da História, com possibilidade de se romper com um modelo de ensino que refuta as originalidades e especificidades regionais e locais, tomando sempre os devidos cuidados para não transformar a localidade em local extravagante e excêntrico, mas como parte de um contexto maior, como afirmam os professores José de Olivenor Souza Chaves e Maria Inês Sucupira Stamatto:

[...] não queremos propor um ensino de História cimentado nos limites de um estreito localismo, mas um saber histórico produzido no âmbito da escola que possa considerar as especificidades do local dentro de um processo de articulação com outras dimensões espaciais (CHAVES; STAMATTO, 2015, p. 143).

Um ensino de história baseado no cotidiano do aluno e em suas vivências é entendido como renovador no quesito de uma aprendizagem significativa. Nesta perspectiva temos o projeto de ensino de história da região do “Norte Pioneiro” paranaense e do município de Salto do Itararé. O ensino de História regional e local pode promover a construção e compreensão do conhecimento histórico em articulação com os interesses do aluno, possibilitando o desenvolvimento de atividades vinculadas à vida cotidiana (CHAVES; STAMATTO, 2015). O principal intento desse trabalho é explicitar que a disciplina de História, na Educação Básica, deve ser apresentada ao discente a partir da realidade dele, pois o passado deve fazer sentido para sua existência, compreendendo-se como ser ativo no processo histórico. Para isso, é necessário estabelecer uma articulação entre os conteúdos da história local, regional, nacional e universal, de forma dinâmica, sistemática e contínua. Como estratégia de aprendizagem, podemos apresentar várias possibilidades no processo de formação dos educandos, como evidenciam as professoras Schimidt e Cainelli:

[...] a inserção deste na comunidade em que reside e a criação/construção de sua historicidade e identidade; o despertar de atitudes investigativas com base em seu cotidiano; a possibilidade de se construir percursos de análise

dos variados níveis da realidade – econômico, político, social e cultural; a percepção das mudanças, dos conflitos, das permanências; a construção, enfim, de uma história mais plural, que possibilite, por assim dizer, a multiplicidade de vozes dos diferentes sujeitos da História (SCHIMIDT; CAINELLI *apud* CHAVES; STAMATTO, 2015, p. 145).

Assim, esperamos que a sequência didática que será apresentada possibilite aos estudantes do Ensino Médio – não exclusivamente a essa etapa da Educação Básica – transpor as paredes da sala de aula, e muito mais do que apenas superar a monotonia e acomodação das aulas de História, seja uma oportunidade de buscar uma conscientização e um conhecimento histórico mais significativo. Com isso, enfatiza-se em um ensino de História mais humanista, de respeito às diversidades culturais, das formas de ver e se ver no mundo, dos múltiplos modos de produção e ideologias. Baseado nesse ideário, o professor Durval Muniz sublinha que:

A história tem, assim, um importante papel a exercer nesse mundo onde a alteridade, a multiplicidade e a diversidade social e cultural exigem um preparo subjetivo para a convivência com o diferente [...]. Saber aceitar e conviver com a diferença, aceitar a opinião e o ponto de vista diferente como tendo direito à existência, representar a formação de subjetividade mais bem-preparadas para a convivência democrática (ALBURQUERQUE JR, 2012, p. 33).

Este trabalho visa oportunizar uma aprendizagem expressiva para nossos alunos, de forma a possibilitar respeito à heterogeneidade dos sujeitos históricos responsáveis pela formação do “Norte Pioneiro” e de Salto do Itararé. Espera-se que eles se entendam não apenas como integrantes de uma comunidade que experimenta permanências e mudanças dentro de sua história, mas como estudantes aptos a aprender que fazem parte desse contexto, se reconhecendo como sujeitos históricos a partir de uma consciência histórica, como afirma Aline Aparecida Pereira Zacheu:

[...] para o estudante compreender a importância da disciplina de História, ele deve primeiro se reconhecer como ser oriundo de um contexto social bem maior de que a realidade conhecida por si e por seus pares. Dessa forma, acredita-se que, a partir do momento que o estudante se reconhecer como sujeito histórico e adquirir uma consciência histórica, ele poderá aprender em qual espaço econômico e social ele vive, e mais, poderá mudar ou transformar a realidade em que se encontra. Adquirir consciência histórica requer que o estudante consiga buscar no passado informações sobre seu contexto, reconhece-las no presente e projetá-las no futuro (ZACHEU, 2015, p. 13).

A região do “Norte Pioneiro” e Salto do Itararé tem sua origem e formação pautada na diversidade de personagens. Todos que a construíram são importantes, populações africanas escravizadas e descendentes, os migrantes de origem europeia, asiática e de outras regiões do Brasil, ou seja, é uma região e município ricamente representados por várias vertentes culturais, étnicas e nacionais. Optamos por dividir esta proposta didática em duas partes, otimizando a aprendizagem dos estudantes dentro dos contextos e temáticas sugeridas.

Em uma primeira parte, procuramos dar ênfase na formação da região e localidade, com destaque à invisibilidade de seus habitantes pioneiros, ou seja, as populações indígenas que habitam essas terras saltenses, paranaense e brasileiras, antes mesmo de existirem as nomenclaturas e divisões territoriais de Salto do Itararé, Paraná e Brasil. Essa invisibilidade da população indígena na região do “Norte Pioneiro” paranaense e no município de Salto do Itararé pode ser sentida ao longo da pesquisa. No início, visava-se à escrita de uma história regional e local para ser levada em sala de aula para alunos do Ensino Médio, não única e exclusivamente para essa etapa de ensino, também para Educação Básica de forma geral. Contudo, no decorrer da pesquisa, direcionou-se para a ausência de importância das populações indígenas nas bibliografias relacionadas à região e ao local. Assim sendo, elaboramos uma sequência didática que prioriza uma educação voltada à diversidade, na perspectiva de um ensino de história mais humanista, destacando que todos os sujeitos históricos são relevantes e observando a necessidade de respeito a essa pluralidade.

Em uma segunda parte, decidimos trabalhar, junto aos educandos, a sociedade saltense já formada. Para isso, foram trazidas para o ambiente da sala de aula documentos oficiais que retratam o poder político estabelecido, antes e após a emancipação municipal, imagens de mapas com temporalidades diferentes, retratando a questão da territorialidade nas relações de poder político e econômico, e fotografias representando alguns aspectos da sociabilidade que vai se construindo, dentro dos limites de Salto do Itararé.

De acordo com a legislação recente, configura-se pertinente a produção de material didático que auxilie o professor em suas aulas de História, principalmente no que se relaciona história regional, local e indígena. No Paraná, o Ensino Médio, as suas aulas da disciplina de História, dentro da Formação Geral Básica (FGB), serão

suprimidas no último ano (3ª série)⁶ desta etapa de ensino, até 2024. Restarão as aulas inclusas nas outras duas séries, dentro da Diretriz e Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná, onde é destacada a competência que se relaciona ao aprendizado sobre a história regional e local, levando em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação e território brasileiro, especialmente das matrizes indígenas (PARANÁ, 2021), além de outras.

Dentro de mesma legislação paranaense pertinente ao Ensino Médio, também destacamos o Itinerário Formativo da “Trilha de Aprendizagem – Entendendo meu lugar no mundo: o Paraná e o seu contexto local, histórico e social”, no qual a unidade temática “Entendendo meu contexto espacial e temporal: aspectos sociais, políticos e econômicos do Paraná”, traz como seus objetivos de aprendizagem: conhecer história a partir da realidade do estudante; identificar os aspectos físicos e espaciais dos municípios; entender a importância da cultura indígena na construção identitária do Paraná; estabelecer relações entre a ocupação do território paranaense e a realidade contemporânea, reconhecendo suas contradições; entender a história de sua família, comunidade e de sua cidade; e compreender como a história de sua região contribui na construção do Paraná, entre outros. Destaca-se, também, a Lei nº 11.645/2008, que incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura indígena.

Como abordado, não esperamos que este trabalho seja utilizado exclusivamente nessa etapa da Educação Básica, ficando em aberto para que os professores da área de História, também do Ensino Fundamental – Anos Finais, o possam utilizar, reconhecendo as necessidades de seus grupos de estudantes, intervindo sempre que necessário e modificando de forma apropriada a sua realidade de sala de aula.

3.2 SEQUÊNCIA DIDÁTICA E DOCUMENTAL

O termo *sequência didática*, refere-se a um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito (DOLZ; NOVERRAZ; SCHNEUWLY, 2004). De forma a otimizar o processo de ensino

⁶ Nos estabelecimentos de ensino que oferecerem o Itinerário Formativo Integrado de Linguagens e Ciências Humanas, serão preservadas as aulas na 3ª série do Ensino Médio. A legislação também traz possibilidades do ensino de História por meio das chamadas Trilhas de Aprendizagem.

aprendizagem dentro da disciplina, com o uso da história regional, local e indígena, organizamos uma sequência didática e documental que visa possibilitar a professores e alunos discutir acerca desses temas dentro do ambiente da sala de aula.

Dividimos o trabalho em 15 aulas, ou metade de um trimestre, direcionada aos alunos do Ensino Médio, mas aberta para ser aplicada com pequenas adaptações aos anos finais do Ensino Fundamental. Como mencionado anteriormente, sugerimos a divisão em duas partes: uma primeira parte – Aulas 01 a 09 – centradas na reflexão sobre a colonização e a reocupação do território do “Norte Pioneiro” e Salto do Itararé, dando ênfase à questão da invisibilização indígena; e uma segunda parte – Aulas 10 a 15 – focadas na construção da sociedade saltense, nos documentos oficiais que retratam o poder político estabelecido, nas fotografias e imagens que contam um pouco sobre a sociabilidade e o cotidiano que foi se construindo ao longo do tempo. Sublinhamos que as aulas 01 e 15 serão aproveitadas para atividade diagnóstica dos conhecimentos prévios dos estudantes e análise avaliativa, respectivamente.

Para a implementação da sequência, sugerimos utilizar projetor multimídia, material impresso, laboratório de informática e outros disponibilizados pelo estabelecimento de ensino. Serão apresentados e analisados mapas, textos, imagens, documentação e fotografias, acompanhados de atividades diversificadas, objetivando o aprendizado dos estudantes sobre as temáticas propostas.

3.2.1 Aula 01 - Apresentação da sequência didática e atividade diagnóstica

Iniciamos nossa primeira aula da sequência didática com a apresentação do trabalho a ser desenvolvido, destacando junto aos discentes como ocorrerá o desenvolvimento do trabalho: duração estabelecida de 15 aulas ou metade do trimestre vigente; apresentação de textos, mapas, figuras e fotografias, com posterior análise e discussões sobre os materiais trazidos para sala de aula, como metodologia; utilização de questões dissertativas e reflexivas sobre o material pedagógico e temas referente às aulas; análise avaliativa sobre o processo de ensino-aprendizagem relativo à sequência didática.

Após sanadas as possíveis dúvidas e indagações em relação à sequência didática, iniciaremos uma série de questionamentos junto aos educandos, com o objetivo de diagnosticar o conhecimento prévio do corpo discente, acerca das temáticas de história regional, local e indígena.

- 1) Qual utilidade você vê nos conteúdos da disciplina de História dentro e fora dos muros da escola?
- 2) O que você aprendeu, dentro da disciplina de História, nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental que mais lhe marcou? Está relacionado com o meu país, estado, região e/ou município?
- 3) Relate algumas informações históricas que você sabe sobre o estado do Paraná e sobre a região chamada de “Norte Pioneiro”?
- 4) E sobre a história de Salto do Itararé? Relate informações históricas que você conhece, mesmo que não tenha certeza da veracidade. Você sabe a origem do nome do seu município, por exemplo?
- 5) Sobre a questão indígena, existiam populações ou aldeias indígenas no território atual do município de Salto do Itararé? Você sabe algo a respeito delas?
- 6) Existem populações indígenas em meu município ou em municípios vizinhos?

Após a discussão sobre as questões propostas, pretendemos classificar e organizar os dados coletados, objetivando analisar as respostas dos educandos e, assim, produzir diagnóstico sobre o conhecimento prévio já adquirido. Os resultados da investigação serão agrupados em gráficos estatísticos, e levados para o início da segunda aula para que os resultados possam ser discutidos e socializados com o corpo discente.

3.2.2 Aula 02-História regional do “Norte Pioneiro” e história local de Salto do Itararé

Nesta aula, iniciamos com a análise da apresentação tabular elaborada a partir das elucidações da aula anterior, apresentado por projetor multimídia, material impresso ou outro disponibilizado pelo estabelecimento de ensino, destacando a qualidade do conhecimento prévio dos alunos e alunas sobre as temáticas história regional, local e indígena.

Salientando também, junto aos discentes, de que o estudo da história regional e local possibilitará uma interpretação entre essas e o estudo de cunho nacional, abordando questões de contexto fundamentais da história a partir da perspectiva particular. Sendo que estudar a História nacional e história regional e local,

relacionadas à global, permite problematizar situações variadas, entremeado em diversos setores, como econômico, social, cultural e político. Oportuniza-se, assim, aos educandos, um entendimento mais abrangente sobre a história não somente da sua região ou município, mas também de seu país. Nesta perspectiva, estaria lidando com acontecimentos mais concretos, incorporados à sua própria vida, percebendo-se como sujeito histórico inserido em um contexto histórico.

Após análises do resultado da investigação inicial e breve discussão sobre as questões de escala e conexões da História, propomos esclarecer aos educandos que o conceito de história regional, estabelecido nessa pesquisa, refere-se a uma mesorregião do estado do Paraná, conhecido como “Norte Pioneiro”. Destacamos que esse termo era utilizado entre os anos de 1989 a 2017 para designar o grupo de 46 municípios no nordeste paranaense, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E que, mesmo não sendo mais utilizada oficialmente, manteremos a denominação “Norte Pioneiro”, devido à popularidade que possui junto aos moradores desse território paranaense. Inclusive a nomenclatura “Norte Pioneiro”, teria duas origens controversas, no livro do historiador Ruy Christovam Wachowicz, intitulado “Norte Velho, Norte Pioneiro” de 1987:

O Norte Velho foi o primeiro espaço ocupado na região. o início de sua colonização retrocede historicamente aos tempos imperiais. Convencionou-se considerar sua área geográfica, o território compreendido entre os rios Itararé, Tibagi e Paranapanema. [...] Por conseguinte, a micro região do Norte Velho compreende neste estudo uma área de aproximadamente 16.230 km². Como a expressão Norte Velho feria alguns escrúpulos éticos, um radialista da região difundiu a expressão Norte Pioneiro, hoje também acatada e utilizada (WACHOWICZ, 1987, p. 5).

Em outro livro, do memorialista Joaquim Vicente de Souza, designado “Norte Pioneiro Norte Velho: Siqueira Campos no cenário do norte do Paraná” de 2007:

No dia 19 de março de 1964, na cidade de Jacarezinho, reunimo-nos um grupo de representantes da lavoura, [...]. Representando a Associação Rural de Siqueira Campos, ali também estive aproveitando de uma boa oportunidade e, para variar o tema específico tão tenebroso, pedi a palavra e lancei a ideia de se denominar a nossa Região de ‘NORTE PIONEIRO’, em substituição a de Norte Velho de então, meio pejorativa. Fiz um apelo veemente aos presentes para solidarizarem-se com esta nova. E obtive um esplêndido sucesso pela aclamação entusiástica de todos os presentes, que a saudaram com uma estrondosa salva de palmas (SOUZA, 2007, p. 9-10).

Posteriormente à leitura e à apresentação das citações acima, via projetor multimídia ou material impresso, devemos levantar, junto aos alunos e alunas, questionamentos acerca das origens da designação “Norte Pioneiro”, com o propósito de destacar as relações políticas praticadas na simples escolha de um nome regional.

- 1) Quais das duas versões de batismo do nome “Norte Pioneiro” é mais plausível? Ou as duas podem ser prováveis?
- 2) Por que a expressão Norte Velho era considerada pejorativa? Será que denominaria uma região arcaica e primitiva?
- 3) Quem seriam os “pioneiros” a que a nova designação se referia?
- 4) E as populações indígenas que habitavam a terra, não foram consideradas na escolha do nome para a região? Como será que se referiam à terra em que viviam?

Após compartilhar as respostas coletadas, promoveremos um debate, contemplando as divergências e consensos possíveis.

A seguir, sublinhamos que por história local, também dentro da pesquisa, nos referimos ao município de Salto do Itararé, incluído no contexto regional do “Norte Pioneiro” do estado do Paraná. Assim, apresentamos, nos moldes das citações anteriores, a etimologia da denominação Salto do Itararé, presente no livro do historiador João Carlos Vicente Ferreira, “Municípios paranaenses: origens e significados de seus nomes”, de 2006.

Salto Vem do latim ‘**salto**’ e refere-se a queda d’água. (ABHF). **do** Contração da preposição ‘**de**’ (posse), com o artigo masculino ‘**o**’. **Itararé** Origina-se do tupi ‘**i’ta**’... pedra + ‘**ra’ré**’... escavada, oca: lapa cavada pelas águas, conduto subterrâneo, sumidouro, pedra que o rio cavou. (OB, SB) (FERREIRA, 2006, p. 272, grifo do autor).

Após a leitura sobre o significado da designação de Salto do Itararé, levantaremos algumas questões dissertativas e reflexivas juntamente aos discentes, cujo intuito seja estabelecer a importância da cultura indígena, destacando seu vocabulário, na história local.

- 5) Já conhecia os significados das palavras relacionadas ao nome de Salto do Itararé?
- 6) Quais línguas maternas encontramos no nome Salto do Itararé? Por que isso ocorre?

- 7) O nome do rio Itararé tem origem indígena, do tupi. O que isso nos indica sobre a importância indígena na municipalidade?
- 8) Como ficou caracterizado, o próprio nome do município tem estreitas relações com a população indígena. Mas essa população é representada na história do município? Ou homenageada em locais públicos?

De posse das respostas das questões relativas à etimologia do nome de Salto do Itararé, indicamos convidar os educandos a refletir um pouco mais sobre a participação indígena na origem e formação do município e sua presença na cultura e na formação étnica saltense. Será destacado que continuaremos nossas considerações sobre o “Norte Pioneiro” e Salto do Itararé na próxima aula.

3.2.3 Aulas 03, 04, 05 e 06 - Localização do “Norte Pioneiro” e de Salto do Itararé

Nessas aulas, buscamos salientar junto aos alunos e alunas, que iremos trabalhar a noção de localização, através da análise de recortes de mapas com temáticas e temporalidades diferentes, sobre a região do “Norte Pioneiro”, centralizada no município de Salto do Itararé. Com o objetivo de provocar reflexão junto aos educandos de que as divisões territoriais são uma criação humana, realizada por personagens influenciados pelo seu contexto histórico, dentro de uma relação de poder presente na ocupação espacial do território.

Antes, precisamos rememorar junto aos alunos que o termo “Norte Pioneiro” foi utilizado pelo IBGE, entre os anos de 1989 a 2017, para designar a mesorregião do nordeste paranaense, que agrupava 46 municípios. Com auxílio do projetor multimídia, material impresso, ou outra maneira disponibilizada pela escola, devemos expor na sala de aula as figuras 9 e 10:

Figura 9 - Mapa do Paraná com a mesorregião do “Norte Pioneiro” em destaque



Fonte: Wikipédia. Paraná Mesorregiões Norte Pioneiro. **Wikipédia**, 2022. Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Parana_Meso_NortePioneiroParanaense.svg. Acesso em: 12 de jan. 2022.

Figura 10 - Recorte do mapa político do estado do Paraná em 2015



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Coleção de mapas do IBGE**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/porta1.php#mapa207407>. Acesso em: 12 de jan. 2022.

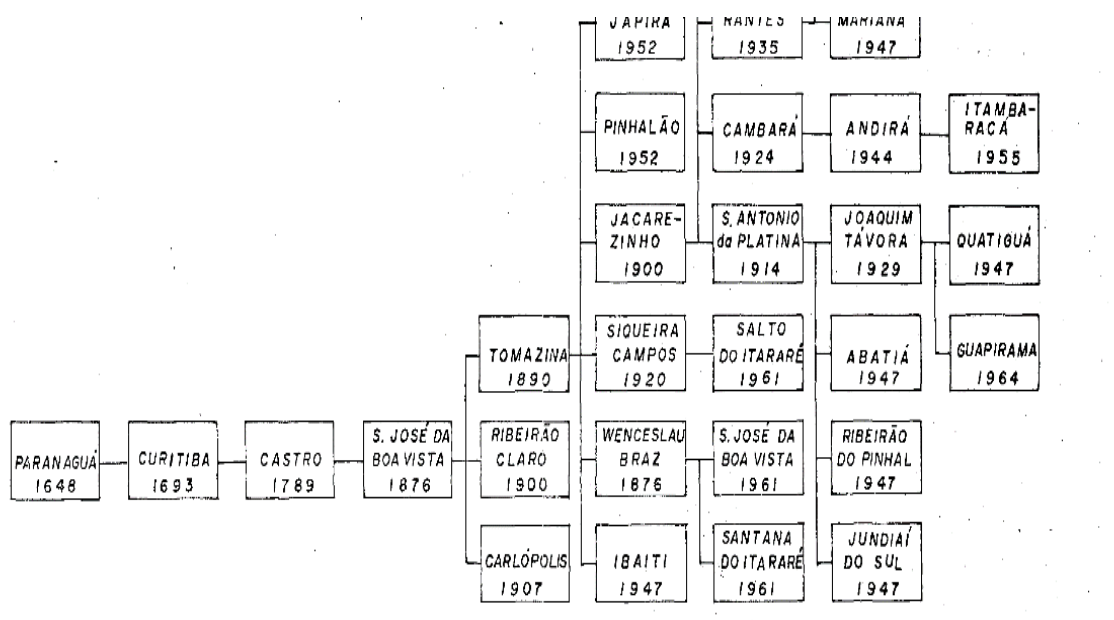
Exposto as figuras 9 e 10 para os alunos e alunas, podemos levantar análise sobre elas, observando que são mapas políticos, que retratam uma divisão administrativa atualizada.

- 1) Dentro da figura 9, como reconheço a região em destaque?
- 2) A partir da figura 10, estabeleça os municípios limítrofes a Salto do Itararé?
- 3) Quais fatores devem ter sido considerados quando se decidiu pelos limites territoriais do município de Salto do Itararé e dos demais da região?

A partir do retorno das atividades dissertativas, propomos construir uma roda de conversa junto aos alunos e alunas, ilustrando que o objetivo é nos aproximarmos do conceito de território. Será relatado que a expressão território comumente designa uma determinada porção do espaço delimitada por uma relação de posse, soberania ou poder. Dessa forma, buscamos conscientizar que as divisões políticas destacadas nas figuras 9 e 10, são construção humanas e não naturais. Ao acompanhar os entendimentos e desentendimentos dos educandos sobre o conceito de território como construção social, cabe ao docente moderar a discussão, fazendo com que as divergências de opiniões ajudem a ampliar a compreensão do processo de (re)ocupação.

Em nossa quarta aula, traremos para os educandos figuras com temporalidades anteriores ao presente, objetivando demonstrar que divisões territoriais se modificam de acordo com o tempo. Onde municípios ditos mais antigos, dentro de uma (re)ocupação, tem seus territórios subtraídos em prol de novas municipalidades. Utilizando novamente o apoio do projetor multimídia, de material impresso ou outro disponibilizado pela escola, vamos ponderar com os estudantes um quadro presente na dissertação de mestrado do historiador Renê Mussalam, escrita em 1974 e intitulado “Norte Pioneiro do Paraná: formação e crescimento através dos censos”, presente na figura 11.

Figura 11 - Desmembramento de municípios da região de Salto do Itararé



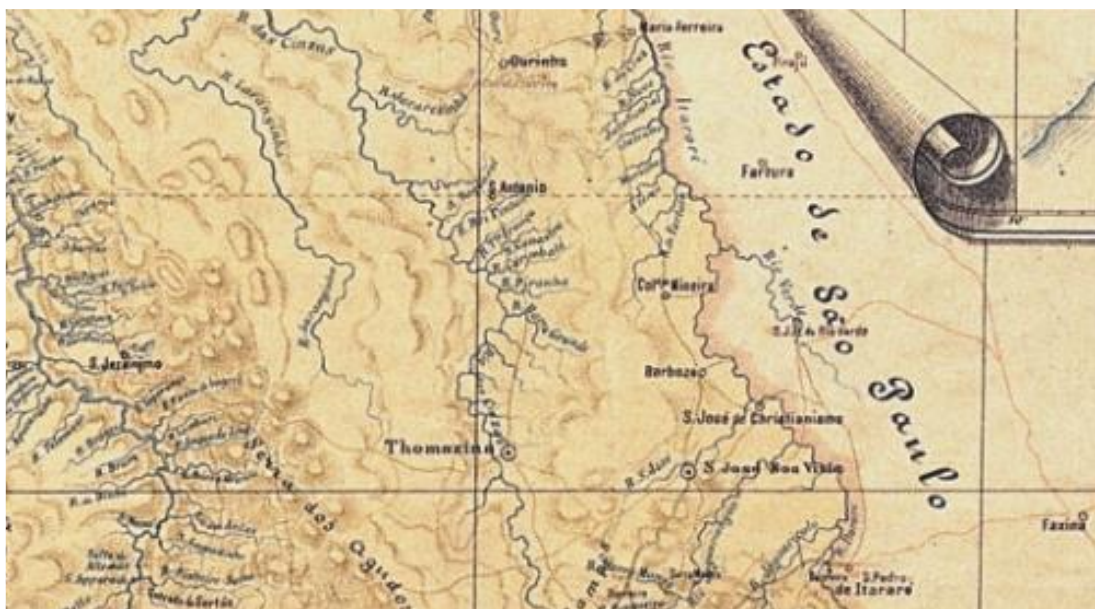
Fonte: MUSSALAM, Renê. **Norte Pioneiro do Paraná: formação e crescimento através dos censos.** Dissertação de Mestrado. Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.

Após exame da respectiva sequência de desmembramentos territoriais que levam a Salto do Itararé, vamos indagar os discentes com algumas atividades dissertativas.

- 4) Quais municípios ligam-se historicamente com a territorialidade de Salto do Itararé?
- 5) Dentro da figura 11, qual fato me deixou mais perplexo, em relação a uma sequência de desmembramentos municipais?

Continuando nossa quarta aula, vamos destacar para os alunos que a próxima figura será um recorte de mapa do final do século XIX, ano de 1896 mais precisamente. Poderemos analisar neste mapa como configurou-se a (re)ocupação territorial e espacial da região do “Norte Pioneiro”, objetivando construir com os estudantes, uma visão das permanências e mudanças específicas do tempo histórico, com relação às denominações e territorialidades. Assim, devemos visualizar também a figura 10, que iremos retratar via projetor multimídia, material impresso ou outro disponibilizado pela escola, para nível de comparações, assim como respectivamente a figura 12.

Figura 12 - Recorte de mapa do Paraná em 1896.



Fonte: INSTITUTO ÁGUA E TERRA. **Coletânea de Mapas Históricos do Paraná**. Instituto Água e Terra, 2022. Disponível em: <http://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Coletanea-de-Mapas-Historicos-do-Parana#>. Acesso em: 12 jan. 2022.

- 6) As figuras 10 (2015) e 12 (1896) se referem à mesma região, ou seja, um recorte do “Norte Pioneiro”, mas com temporalidades diferentes. Quais são as semelhanças e diferenças entre elas?
- 7) Observando o recorte de mapa da figura 12, reconhece denominações como Colônia Mineira, Barbosas e Maria Ferreira no estado do Paraná e S. J. Batista do Rio Verde e Faxina no estado de São Paulo? A quais municípios atuais se referem?
- 8) As alterações nas nomenclaturas dessas sedes urbanas podem fazer você refletir sobre as mudanças impostas pelas relações de poder nessas localidades. O que você acha que aconteceu?
- 9) Ainda analisando a figura, repare no nome S. José do Cristianismo. Sabia que esta localidade é a mais antiga na (re)ocupação dessa região, por volta de 1842-1843? Mas que se encontra extinta, restando apenas ruínas de outrora centro urbano? O que levou a população migrante a despovoar São José do Cristianismo?

Após coleta e análise das respostas sobre as indagações relativas às figuras 11 e 12, propomos elaborar um pequeno questionário, para uma entrevista a ser feita pelos discentes. Esse questionário será respondido pelo familiar e/ou amigo idoso do

educando, presencialmente, se morando na mesma residência, ou via online – *WhatsApp, Messenger* etc. –, desde que possua recursos para isso. Será indagado ao entrevistado sobre a percepção que tenha sobre os desmembramentos territoriais presentes na figura 11 e as nomenclaturas das referidas localidades da figura 12. Como exemplos trazemos as seguintes questões, mas outras podem ser elaboradas pelos próprios alunos entrevistadores:

- a) Senhor(a), tem conhecimento de que Salto do Itararé foi desmembrando de Siqueira Campos?
- b) Senhor(a), tem consciência de que São José da Boa Vista é a localidade mais antiga no processo de (re)ocupação dessa região do “Norte Pioneiro”? E que teve sua municipalidade oficializada ainda no regime imperial do século XIX, em 1876?
- c) Senhor(a), conhecia as denominações de São José do Cristianismo, Colônia Mineira, Barbosas, Maria Ferreira, São João Batista do Rio Verde e Faxina?
- d) Senhor(a), conhece outras localidades que foram extintas, a exemplo de São José do Cristianismo, ou que tiveram seus nomes alterados com o decorrer do tempo?

Inaugurando a quinta e sexta aula, partimos para abordar os resultados da breve entrevista realizada, realçando as respostas que foram possíveis dentro da realidade de cada discente. Ouvindo as explicações dadas pelo entrevistador e trazidas pelos educandos, passamos a dialogar sobre como a população lida com as memórias e histórias do nosso município e fechamos a atividade da aula anterior mediando as discussões.

Propomos continuar a aula argumentando que uma das premissas dessa pesquisa se relaciona às populações indígenas, que habitavam e habitam o território da região “Norte Pioneiro” e da localidade Salto do Itararé. Assim nessas duas próximas aulas, continuaremos a trabalhar com figuras que retratem recortes de mapas, com a utilização do projetor multimídia, material impresso ou outro disponibilizado pela escola, mas agora com foco na temática indígena.

Sugerimos lembrar aos discentes que as mudanças e permanências das figuras anteriores, competem a um contexto de (re)ocupação espacial a partir de uma apropriação territorial pelo capital. Especificando de que a própria colonização da

América e do Brasil foi pautada na expropriação de um território, outrora já ocupado pelas populações indígenas, baseado em interesses econômicos na extração de recursos minerais, tanto de metais preciosos quanto de minérios para indústria. Esse fato ainda ocorre atualmente para expansão de terras para agricultura e pecuária, além do extrativismo vegetal nas florestas. Tendo conseqüentemente a fixação de divisas e limites que não levam em consideração as populações indígenas que outrora habitavam as terras, no caso em estudo, as que vão ser posteriormente chamadas de “Norte Pioneiro”. Objetivamos conscientizar os alunos e alunas de que, mesmo pouco citados na historiografia da região, as populações indígenas se fizeram presentes no território, como devemos observar na figura 13.

Figura 13 - Recorte de mapa etno-histórico do Brasil, adaptado do mapa de Curt Nimuendaju (1945)



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Índios da América do Sul, Curt Nimuendaju, 1883-1945**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Mapa Etno – Histórico do Brasil e regiões adjacentes. Adaptado do mapa de Curt Nimuendaju (1944). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=214278&view=detalhes>. Acesso em 14 de jan. de 2022.

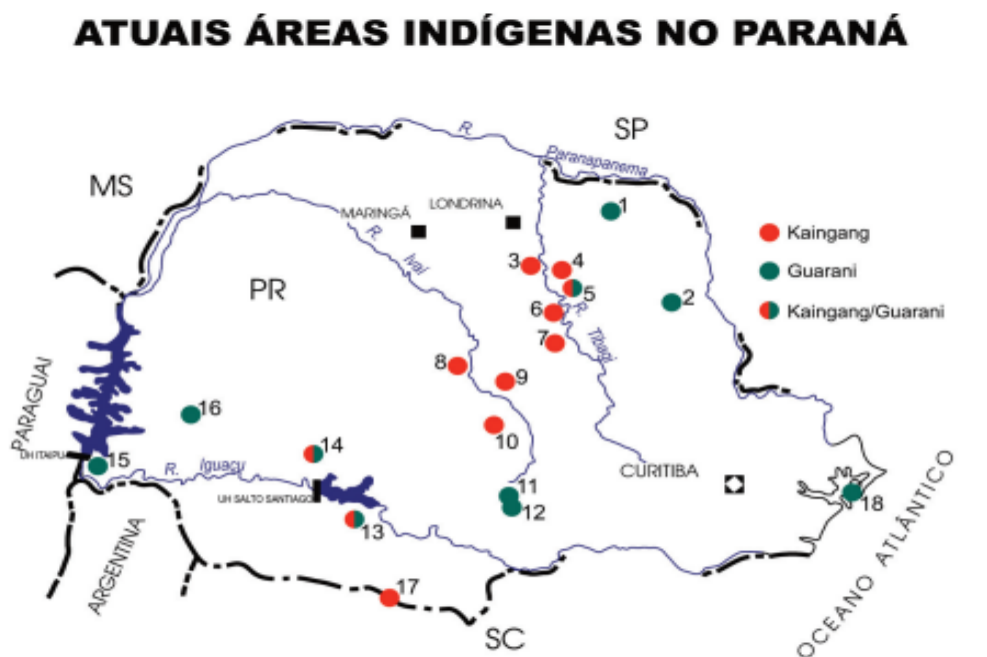
Posteriormente a visualização e análise da figura 13, mencionar que o recorte de mapa foi catalogado em 1945, no “Mapa Etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes” pelo etnólogo Curt Nimuendaju. Assim sendo, levantamos alguns

questionamentos no formato de atividades dissertativas e reflexivas com os educandos.

- 10) O que mostra o mapa? Conhece os nomes em destaque nele?
- 11) Quais diferenças e semelhanças encontramos entre os recortes de mapas da figura 10 e da figura 13?
- 12) Você consegue localizar aproximadamente a região de Salto do Itararé no recorte de mapa da figura 13? Observe os principais marcos de referência, como por exemplo, os rios Itararé, Cinzas e Verde. Aponte no mapa.
- 13) Qual tipo de divisão territorial foi utilizada pelo autor do mapa? Coincide com as atuais divisões administrativas, apresentadas na figura 10?
- 14) Quais populações indígenas habitavam a região do “Norte Pioneiro”, segundo o recorte de mapa da figura 13?

Continuando com a utilização de figuras que destaquem recortes de mapas, relativas à localização da região e localidade em estudo, propomos demonstrar aos educandos que as populações indígenas não fazem parte apenas do passado, como seres míticos que viviam na floresta caçando, pescando e andando nus, como às vezes, o senso comum e os livros didáticos levam a crer. Então, com objetivo de conscientizar o corpo discente para o respeito à diversidade étnica e cultural, também iremos manejar mapa sobre as áreas indígenas, pertinente ao ano de 2006. O mapa abaixo, promovido pela Secretaria do Estado da Educação, no âmbito dos “Cadernos Temáticos – Desafios Educacionais Contemporâneos: Educação Escolar Indígena”, retrata as Atuais Áreas Indígenas no Paraná, de forma simplificada, como constatado na figura 14.

Figura 14 - Áreas indígenas no Paraná em 2006



Fonte: PARANÁ. **Educação Escolar Indígena**. In: Cadernos Temáticos Desafios Educacionais Contemporâneos. Secretaria de Estado da Educação, SEED/PR, 2006. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/educacao_escolar_indigena.pdf. Acessado em 14 de jan. 2022.

Após observarmos o mapa com os alunos e alunas, separamos as áreas indígenas dentro do contexto territorial do “Norte Pioneiro” e próximo a Salto do Itararé para levantarmos algumas atividades dissertativas.

- 10) O que mostra o mapa? Refere-se a qual temporalidade?
- 11) Quais semelhanças e diferenças encontramos entre os mapas nas figuras 13 (1945) e 14 (2006)?
- 12) Qual hipótese pode ser atribuída para que ocorram diferenças significativas entre as figuras 13 e 14?
- 13) Qual etnia localiza-se em área próxima à Salto do Itararé atualmente?
- 14) Com ajuda de um computador e/ou smartphone com internet, identifique as Terras Indígenas reconhecidas, no estado do Paraná, próximas a Salto do Itararé.
- 15) No estado de São Paulo, encontramos uma comunidade indígena em Barão de Antonina e outra em Itaporanga, municípios próximos a Salto do Itararé. A qual ou quais etnias pertencem essas populações? Você sabe alguma informação sobre elas?

- 16) Segundo relatos históricos, os kaingang habitavam o território do município de Salto do Itararé no início de sua (re)ocupação pelos migrantes mineiros e paulistas. Onde encontramos populações indígenas dessa etnia atualmente?
- 17) Seria condizente dizer que o mapa da figura 14 retrata fielmente a localização da população indígena e descendentes atualmente? Justifique.

Após apreciação das figuras 13 e 14 e discussões sobre as respectivas atividades dissertativas, propomos uma divisão da sala de aula em trios e/ou quartetos de alunos. Após acordo na formação dos pequenos grupos, passamos a sugerir uma bateria de tópicos sobre as populações indígenas do Brasil e do Paraná para consulta na internet⁷, com os seguintes aspectos:

- a) Quantidade e variedade de povos indígenas no Brasil;
- b) Quantidade e etnias de povos indígenas no Paraná;
- c) Terras reservadas aos indígenas no Brasil;
- d) Territórios Indígenas no Paraná;
- e) Línguas indígenas extintas e faladas atualmente no Brasil e no Paraná;
- f) Regiões de localização da maioria da população indígena brasileira;
- g) Preservação do meio ambiente pelas populações indígenas;
- h) Traços culturais que diferenciam as etnias indígenas do estado do Paraná;
- i) Localização das populações indígenas kaingang no estado do Paraná;
- j) Principais características da cultura indígena kaingang atualmente;
- k) Principais características dos aldeamentos indígenas guarani, em Barão de Antonina e Itaporanga, ambos municípios do estado de São Paulo;
- l) Se um indígena dirige carro, vê televisão, possui smartphone com internet, ele deixa de ser indígena? Justifique;
- m) Formule com seu grupo mais um questionamento e respectiva resposta, acerca dos povos indígenas do Brasil e/ou do Paraná;

⁷ Sugestões de sites para pesquisas: <https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa> ; <https://indigenas.ibge.gov.br/> ; https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal ; <https://mirim.org/> ; <https://terrasindigenas.org.br/> ; <https://www.gov.br/funai/pt-br> ; <https://institutoiepe.org.br/> ; <https://www.museuparanaense.pr.gov.br/Pagina/Povos-indigenas-no-Parana>.

Como recursos para uso da internet, será solicitado à direção da escola o uso do laboratório de informática. Para os alunos que optarem por fazerem a pesquisa fora dos muros escolares, será orientado que tragam as respostas junto com seus respectivos grupos, visando socializar os resultados e otimizar a reflexão sobre os tópicos levantados no início da próxima aula.

3.2.4 Aulas 07, 08 e 09 - Origens do núcleo urbano de Salto do Itararé

Iniciamos essas aulas com a socialização dos resultados da pesquisa relativa à história indígena realizada pelos educandos via internet, com posterior debate moderado pelo professor. Com os impasses sobre os dados obtidos na pesquisa sanados, enfatizamos aos educandos que continuaremos a aula, abordando que normalmente, mas não como regra, a história das origens e formações dos municípios é apresentada aos alunos nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, por professoras formadas em Formação de Docentes (Magistério) e/ou Pedagogia. Momento no qual comumente explana-se sobre as figuras e famílias “pioneiras” nessa gênese da localidade. Continuando a explicação para os educandos, sugerimos que seja salientado que, desta forma, se cria, assim, um discurso de “vazio demográfico”, ou seja, que as terras do chamado “Norte Pioneiro”, incluídas as de Salto do Itararé, estavam vazias até a metade do século XIX. Tal discurso remete à ideia de que se tornou povoado a partir da vinda do migrante, notadamente paulista e mineiro, excluindo ou apenas ignorando a presença das populações indígenas, ou, às vezes, entrando em contradição.

Importante salientar também aos estudantes que a elite política e econômica do regime imperial pós independência dificultou a democratização das terras ao não reconhecer a legitimidade de outras formas de propriedade que não seja a privada. Inclusive, especificamos aos alunos de que a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, popularmente conhecida como Lei de Terras, formalizou a opção das classes dirigentes pelo latifúndio. A legislação estabelecia a proibição de aquisição de terras “devolutas” por outro meio que não fosse a compra, fato que reflete na atualidade, quando apenas 0,7% das propriedades têm área superior a 2 mil hectares, cerca de 20 km², mas ocupam quase 50% da zona rural brasileira, no extremo, as propriedades

menores que 25 hectares, cerca de 0,25 km², respondem por 60% das propriedades, mas cobrem apenas 5% do território rural⁸.

Ao retornar à questão da história local e objetivando trazer a conhecimento do educando os escritos sobre a origem do núcleo urbano de Salto do Itararé, refletiremos sobre a existência de populações indígenas nesses territórios. Indicamos a leitura de dois textos apresentados pelo projetor multimídia ou material impresso entregue aos estudantes, que tratam sobre o início de formação urbana da cidade de Salto do Itararé. O primeiro é do saltense Antonio Carlos Ferreira:

Os primeiros colonizadores do município de Salto do Itararé eram mineiros que se instalaram na área no final do século passado. Esta região era totalmente despovoada até meados de 1850. As incursões feitas pelo homem branco davam-se em casos esporádicos, quase sempre por motivos de ordem militar. O norte do Estado começou a ser colonizado a partir da criação da Colônia Militar do Jataí, em 1855. Mais tarde, inúmeros núcleos de povoamento e colonização eclodiram ao redor de Salto do Itararé, ainda no século passado. No começo da colonização, os mateiros, homens experimentados em cortar sertão bruto, corriam a região, à procura de manchas de terras roxas, que requeriam para si ou as repassavam adiante. Assim, muitas concessões de terras foram conseguidas a preços irrisórios, ainda em tempos do regime imperial.

O primeiro nome dado ao núcleo de colonização que originou o atual município de Salto do Itararé foi Santo Antonio dos Índios. Nesta época, era grande o número de tribos indígenas que permeavam o sertão. Daí a referência histórica. Narciso Marinho foi o primeiro proprietário desta imensa área, que neste período era território pertencente ao município de São José da Boa Vista. Antevendo o progresso regional, Narciso Marinho loteou grande parte de sua gleba, vendendo os lotes para famílias vindas de Minas Gerais. Não demorou muito e formou-se um povoado, que cresceu e consolidou-se (FERREIRA, 2000, p. 5).

Após leitura e análise interpretativa do texto junto aos alunos, destacando que essa obra é, ainda hoje, utilizada como referência para estudos da História do município, nos Anos Iniciais do Ensino fundamental, levantaremos alguns questionamentos para a reflexão.

- 1) Qual temporalidade serve de referência para o autor do texto?
- 2) Quais grupos sociais o autor destaca como agentes da ocupação do território da região onde hoje se localiza Salto do Itararé? E Quais outros grupos sociais que estavam presentes neste período foram invisibilizados no texto? Por que tal situação acontece?

⁸ Ver nas referências: Westin (2020).

- 3) O que o primeiro nome da localidade citada pelo autor nos diz sobre a ocupação de seu território? O que significa?
- 4) Como o português Narciso Marinho tornou-se o primeiro proprietário? Como será que deve ter adquirido essas terras?

Continuando a discussão junto aos discentes, faremos a leitura de outra fonte pesquisada que se relaciona a esse período de (re)ocupação das terras do município de Salto do Itararé. É o livrete de homenagem ao Cinquentenário da Paróquia de Santo Antonio de Pádua, compilado por Caio Murilo de Souza e o Padre Luiz Fernando de Lima, baseado no Livro Tombo da Paróquia:

Assim, nesse cenário 'a história destas lindas terras, onde hoje se localiza nosso município, que leva o nome de Salto do Itararé, remonta a anos longínquos que se perdem no tempo, quando a região dos municípios vizinho e o nosso, não passavam de extensas matas, de pinheirais, de madeiras de lei, por onde passavam tímidas trilhas abertas pelas tribos indígenas caingangues que habitavam nossa região' (cf. Livro Tombo, p. 001f). As colonizações dessas glebas se iniciaram por volta de 1843, quando chegaram as primeiras famílias de imigrantes mineiros na região que hoje se localiza a cidade de Siqueira Campos, mas que antes se chamava Colônia Mineira. Nas terras de Salto do Itararé havia, por aqui, um pequeno aldeamento da tribo caingangue, que habitavam as margens de umas corredeiras próximas à sede municipal, no rio Itararé (cf. Livro Tombo, p. 001v). O território era conhecido como balsa dos índios (sic), pertencentes ao município de São José da Boa Vista. Seu primeiro proprietário foi o senhor Narciso Marinho, um português, que com o progresso da região passou a vender parte de suas terras para imigrantes de outros Estados, principalmente as pessoas vindas de Minas Gerais. [...] foram formando-se inúmeros núcleos urbanos de povoamento e colonizações que eclodiram ao redor do que hoje é Salto do Itararé. O primeiro nome dado ao núcleo de colonização que originou o nome da paróquia foi o de Santo Antonio dos Índios. Nesta época eram grandes as tribos indígenas que viviam nas redondezas, como os Caingangues, já citados (cf. Livro Tombo, p. 002f). Dentro da perspectiva da história oral de nossos munícipes, que por volta dos anos de 1900 a 1930, algumas famílias vindas do Estado de Minas Gerais, que moravam em Siqueira Campos (denominado de Colônia Mineira), desde o início do processo civilizatório da região em 1843, vieram para cá e fixaram-se às margens do Rio Itararé perto do aldeamento indígena. Com o passar dos anos o processo de colonização e migração se tornaram (sic) constantes, aumentando assim, o número de famílias provenientes de "Colônia Mineira" (cf. Livro Tombo, p. 001v), [...] (SOUZA; LIMA, 2013, p. 09-10).

Assim como no texto anterior, feita a leitura e análise interpretativa junto aos educandos, podemos levantar questões de reflexão a partir do texto:

- 5) Como o texto trata sobre o início da ocupação territorial do município de Salto do Itararé?

- 6) Quais semelhanças e diferenças encontramos entre os textos, de Antonio Carlos Ferreira e o do padre Luiz Fernando de Lima?
- 7) A presença indígena é retratada desde o início no texto de comemoração da paróquia? Como ela ocorre?
- 8) É citado aldeamento kaingang no texto, o que será que houve com esse aldeamento? Onde encontram-se seus descendentes?
- 9) A partir da análise do texto, podemos dizer que os indígenas kaingang são os “pioneiros” dentro do território que atualmente forma Salto do Itararé?
- 10) Se a terra era habitada por populações indígenas kaingang, como o português Narciso Marinho tornou-se proprietário delas? Ele as teria “comprado” dos indígenas?
- 11) Sendo os primeiros habitantes do território, destacado inclusive nos primeiros nomes da localidade, por que não encontramos nenhum nome de rua ou praça em homenagem aos kaingang citados no texto?

Posteriormente às indagações suscitadas, devemos destacar junto aos discentes que, ainda assim, os povos indígenas não aparecem totalmente como sujeitos. Há grande importância em serem citados, o que ocorre raramente em bibliografias sobre origem e formação dos municípios, mas, ainda, pouco se sabe sobre as ações dessas populações, os acordos firmados com os migrantes “pioneiros” e poderes políticos constituídos, visando sua sobrevivência e manutenção da cultura. Inclusive, devemos salientar que o Livro Tombo da Paróquia destaca que, após as famílias mineiras que residiam em “Colônia Mineira” (Siqueira Campos), fixarem-se às margens do rio Itararé, perto do aldeamento kaingang, em pouco anos os indígenas saíram dali e rumaram em direção às terras férteis e o rio piscoso⁹, do atual município de Fartura, estado de São Paulo (SALTO DO ITARARÉ, 1994, p. 02). Contudo, não encontramos a referência exata, provavelmente sendo o ribeirão Fartura ou a extensão do próprio rio Itararé. Continuando diálogo com os educandos, os convidamos à reflexão de que ocorreram contatos, trocas e miscigenação entre as populações indígenas e outras que vieram após ao território, refletidos na diversidade de descendências que podemos encontrar em nossa comunidade.

⁹ Adjetivo: Que possui uma grande quantidade de peixes.

Finalizando a aula, destacamos o encerramento da primeira parte de nossa sequência didática, que teve o objetivo de explorar a colonização e a reocupação do território do “Norte Pioneiro” e Salto do Itararé, com ênfase à questão da invisibilização indígena. Subsequentemente informamos aos discentes de que, nas próximas aulas, iremos refletir sobre a sociedade saltense, os documentos oficiais que retratam o poder político estabelecido, além das imagens e fotografias que contam um pouco do cotidiano que vai se construindo em Salto do Itararé.

3.2.5 Aulas 10 e 11 - Salto do Itararé através dos documentos oficiais

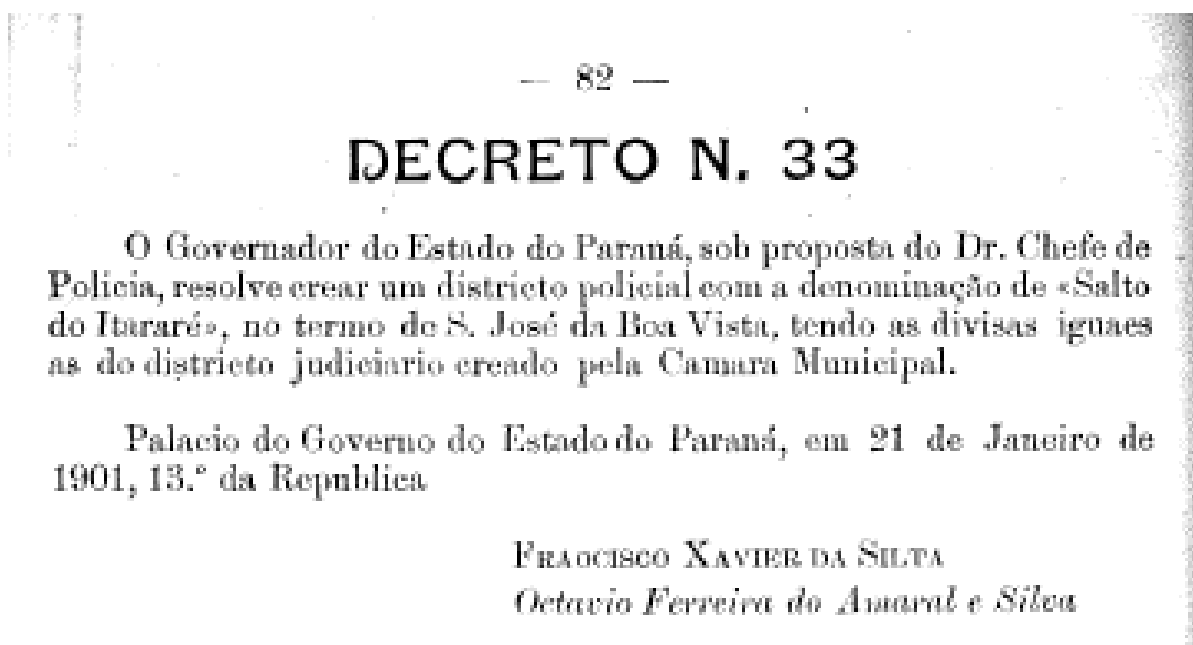
Iniciada a aula, devemos recapitular o que estudamos nas aulas anteriores, destacando a importância de se conhecer a história regional, figurada aqui no “Norte Pioneiro” paranaense e a história local, representada por Salto do Itararé. Será lembrado sobre como as populações indígenas, que habitavam as terras antes da chegada do migrante, em um processo de (re)ocupação do território, foram e são invisibilizadas em sua participação na formação das localidades.

Prosseguindo, destacamos que serão utilizados documentos oficiais para estudar a história do estabelecimento oficial da localidade de Salto do Itararé, salientando junto aos alunos que toda divisão territorial é uma invenção, uma concepção social, de acordo com o contexto da época e de relações de poderes regionais e locais. Assim sendo, no século XIX, o território onde se localiza atualmente Salto do Itararé, foi tratado pelas autoridades provinciais como “vazio demográfico”, com as populações indígenas sendo ignoradas como comunidade, invisíveis dentro de uma concepção capitalista de progresso. Destacaremos os documentos relativos a essa localidade, dentro da ótica dos poderes constituídos, com objetivo de fazer uma reflexão junto aos educandos sobre a importância da conservação de documentos históricos, lembrando que os que abaixo serão examinados, referem-se a ótica dos poderes constituídos sobre a localidade de Salto do Itararé.

Indicamos reforçar conjuntamente aos estudantes que essa sequência de documentos incorporados nas figuras abaixo, são os que foram detectados nesta pesquisa junto ao Arquivo Público do estado do Paraná. Contudo, não se exclui a possibilidade de que existam outros relativos ao município de Salto do Itararé, que podem ser angariados em pesquisas futuras. São variadas as formas de decretos, leis e resoluções lançadas pelos órgãos governamentais a respeito de uma certa

localidade, onde diversos documentos em poder de instituições oficiais ou informais, podem não ser detectados em derivada pesquisa, mas o podem em outras. Assim sendo, com uso de projetor multimídia, material impresso, ou outro meio disponibilizado pela escola, faremos análise sobre a figura 15.

Figura 15 - Decreto Nº 33, de 21 e janeiro de 1901



Fonte: Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná (2021).

Nota: Cedido via e-mail consultasai@seap.pr.gov.br

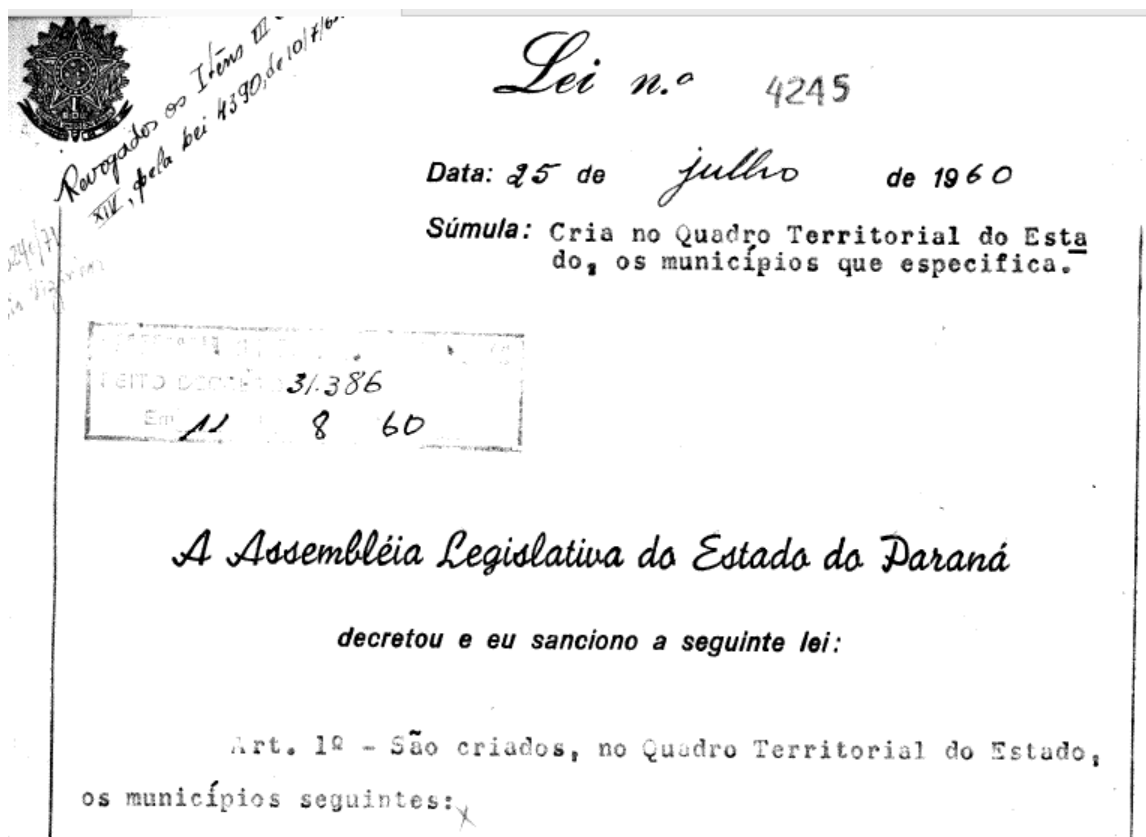
Observamos junto aos alunos de que esse Decreto de n. 33, dentro da data de 21 de janeiro de 1901, é o mais remoto que encontramos em nossa pesquisa sobre Salto do Itararé. É fundamental sempre salientar a importância de conservação de documentos, que retratam a configuração de poderes do período e podem ser reinterpretados na contemporaneidade, como é o caso deste decreto que defende a criação de um distrito policial em localidade do território de São José da Boa Vista. Mesmo sendo documento de redação curta, algumas reflexões podem ser feitas.

- 1) Você considera importante a conservação de documentos como o relatado na figura 15? Por que?
- 2) Quais elementos do Decreto n. 33, visualizado na figura 15 mais lhe chamaram a atenção?

- 3) Quais necessidade a localidade apresentava para requerer um distrito policial com o nome de Salto do Itararé, demonstrado na figura 15?

Continuando a reflexão com os discentes, fazemos nova apresentação, visualizada pelo projetor multimídia, em material impresso ou outro meio disponibilizado pela escola, relativo às figuras 16 e 17.

Figura 16 - Lei Nº 4245 de 25 de julho de 1960.



Fonte: Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná (2021).

Nota: Cedido via e-mail consultasai@seap.pr.gov.br

Figura 17 - Continuação da Lei Nº 4245 de 25 de julho de 1960

XLVII - SALTO DO ITARARÉ - Com território desmembrado do município de Siqueira Campos, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

1 - Com o município de Carlópolis: começa no espigão divisor de águas entre os rios Jacarèzinho e Itararé, no ponto de intersecção do espigão dos dois braços do rio Cachoeira, segue por este espigão divisor dos dois braços do rio Cachoeira, até a confluência dos mesmos, desce daí pelo rio Cachoeira até a sua foz no rio dos Murzilos, e este, até a sua foz no rio Itararé;

2 - Com o Estado de São Paulo: começa na foz do rio dos Murzilos, no rio Itararé, sobe por este até a foz do rio Fartura;

3 - Com o município de Wenceslau Braz: começa no rio Itararé na foz do rio Fartura, sobe por este até a foz do rio Braço da Fartura, e este até a foz do rio das Pombas, segue daí pelo divisor de águas destes dois rios até encontrar a estrada de rodagem Siqueira Campos-Sant'Ana do Itararé, defronte a cabeceira do arroio da Grama;

4 - Com o município de Siqueira Campos: começa na estrada Siqueira Campos-Sant'Ana do Itararé, defronte à cabeceira do arroio da Grama, donde em reta, por uma linha sêca, alcança o referido arroio, desce por este até a sua foz no rio Braço da Fartura, seguindo daí pela cumiada do divisor de águas entre os rios Braço da Fartura e Marimbondo, até o divisor de águas entre os rios Jacarèzinho e Itararé, seguindo daí, por este divisor até o ponto de intersecção do espigão dos dois braços do rio Cachoeira.

Fonte: Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná (2021).

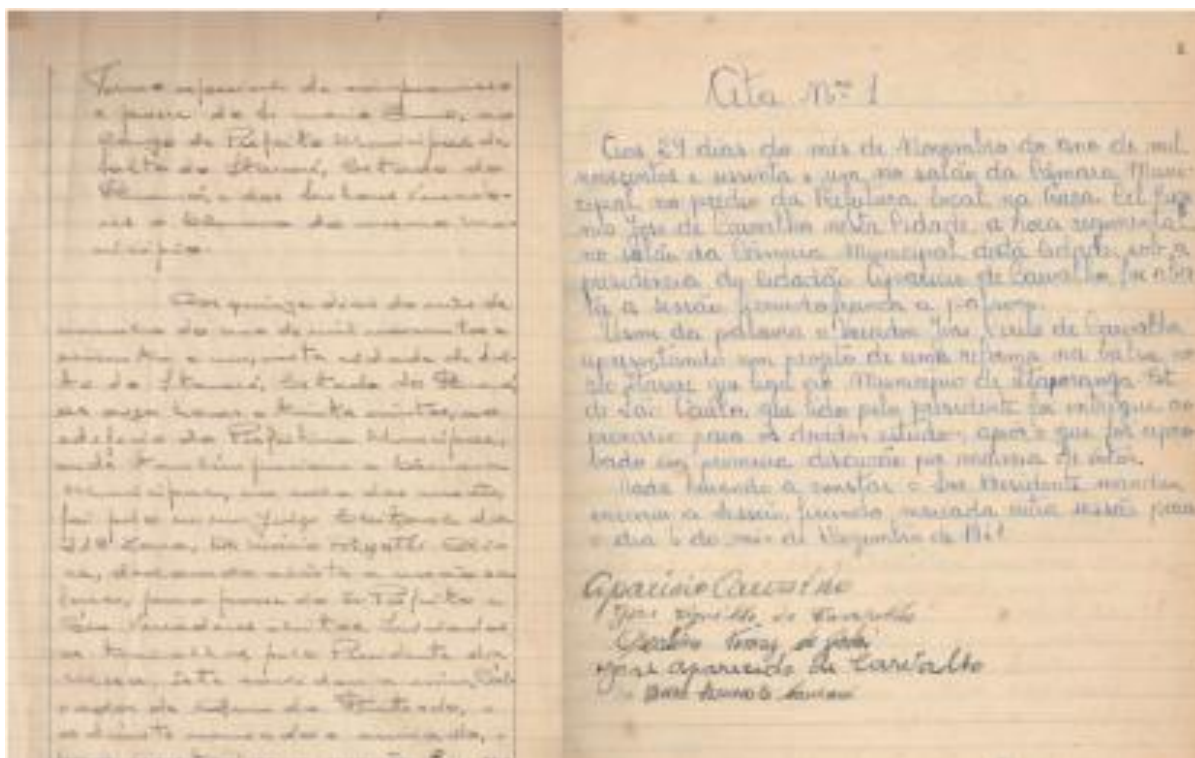
Nota: Cedido via e-mail consultasai@seap.pr.gov.br

A partir do documento apresentado nas figuras 16 e 17, evidenciaremos junto aos alunos e alunas que, por meio desta Lei estadual de número 4245, de 25 de julho de 1960, foram criados 59 (cinquenta e nove) novos municípios no território do estado do Paraná. Relatando que não é uma lei exclusiva para Salto do Itararé, como resultado das constantes lutas das lideranças políticas locais, mas que faz parte de um contexto maior, relacionado à política estadual. A partir da análise do documento, devemos levantar alguns questionamentos em forma de atividades dissertativas com os estudantes.

- 4) Quais elementos mais lhe chamaram a atenção no documento visualizado nas figuras 16 e 17?
- 5) Com a criação em apenas uma lei (n. 4245), e em apenas um ano (1960), de novos municípios no estado Paraná, nos diz sobre o contexto político da época?
- 6) As lideranças locais tiveram participação efetiva nessas emancipações políticas? É válido homenagear a esses personagens em ruas principais, praças e prédios públicos?
- 7) Qual seria a participação da população, formada na época em sua maioria por agricultores, na emancipação políticas desses municípios?
- 8) Quais interesses são levados em conta na criação de um novo município?
- 9) Podemos dizer que a Lei n. 4245, de 25 de julho de 1960, retratada nas figuras 16 e 17, configura-se como um Certidão de Nascimento da localidade? Seus moradores não se sentiam saltenses anteriormente à lei?

Para finalizar a temática de apreciação de documentos governamentais, iremos apresentar em sala de aula para os alunos e alunas, mediante projetor multimídia, material impresso ou outro meio disponibilizado pela escola, com os dois primeiros regimentos elaborados no âmbito da administração municipal, presentes na figura 18.

Figura 18 - Ata de posse do primeiro prefeito municipal e Ata Nº 1 das sessões legislativas da Câmara de Vereadores de Salto do Itararé.



Fonte: Arquivo Pessoal. Cedida pela Câmara Municipal de Vereadores de Salto do Itararé (2021).

Destacamos para os estudantes de que os documentos presentes na figura acima referem-se às Atas de Posses do primeiro prefeito municipal e do primeiro conjunto de vereadores de Salto do Itararé. Configurando-se então, como os primeiros regimentos de caráter efetivamente municipal, dentro do contexto de documentos oficiais de estado. Salientar também, para os educandos, que não houve processo eleitoral para escolha dos representantes do município que nascia como ente federativo, sendo escolhas impostas por lideranças políticas regionais e locais. Posteriormente a essa sequência de diálogo e discussão, podemos levantar indagações sobre os autos.

- 10) Qual a importância desses documentos oficiais, presentes na figura 18, para sua identidade como saltense?
- 11) Se não houve eleições para escolha do primeiro prefeito e dos primeiros nove vereadores da Câmara Municipal, como então se deu essa indicação política?
- 12) Nota-se que na Ata Nº 1, sobre a primeira Sessão Legislativa da Câmara Municipal de Salto do Itararé, ocorre apenas uma discussão, relativo à reforma da balsa (que será tratada na próxima aula), único meio de ligação

entre o estado do Paraná e São Paulo a época. Como você analisa esse fato? Seria papel do corpo legislativo essa discussão? Comente.

Após todas as discussões referentes aos documentos, presentes nas figuras 15 a 18, projetamos a divisão da sala de aula em três grupos: onde o grupo “A” ficará responsável pelo Decreto Nº 33, de 21 e janeiro de 1901, presente na figura 15; o grupo “B” pela Lei Nº 4245 de 25 de julho de 1960, manifesto nas figuras 15 e 16; e o por último, o grupo “C”, se responsabilizará pelas Atas de Nº 1 da Câmara Municipal de Vereadores e Ata de posse do Prefeito Municipal de Salto do Itararé, ambas do ano de 1961, visível na figura 17. Feita a divisão e escolha dos grupos, passamos à formação das pequenas rodas de conversas, com objetivo de socializarem dentro da equipe suas visões acerca dos documentos, bem como suas respostas às questões dissertativas elaboradas acima. Fechando acordo sobre as percepções ao documento referido, passa-se à fase seguinte, quando cada grupo deve socializar e apresentar aos outros, as conclusões do grupo sobre o documento apontado. A partir da mediação do professor, realizaremos um debate, via roda de conversa, sobre a importância da preservação de cada documento para a história, memória e identidade de Salto do Itararé, suas temporalidades, possíveis relações de poder em sua gênese, mudanças ortográficas e demais detalhes suscitados pelos estudantes.

Ao final da aula, apontamos que a sequência das aulas terá como fonte de estudo fotografias que tratem sobre a sociedade saltense, destacando a importância do registro de imagem para valorização da memória familiar e comunitária.

3.2.6 Aulas 12, 13 e 14 - Salto do Itararé através de fotografias

Nestas próximas aulas, buscaremos relacionar a história local de Salto do Itararé, analisando fotografias apresentadas pelo projetor multimídia ou em TV providenciado pelo colégio. Objetivando o aprendizado pelo estudante das permanências e mudanças retratadas em fotografias, sobre o contexto histórico e social de determinada época e localidade, faremos uso de fotografias em sala de aula, podendo estas ser grandes aliadas do processo de ensino, uma vez que atraem atenção e curiosidade por parte dos educandos e, se bem encaminhadas, possibilitam o aguçar das competências de interpretação.

Porém, também devemos ressaltar juntos aos discentes que, mesmo sendo importante fonte histórica, a fotografia não é livre de influências, interpretações e manipulações. Sendo representação do momento em que é feita, a fotografia reflete a visão de mundo do fotógrafo, que faz as escolhas relacionadas aos personagens e cenários retratados. Devido a isso, fotografias analisadas podem não refletir toda coletividade de Salto do Itararé, com diminuta quantidade de imagens, ocorre uma menor representação da diversidade dos sujeitos históricos e situações, expostas nas fotografias a seguir.

Explicamos para os alunos e alunas de que Salto do Itararé localiza-se na divisa estadual entre Paraná e São Paulo, por isso, é natural que haja uma conexão entre o município e seus vizinhos pelo outro estado, como Barão de Antonina e Itaporanga. Como a ponte que liga os dois estados teve sua construção finalizada apenas em 1970, será apresentada aos educandos uma sequência de fotografias sobre o meio de ligação anterior à ponte, como visualizado nas fotografias 7, 8 e 9.

Fotografia 7 - Visão panorâmica da balsa que fazia a travessia pelo rio Itararé (Década de 1940).



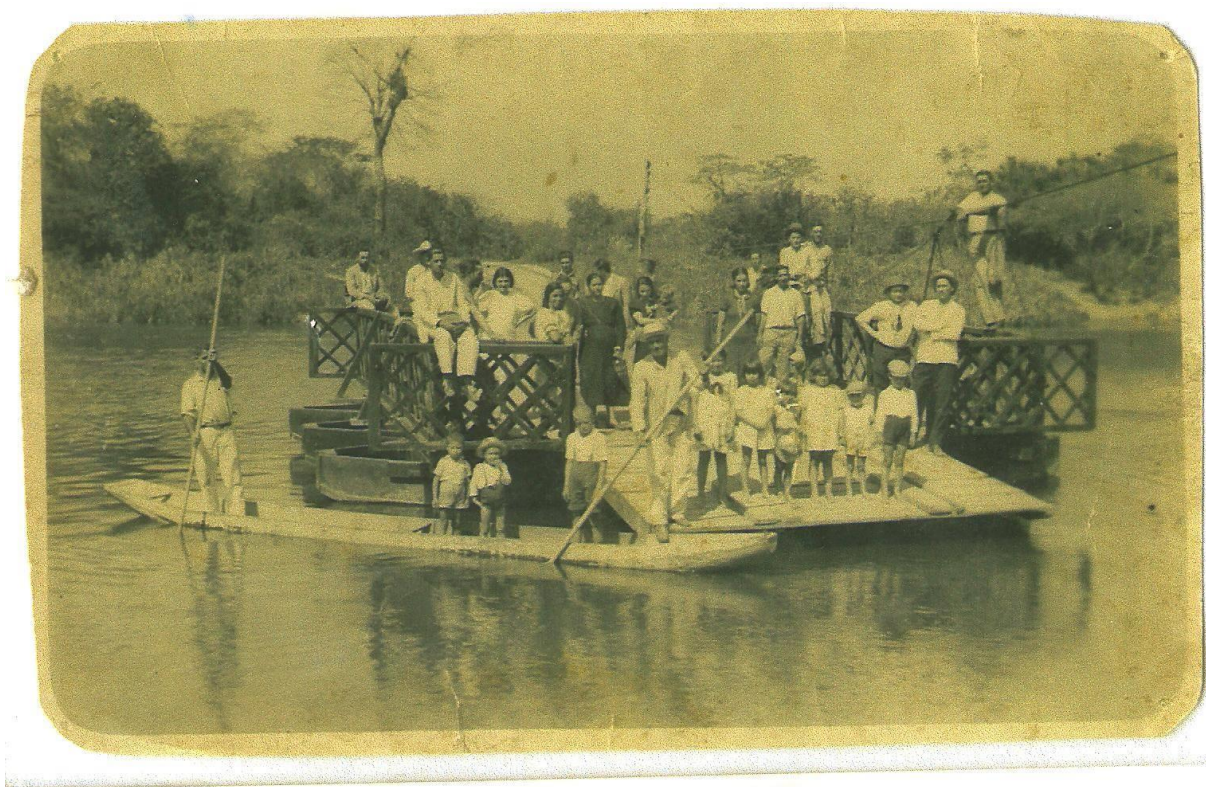
Fonte: Arquivo pessoal. Cedida pelo Sr. Luiz Alberto Bertoni.

Fotografia 8 - Vista da balsa que fazia travessia pelo rio Itararé (Década de 1950).



Fonte: Arquivo pessoal. Cedida pelo Sr. Pedro Rodrigues de Paiva Neto.

Fotografia 9 - Travessia da balsa pelo rio Itararé (Década de 1950).



Fonte: Arquivo pessoal. Cedida pelo Sr. Luiz Alberto Bertoni.

Após a apresentação das fotografias referentes ao meio de transporte utilizado pela população para a travessia do rio Itararé, em local próximo ao centro

urbano de Salto do Itararé, lembramos junto aos educandos de que um dos primeiros nomes dados a localidade foi de Balsa dos Índios, ocorrendo, inclusive, relatos de que, inicialmente, por um longo tempo a balsa para travessia da população colonizadora, era guiada pelos indígenas aldeados em localidade próxima às antigas corredeiras do rio Itararé – submersas após construção da represa Chavantes (em período anterior aos visualizados nas fotografias). Assim, encaminhamos para os discentes, uma sequência de questões dissertativas para reflexão.

- 1) Qual a importância do registro de imagens, como fotografias, para a aprendizagem da História?
- 2) Quais elementos presentes nas fotografias 7, 8 e 9 mais lhe chamaram atenção? Por que?
- 3) Você se imagina utilizando esses meios de transporte, como o apresentado na fotografia 9? Seriam seguros para seus ocupantes?
- 4) Qual das fotografias apresentadas podemos considerar mais distante no tempo? Quais elementos indicam essa temporalidade??

Continuando as aulas relacionadas à temática do uso de fotografias para estudo de história local de Salto do Itararé, buscamos apresentar novas fotografias para os alunos. Nelas, podemos apontar que a formação de um núcleo urbano não ocorre de maneira rápida, que essa aglomeração leva décadas para se formar com uma população significativa. Sugerimos explicar aos alunos e alunas, de que nas décadas anteriores a população rural era superior à urbana, ao contrário da atualidade, quando encontramos população urbana maior. Com objetivo de destacar semelhanças e diferenças ocorridas dentro de uma mesma localidade urbana, com o passar das décadas, apresentamos via slides com uso do projetor multimídia, TV, computador, ou outro meio propiciado pelo colégio, as fotografias 10, 11 e 12.

Fotografia 10 - Vista do entroncamento entre as ruas Agenor Frizo e Eduardo Bertoni, centro da cidade de Salto do Itararé (Década de 1960).



Fonte: Arquivo pessoal. Cedida pelo Sr. Luiz Alberto Bertoni

Fotografia 11 - Desfile em comemoração cívica da emancipação do município de Salto do Itararé (Década de 1960).



Fonte: Arquivo pessoal. Cedida pelo Sr. Luiz Alberto Bertoni.

Fotografia 12 - Desfile em comemoração cívica da emancipação do município de Salto do Itararé (Década de 1960).



Fonte: Arquivo pessoal. Cedida pelo Sr. Luiz Alberto Bertoni.

Subsequente à visualização, curta discussão e análise das fotografias, pode-se informar aos educandos de que a figura 10 localiza-se no entroncamento entre as ruas centrais Agenor Frizo e Eduardo Bertoni, próximo à praça José Eugênio de Carvalho, onde encontra-se a Igreja Católica Apostólica Romana. Sendo ponto de encontro de jovens, com as lanchonetes principais da cidade, é de fácil localização por parte dos alunos e alunas. Também cabe informar que as fotografias das figuras 11 e 12 localizam-se na rua Agenor Frizo, configurando-se em desfile cívico do final da década de 1960, em homenagem à emancipação política do município de Salto do Itararé, destacando a separação entre alunas (figura 11) e alunos (figura 12). A partir dessa análise inicial, vamos destacar alguns questionamentos em formato de atividades dissertativas para o corpo discente.

- 5) Quais elementos presentes nas fotografias 10, 11 e 12 mais lhe chamaram atenção? Por que?
- 6) Quais semelhanças e diferenças posso notar entre as fotografias de décadas anteriores (10, 11 e 12) e a atualidade?

- 7) Havia pavimentação na rua? Como seria o dia a dia das pessoas que viviam nessa época em relação à urbanização? O que acontecia quando chovia, por exemplo? É muito diferente de hoje?
- 8) Observe as fachadas das residências retratadas nas fotografias 10, 11 e 12. Ainda existem prédios que mantiveram essas fachadas? Quais diferenças percebo entre elas e os atuais imóveis da região central da cidade?
- 9) Note que são estudantes desfilando nas fotografias 11 e 12? De qual série/ano devem ser? Há diferença eles e os estudantes da atualidade, como vocês? Quais?

Após troca de ideias a respeito da percepção dos estudantes sobre as fotografias apresentadas, sugerimos um trabalho de campo, recorrendo às câmeras fotográficas de seus celulares. Na ausência do aparelho, os alunos podem acompanhar o colega que possua. Assim, propomos um passeio pelos locais ou proximidades¹⁰ retratadas nas fotografias 7 a 12, em um turno alternativo ao das aulas ou em um sábado, claro que com anuência da direção escolar e responsáveis. Nessa atividade propomos uma seleção de fotografias para comparação sobre permanências e mudanças ocorridas com as localizações referenciadas nos registros fotográficos analisados. Usando roupas e calçados confortáveis, a ideia é realizar um “passeio” pelas regiões da cidade de Salto do Itararé retratadas. Serão utilizadas fotografias como as que existem das margens do rio Itararé, nas proximidades da ponte que atualmente faz a ligação entre os estados do Paraná e São Paulo, com a estrada que leva a Barão de Antonina (SP) ao fundo, e onde a balsa fazia suas travessias, conforme fotografias 7, 8 e 9. Outra parte da cidade a ser retratada pelas lentes dos celulares dos educandos, será a rua Agenor Frizo, na altura onde encontra-se atualmente a lotérica – só existe uma – e a praça José Eugênio de Carvalho, coincidente ao exposto nas fotografias 10, 11 e 12. De posse das fotografias, pretendemos montar com os estudantes, após seleção de fotos, uma apresentação no projetor multimídia, TV ou outro meio disponibilizado pela escola, de comparações entre as imagens fotográficas das localizações nas décadas de 1940/1950/1960 e atualmente. Composta a apresentação comparando as fotografias, propomos trazer

¹⁰ Como se trata de núcleo urbano de pequena extensão, pode ser feito em poucas horas. Levando em conta que o trajeto proposto não ultrapassa 5 km de ida e volta ao colégio.

para debate em sala de aula, mediando as interações entre os estudantes sobre as relações entre passado e presente.

Para finalizar a análise de fotos sobre Salto do Itararé, em nossa última aula sobre essa questão, relataremos aos discentes que o entretenimento faz parte do cotidiano das pessoas, tanto agora como antes. Com objetivo de que os discentes percebam mudanças e permanências, relacionadas aos meios de entretenimento, sugerimos explicar que, com os avanços tecnológicos e o passar dos anos e décadas, vai se alterando a maneira como as pessoas se divertem.

Indagamos aos discentes sobre os meios e/ou ferramentas utilizadas por eles para entretenimento, ouvindo seus argumentos socializados com a turma. Continuando, destacaremos que o cinema surgiu ao final do século XIX, após os irmãos Lumière inventarem o cinematógrafo, que era um aparelho que capturava imagens em movimento e projetava-as. No Brasil, a primeira exibição de cinema ocorreu em 1896, na então capital Rio de Janeiro, sendo até a década de 1930 projeções de películas sem áudio, ou seja, cinema mudo.

Assim, salientamos que entre os anos de 1956 até 1974, Salto do Itararé contou com cinema, no qual filmes alugados em Curitiba e São Paulo eram projetados. Como relatado em 2000 por Antonio Carlos Ferreira, em seu livro já referido, “Salto do Itararé: origens e formação”:

O então distrito de Salto do Itararé era um lugar de pouca opção para diversão e lazer. [...] Foi no ano de 1956 que este morador construiu e pôs em funcionamento um cinema, para que a população daquele Distrito tivesse uma opção de lazer. O cinema funcionava num prédio situado na Praça Cel. Eugênio José de Carvalho. [...] As sessões eram sempre lotadas, as poltronas não passavam de cadeiras de palha e muitas pessoas não se importavam em ficar em pé para assistirem os filmes ali projetados. [...] As sessões de cinema tiveram seus dias de glória, mas o progresso foi chegando aos poucos na cidade e, no ano de 1974, as portas do Cine Saltense se fecharam, devido à chegada da televisão na cidade (FERREIRA, 2000, p. 18-19).

Fazendo a leitura da citação de Antonio Carlos Ferreira para os educandos, passaremos a apresentar as fotografias relacionadas ao meio de entretenimento relatado na citação, como demonstrado nas fotografias¹³ e ¹⁴.

Fotografia 13 - Fachada do Cine Saltense (Década de 1960).



Fonte: Arquivo pessoal. Cedida pelo Sr. Luiz Alberto Bertoni.

Fotografia 14 - Interior do Cine Saltense (Década de 1960)



Fonte: Arquivo pessoal. Cedida pelo Sr. Luiz Alberto Bertoni.

Sucessivamente à visualização das fotografias 13 e 14, levantaremos discussão acerca delas, questionando os educandos através de perguntas dissertativas.

- 10) Quais detalhes mais lhe chamaram atenção nas fotografias 13 e 14? Por que?
- 11) Você já frequentou um cinema na atualidade? Quais diferenças e semelhanças podemos apontar entre os atuais cinemas e o cine saltense?
- 12) Por que o cinema deixou de existir, de acordo com a citação de Antonio Carlos Ferreira? Por que encontramos cinemas, atualmente, somente em grandes centros urbanos, notadamente em Shopping Centers?
- 13) Como você relaciona as formas de entretenimento de décadas anteriores e as atuais? Quais semelhanças e diferenças existem? O que estas mudanças implicam nas relações entre as pessoas (sociabilidade)?

Após discussão junto aos discentes sobre o texto e fotografias 13 e 14, propomos levar ao conhecimento da sala de aula que será realizada uma atividade de cunho reflexivo. Para isso, sugerimos a formação de uma roda de conversa, na qual as questões dissertativas respondidas de forma individual possam ser compartilhadas. A ideia é refletir sobre a importância dos meios de entretenimento para as pessoas, de outrora e atualmente, de como seria participar de uma sessão de cinema em uma cidade pequena, onde todos se conhecem. Tal experiência é diferentemente de ir ao shopping center em uma cidade de médio ou grande porte, atualmente, sentar-se próximo a pessoas estranhas a seu círculo familiar e comunitário.

Prosseguindo, levantamos indagações sobre o tempo que dedicam a assistir televisão que, segundo a afirmação de Antonio Carlos Ferreira, foi responsável pelo fechamento do Cine Saltense em 1974. Adicionamos que assim como o cinema na cidade pequena entrou em extinção, a televisão nos moldes tradicionais, tem perdido cada vez mais telespectadores. Acrescentamos ao debate indagações como: por que essa perda de telespectadores ocorre? Será que a televisão, assim como o Cine Saltense, ficou arcaica no tempo? Será que a tecnologia do *streaming*, que envia informações multimídia via internet a suplantou? E o cinema atual, mesmo nos grandes centros tende a perder frequentadores? As pessoas tendem a preferir a individualidade do entretenimento em casa, ao invés do convívio em locais coletivos?

Enfim, fechamos o tema com o debate acerca do entretenimento proporcionado pelo Cine Saltense e da sociabilidade contemporânea vista a partir da perspectiva de jovens habitantes de um município do interior do Paraná. Por fim, alertamos aos discentes que em nossa última aula, preparamos uma análise avaliativa, visando auferir qualidade a trabalho proposto na sequência didática.

3.2.7 Aula 15 - Análise avaliativa

Na última aula de nossa sequência didática, buscaremos fazer uma análise avaliativa, não apenas de modo a auferir uma pontuação sobre o aprendizado adquirido do estudante, mas que possa analisar em um contexto geral a sequência didática, tanto seus encaminhamentos metodológicos, como a participação e aproveitamento do estudante juntos às temáticas propostas. Assim também é possível refletir sobre a prática pedagógica do professor, levando ao debate questões reflexivas sobre as aulas da sequência didática. Para isso elaboramos uma série de questões dissertativas, a serem copiladas e respondidas pelos alunos e alunas da turma a qual propusemos essa sequência didática.

Dividiremos em duas partes essa análise avaliativa, com a primeira parte relacionada a uma autoavaliação do educando e avaliação da sequência didática; e uma segunda parte formada por um diagnóstico final e tomada de consciência, visando auferir a qualidade da aprendizagem dos discentes sobre a relação entre passado e presente. Para isso, elaboramos uma sequência de atividades dissertativas a serem respondidas de forma individual.

I – Autoavaliação e avaliação da proposta:

- 1) Fui assíduo nas aulas da sequência didática e participativo na resolução das atividades dissertativas e reflexivas propostas pelo professor, debates e trabalhos em grupo?
- 2) Os materiais pedagógicos apresentados durante as aulas, como textos, mapas, imagens e fotografias, contribuíram para minha aprendizagem sobre história regional, local e indígena? De que forma?
- 3) Considero que os conteúdos apresentados pelo professor foram claros e de fácil compreensão?

- 4) Como os textos, mapas, imagens e fotografias apresentadas no decorrer da sequência didática me ajudaram a compreender a realidade de minha região “Norte Pioneiro” e Salto do Itararé?
- 5) Quais assuntos dentro do contexto de história regional e local ainda tenho interesse em estudar e pesquisar?

II – Diagnóstico final e tomada de consciência:

- 6) No tocante à história regional, figurado na região do “Norte Pioneiro”, quais elementos me fizeram refletir sobre sua origem e formação?
- 7) A partir da minha concepção de pioneirismo – primeiros habitantes –, quem foram os protagonistas nesse processo? Explique a partir da sequência didática?
- 8) No tocante à história local, figurado no município de Salto do Itararé, quais elementos me fizeram refletir sobre sua origem e formação?
- 9) Quem são os kaingang hoje? Onde encontro os descendentes do aldeamento citado na pesquisa, próximo ao que vira a se tornar o núcleo urbano de salto do Itararé?
- 10) Quais são as marcas da colonização do “Norte Pioneiro” e de Salto do Itararé?

De posse das respostas às atividades dissertativas, sugerimos tabular os dados coletados, com o objetivo de confrontar o diagnóstico inicial e o diagnóstico final. A comparação deverá ser apresentada aos estudantes que, convidados à reflexão sobre os resultados do trabalho, podem tomar consciência da sua própria aprendizagem, destacando os pontos dentro da apresentação tabular, que demonstrem uma mudança de pensamento em relação às origens e formação do “Norte Pioneiro” e Salto do Itararé. Abrindo espaço para opiniões a respeito de ter ocorrido uma tomada de consciência por parte do corpo discente, pode-se procurar identificar quais mudanças de pensamento transcorreram no decorrer do projeto realizado, considerando o conhecimento acerca do contexto social, político e econômico em que estão inseridos, reconhecendo-se como sujeito histórico, com respeito à diversidade, a percepção das permanências e mudanças no decorrer da história de sua região e localidade.

Assim esperamos que essas atividades dissertativas venham a desempenhar um papel de análise avaliativa, objetivando fazer um levantamento do conhecimento adquirido pelo discente, numa concepção de aprendizagem histórica. Encerramos essa sequência didática, destacando que foi elaborada com pensamento de ser trabalharmos nas séries do Ensino Médio, mas que fica aberta a alterações e adequações, para que a mesma seja utilizada com os alunos e alunas das séries dos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Como atividade de encerramento, projetamos a organização de uma exposição no colégio, com a participação da comunidade escolar e saltense. Neste momento, sugere-se a exibição de cartazes, divididos por temas e montados pelos discentes, referentes à questão indígena no município, com os mapas de temporalidades diferentes da região do entorno de Salto do Itararé, com documentos oficiais que registram o desenvolvimento administrativo e político de Salto do Itararé, e, por fim, com fotografias utilizadas na sequência didática, as que foram produzidas pelos próprios alunos e outras trazidas pelos estudantes de décadas anteriores, retratando as permanências e mudanças relacionadas à comunidade saltenses. Assim, com permissão da direção escolar, após cedido espaço para tal exposição, propomos convidar a comunidade escolar e saltense a conhecerem a exibição formada pelos alunos e alunas sobre as temáticas de história regional, local e indígena e discutir sobre a relação entre o passado e o presente de nosso município.

Como já mencionado, pensamos essa sequência didática para alunos e alunas do Ensino Médio, mas não exclusivamente para essa fase de ensino. Esperamos que a presente pesquisa seja utilizada em outras etapas da Educação Básica também, tornando-se uma proposta aberta, permitindo que os profissionais do ensino de História possam adequá-la à realidade e contexto de suas turmas. O que produzimos não é um guia imutável sobre a história regional e local do “Norte Pioneiro” e de Salto do Itararé, mas uma, dentre muitas possibilidades que podem servir de incentivo a novas maneiras de se trabalhar essas temáticas em sala de aula. Outros trabalhos virão, com uso de recursos não evidenciados nesta sequência didática, como produções próprias dos docentes e discentes, formando um esforço coletivo na busca de fontes históricas, tão escassas em pesquisas locais. Enfim, não intencionamos tirar autonomia do professor da disciplina de História, ao trabalhar o material pedagógico fruto de nossas pesquisas, mas cooperar para um ensino de

História que atinja seus objetivos ligados ao desenvolvimento do raciocínio histórico e à prática da cidadania, a partir do trabalho com a história local e regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de História nas escolas públicas brasileiras de Educação Básica está envolto por desafios constantemente, com uma educação cada vez mais tecnicista e profissionalizante, voltada para inserir mão de obra no mercado de trabalho, principalmente no Ensino Médio. Com isso, tem se deixado de lado uma educação mais humana, de respeito à diversidade. Neste contexto, essa pesquisa foi ao encontro de fomentar no ensino de História uma visão mais popular da História, destacando personagens antes ignorados dos relatos sobre a história regional e local, como a população indígena.

Inseriu-se nesse contexto a busca por fontes e materiais que pudessem trazer para o ambiente da sala de aula o conhecimento por parte dos educandos da origem e formação de sua localidade. Foi buscado ressaltar uma ótica da pluralidade de protagonistas na gênese de sua região visualizada pelo “Norte Pioneiro”, e sua localidade do município de Salto do Itararé, partindo da premissa de aprendizagem a partir da realidade do educando, pois o despertar para o passado deve fazer sentido ao jovem. Como reforça Aline Aparecida Pereira Zacheu:

Acreditar que tudo o que precisamos em sala de aula já está pronto em livros didáticos ou currículos prescritivos somente complica mais o trabalho do professor. É necessário abrimos os olhos e perceber que nem sempre o que nos é ofertado na escola é o essencial ou integral, é necessário algo mais, algo que acenda no estudante para a aprendizagem constante e significativa (ZACHEU, 2015, p. 25).

A partir dessa premissa, de trazer algo mais para o ambiente da sala, trilhamos um caminho que se descortina nessa dissertação buscando melhorias no processo de ensino aprendizagem do ensino de História. Destacamos que essa pesquisa não deve ser entendida como um fim, mas como uma proposição de abertura e diálogo para futuras pesquisas, que tragam temporalidades e focos diferentes dos apresentados. Ela foi realizada com a intenção de contribuir para a interação entre professor e aluno, propiciar momentos de reflexão e críticas sobre a forma como aprendemos sobre a história de nossa localidade. Esperamos, assim, que esse trabalho possa concorrer, enquanto material pedagógico, para incentivo às discussões sobre o papel dos personagens e culturas, com destaque para as indígenas, na formação de municípios e localidades, contribuindo para a construção de valores e

atitudes de respeito à diversidade cultural da região do “Norte Pioneiro” e de Salto do Itararé.

Na elaboração de nosso trabalho, propomos no capítulo inicial um retrospecto da disciplina de História, investigando as tramas que envolvem o ensino escolar da ciência histórica, buscando possibilidades de significação da história regional e local. Para isso, utilizamos bibliografias que tratam sobre a história do ensino de História, sobre as possibilidades e limites da história regional, local e indígena, como as aulas da disciplina História do Ensino de História e autores como Circe Maria Fernandes Bittencourt (2018), Elza Nadai (1993), José Ricardo Oriá Fernandes (1995), Erivaldo Cavalcanti (2018), Manuela Carneiro da Cunha (2012), Maria Regina Celestino de Almeida (2017), entre outros.

Sequencialmente, no segundo capítulo, buscamos tratar sobre a ocupação e reocupação da região nordeste do estado do Paraná, chamada de “Norte Pioneiro” e do município de Salto do Itararé. A partir da leitura de bibliografia e pesquisa documental, formamos escrita sobre essa (re)ocupação regional e local, destacando a questão da invisibilização da população originária na formação dos municípios do “Norte Pioneiro” e em Salto do Itararé.

No terceiro capítulo, atendendo às demandas do mestrado profissional, demos forma a um projeto educativo, figurado em uma sequência didática com temáticas duplas. Primeiro, sobre a colonização e reocupação do território, realçando a invisibilização das populações indígenas. Segundo, sobre os documentos oficiais que representam a autoridade política instituída, além de imagens e fotografias que expõem o cotidiano da sociedade saltense que vai se estruturando.

Apontamos a importância do trabalho desenvolvido, considerando tratar de uma localidade com poucas fontes históricas disponíveis, por ser um município pequeno – em relação à quantidade de habitantes – que dispõe de escassos recursos voltados à conservação e manutenção de um patrimônio histórico. Contando com bibliografias elaboradas por memorialistas, houve complexidade na seleção e organização desses documentos: escritos, imagens, mapas e fotografias. Objetivando o desenvolvimento de um projeto educativo, que não se esgota neste texto, buscamos construir uma possibilidade de interpretação junto aos estudantes desses documentos que selecionamos e organizamos.

Destacamos que, praticamente, nunca foram trabalhadas as temáticas de história regional e local, com estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental e

Ensino Médio, no município de Salto do Itararé. Assim, ao terem contato com nosso trabalho, buscamos oportunizar a esses jovens discutirem uma história que também lhes pertence, que faz parte de suas vidas, das vidas de suas famílias e de sua comunidade. Dessa forma, nossa intenção foi a de possibilitar um autoconhecimento que se desdobra sobre sua região e localidade, seguindo as pegadas que culminam na atual sociedade saltense, sobressaindo-se o aprendizado sobre as relações de poder na origem e formação de municípios, a tomada de consciência sobre a diversidade presente nessa formação, sobre a importância dos elementos naturais e as consequências das intervenções humanas, mesmo em um pequeno município, pequeno no tamanho, de cerca de cinco mil habitantes que é Salto do Itararé, mas nunca em importância.

REFERÊNCIAS

- ALBURQUERQUE JR, Durval Muniz de. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história? *In*: GONÇALVES, Márcia de Almeida (Org.) **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: FGV, p. 21-39, 2012.
- ALMEIDA, Lígia Rodrigues de. **Os Tupi Guarani de Barão de Antonina – SP: migração, território e identidade.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 37, n. 75, p. 17-38, 2017.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, Coleção FGV de bolso, Série História, 2010.
- ARAÚJO, Sílvia Isabel Brochado. **“Só se ama o que se conhece...”:** Contributos da História local no Ensino da História. Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário orientado pelo professor Doutor Luís Alberto Marques Alves. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, setembro de 2017.
- BANIWA, Gersem. Entrevista: Gersem José dos Santos Luciano – Gersem Baniwa. [Entrevista concedida a Maria Aparecida Bergamaschi] **Revista História Hoje,** Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 127-148, 2012.
- BARBOSA, Vilma de Lurdes Barbosa. Ensino de História Local: redescobrimo sentidos. **SAECULUM - Revista de História,** n. 15, João Pessoa, jul./dez. 2006, p. 57-85.
- BARROS, Carlos Henrique Faria de. Ensino de História, Memória e História Local. **Criar Educação - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação,** Criciúma, v. 2, n. 2, p. 1-23, 2013.
- BARROS, José D’ Assunção. História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço. **Revista Mouseion,** v. 3, n. 5, jan./jul., 2009.
- BARROS, José D’ Assunção. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional,** Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 95-129, 2005.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos.** 2. ed. Editora Cortez: São Paulo, 2008.
- BITTENCOURT, Circe Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. Ensino de Humanidades. **Estudos Avançados,** v. 32, n. 93, 2018. DOI: 10.5935/0103-4014.20180035.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação, 2018.

Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit e.pdf. Acesso em: 07 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.645/2008** – 10/03/2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-

[2010/2008/lei/l11645.htm#:~:text=Altera%20a%20Lei%20no,Afro%2DBrasileira%20e%20Ind%C3%ADgena%E2%80%9D](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm#:~:text=Altera%20a%20Lei%20no,Afro%2DBrasileira%20e%20Ind%C3%ADgena%E2%80%9D). Acesso em: 07 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 601/1850** – 18/09/1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim601.htm. Acesso em: 07 abr. 2022.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 155, de 2008**. Dá nova redação ao § 4º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília-DF – Publicado no diário do Senado Federal, de 30/04/2009.

BRIGHENTI, Clóvis Antônio. Colonialidade e decolonialidade no ensino da História e Cultura Indígena. *In*: SOUZA, Fábio Feltrin; WITTMANN, Luísa Tombini.

Protagonismo indígena na história. Tubarão: Copiart, 2016, p. 231-250.

CARSTEN, Aluizio Alfredo. Memorialistas, Viajantes e Indígenas na Bacia do Rio das Cinzas no Paraná. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL: MEMÓRIA, DEMOCRACIA E JUSTIÇA, 11, 2012, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro, 2012.

CARSTEN, Aluizio Alfredo. **Ocupação humana da bacia do rio das Cinzas**: Uma história de povos sem história. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História – PPH, Universidade Estadual de Maringá, 2012.

CARVALHO, Luiz Gonzaga. **Barão de Antonina**: o despertar de uma cidade. Taquarituba, SP: Gráfica Editora, 2014.

CAVALCANTI, Erinaldo. História e história local: desafios e possibilidades. **Revista História Hoje**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 272-292, 2018.

CHAVES, José Olivenor Souza; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. História local e o ensino de História. *In*: MAGALHÃES JR, Antônio Germano; ARAÚJO, Fátima Maria Leitão (orgs.). **Ensino & Linguagens da História**. Fortaleza: EdUECE, 2015, p. 129-152.

COSTA NETO, Tomé Soares da. NASCIMENTO, Francisco de Assis de Souza. O Ensino de História Local nas escolas públicas brasileiras: uma análise bibliográfica. **Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI**, Teresina, v. 6, n. 2, p. 99-117, jul./dez. 2017.

CERRI, Luís Fernando. Cidade e Identidade. Região e Ensino de História. *In*: ALEGRO, Regina Célia. MOLINA, Ana Heloísa. CUNHA, Maria de Fátima. SILVA, Lúcia Helena Oliveira de (orgs.). **Temas e Questões para o Ensino de História do Paraná**. Londrina: Eduel, 2013, p. 27- 42.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: História, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CUNHA, Manuela Carneiro da. O futuro da Questão Indígena. Universidade Federal do Ceará. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 28, n. 1-2, p. 105-114, 1997.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Documentos cedidos via e-mail consultasai@seap.pr.gov.br. Disponível em: <https://www.administracao.pr.gov.br/ArquivoPublico>.

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michele; SCHNEUWLY, Bernard. Sequências didática para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. *In*: DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY Bernard. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e Organização de Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2004, p. 95-128.

DONNER, Sandra Cristina. História Local: discutindo conceitos e pensando na prática. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 11, 2012, Rio Grande. **Anais [...]**. Rio Grande, 2012.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Um lugar na escola para a História Local. **Ensino em Re-vista**, Uberlândia, v. 4, n. 1, p. 43-51, jan./dez. 1995.

FERREIRA, Antonio Carlos. **Salto do Itararé: origens e formação**. Coleção origens e formação dos municípios paranaenses. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2000.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Municípios paranaenses: origens e significados de seus nomes**. Projeto Cadernos Paraná da Gente, Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

GONÇALVES, Márcia de A. História local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância. *In*: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlete M.; MAGALHÃES, Marcelo de S. (orgs.) **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Coleção de mapas do IBGE**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa207407>. Acesso em: 02 fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Índios da América do Sul, Curt Nimuendaju, 1883-1945**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Mapa Etno – Histórico do Brasil e regiões adjacentes. Adaptado do mapa de Curt Nimuendaju (1944). Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=214278&view=detalhes>. Acesso em: 02 fev. 2022.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora: PUC-RJ, 2006.

LINO, Anderson. **A História do Senhor Bom Jesus da Cana Verde**: conflitos e celebrações em torno de uma imagem religiosa (Siqueira Campos – PR, 1933). Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009.

MACEDO, Helder Alexandre de Medeiros de. De como se constrói uma História Local: Aspectos da produção e da utilização no Ensino de História. *In*: ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. FAGUNDES, José Evangelista. ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da. **Reflexões sobre História Local e Produção de Material Didático** (orgs.). Natal: EDUFERN, 2017.

MACHADO, André Roberto de Arruda. Entre o nacional e o regional: Uma reflexão sobre a importância dos recortes espaciais na pesquisa e no ensino da História. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 24, jul., p. 293-319, 2017.

MARTINS, Gelise Cristine Ponce. FRANCISCON, Moisés Vagner. O indígena na ocupação norte do Paraná: o mito do vazio demográfico. **Revista Percursos – NEMO**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 53 – 73, 2018.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução de Ary França e Raul de Andrade Silva. São Paulo: Hucitec – Polis, 1984.

MORENO, Jean Carlos. Pensar a história escolar: desafios e propostas. *In*: RIBEIRO, Jakson dos Santos (org.). **O ensino de história local na sala de aula**: fontes, objetos e metodologias. Ponta Grossa - PR: Atena, Capítulo 3, p. 30-43, 2021.

MORENO, Jean Carlos. Revisitando o conceito de identidade nacional. *In*: RODRIGUES, Cristina Carneiro., LUCA, Tânia Regina de; GUIMARÃES, Valéria (orgs.) **Identidades brasileiras**: composições e recomposições. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, p. 7-29.

MORENO, Jean Carlos. Por textos e contextos: identidade e aprendizagem histórica. *In*: MOLINA, Ana Heloísa; FERREIRA, Carlos Augusto Lima. **Entre textos e contextos**: caminhos do ensino de História. 1 Ed. Curitiba: CRV, v. 01, 2016, p. 449-470.

MUNAKATA, Kazumi. Da didática da História à história da História ensinada. **Revista História Hoje**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 251-267, 2013.

MUSSALAM, Renê. **Norte Pioneiro do Paraná**: formação e crescimento através dos censos. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 25/26, p. 143-162, set. 92/ago.93.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury, **Proj. História**, São Paulo, v. 10, dez. 1993.

NUNES, Neila Ferraz Moreira. História Local: conceitos, trajetória, razões e desafios. **Revista Científica Multidisciplinar UNIFLU**, Campos dos Goytacazes, v. 5, n. 2, jul./dez. 2020.

NUNES, Ironilda Viana. BIANCHEZZI, Clarice. **O Ensino de História Local: desafios e superação em uma experiência na escola pública**. v. 1, 4. ed. Campina Grande: Realize Editora, 2015.

OLIVEIRA, Susane Rodrigues. Ensino de História Indígena: Trabalhando com Narrativas Coloniais e Representações Sociais. *In*: PORTUGAL, Ana Raquel; HURTADO, Liliane Regalado Cossio. (orgs.). **Representações Culturais da América Indígena**. 1. ed., São Paulo: Editora UNESP, 2015.

PARANÁ. **Decreto nº 33, de 21/01/1901**. Departamento de Arquivo Público do Paraná.

PARANÁ. **Educação Escolar Indígena**. *In*: Cadernos Temáticos Desafios Educacionais Contemporâneos. Secretaria de Estado da Educação, SEED/PR, 2006. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/educacao_escolar_indigena.pdf. Acesso em: 02 fev. 2022.

PARANÁ. **Indicação CEE/PR N°04/21 – 29/07/2021**. Institui as Diretrizes Curriculares Complementares do Ensino Médio e o Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná. Conselho Estadual de Educação do Paraná. Disponível em: http://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/documento/2021-08/deliberacao_04_21.pdf. Acesso em: 07 abr. 2022.

PARANÁ. Instituto Água e Terra. Coletânea de Mapas Históricos do Paraná. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Coletanea-de-Mapas-Historicos-do-Parana>. Acesso em: 02 fev. 2022.

PARANÁ. **Instrução Normativa Conjunta N° 008/2021 – 17/12/2021** Dispõe sobre a Matriz Curricular do novo modelo de oferta para o Ensino Médio na rede pública estadual de ensino do Paraná a partir do ano letivo de 2022. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-12/008_InstrucaoNormativaConjunta_MatrizCurricular_NEM_republicaestadualdeensinodoPr.pdf. Acesso em: 07 abr. 2022.

PARANÁ. **Lei nº 4245, de 25/07/1960**. Publicada no DOE nº 119, de 28/07/1960, Arquivo Público.

PARANÁ. **Lei Ordinária Nº 13381** - 18/12/2001. Torna obrigatório no Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública de Estadual de Ensino, conteúdos da disciplina história do Paraná. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-13381-2001-parana-tornaobrigatorio-no-ensino-fundamental-e-medio-da-rede-publica-estadual-deensino-conteudos-da-disciplina-historia-do-parana>. Acesso em: 07 abr. 2022.

PEREIRA, Sirineu Mota. **Bruacas e bugigangas: as origens da colonização de Santana do Itararé e região**. Itapetininga, SP: Gráfica Regional, 2012.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Trad. Monique Augras, Edição Dora Rocha. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-2012.

RAMOS, Igor Guedes; ALVES, Samira Ignácio. Índios: Um silêncio ao Norte do Paraná. *In*: ALEGRO, Regina Célia. MOLINA, Ana Heloísa. CUNHA, Maria de Fátima. SILVA, Lúcia Helena Oliveira de (orgs.). **Temas e Questões para o Ensino de História do Paraná**. Londrina: Eduel, 2013, p. 173-196.

SALTO DO ITARARÉ. **Ata N.º01, do dia 29/11/1961**. Câmara Municipal de Vereadores do município de Salto do Itararé. Salto do Itararé, 2021.

SALTO DO ITARARÉ. **Livro Tombo da Paróquia de Santo Antonio de Pádua**. Salto do Itararé. Livro Tombo, 1994-2012, p. 1-2.

SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. Tradução de Zena Winoma Eisenberg. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, nº 19, set.1989/fev.90, p. 219-243.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. História do Ensino de História no Brasil: uma proposta de periodização. **Revista História da Educação - RHE**, Porto Alegre, v. 16, n. 37, maio/ago. 2012, p. 73-91.

SCHKALEI, Cleiton Alexandre. Índios, caboclos e europeus: uma percepção sobre os pioneiros no estado do Paraná. SEMINÁRIO ESTADUAL DE ESTUDOS TERRITORIAIS: II JORNADA DE PESQUISADORES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO PARANÁ, 7, 2, 2014. **Anais [...]**. Ponta Grossa, 2014.

SIQUEIRA, Francisca Jacira Freire de Souza. CARDOSO, Evaldo Carlos de Oliveira. CÉSAR, Ana Cristina Gobbo. O ensino de história local e do Brasil na construção da cidadania. **Revista Ciências Humanas - UNITAU**, Taubaté, v. 5, n. 1-2 - Espacial, p. 156-174, jan./dez., 2012.

SOUZA, Joaquim Vicente. **Norte pioneiro – Norte velho, Siqueira Campos no cenário do norte do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2007.

SOUZA, Caio Murilo de. LIMA, Pe. Luiz Fernando de. **Cinquentenário da Paróquia Santo Antonio de Pádua**. Salto do Itararé, 2013.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. A disciplina de História no império brasileiro. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. 17, p. 1-10, mar. 2005.

TOMAZI, Nelson Dácio. **Norte do Paraná: histórias e fantasmagorias**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

TOMAZI, Nelson Dácio. Tempo, História e Cronologia. **Revista História & Ensino**. Londrina, v. 8, edição especial, p. 27-36, out. 2002.

VIANA, José Italo Bezerra. **História Local**. Sobral: Editora Inta, 2016.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Norte Velho, Norte Pioneiro**. Gráfica Vicentina, Curitiba, 1987.

WESTIN, Ricardo. Há 170 anos, Lei de Terras oficializou opção do Brasil pelos latifúndios. **Agência Senado**, 14 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios#:~:text=Em%2018%20de%20setembro%20de,e%20n%C3%A3o%20em%20pequenas%20propriedades.&text=O%20projeto%20da%20Lei%20de,redigido%20por%20conselheiros%20do%20imperador>. Acesso em: 02 fev. 2022.

WIKIMEDIA. Mapa do Paraná – município de Salto do Itararé. **Wikimedia**, 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Salto_do_Itarar%C3%A9#/media/Ficheiro:Parana_Municip_Saltodoultarare.svg. Acesso em: 02 fev. 2022.

WIKIPÉDIA. Paraná Mesorregiões Norte Pioneiro. **Wikipédia**, 2022. Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Parana_Meso_NortePioneiroParanaense.svg. Acesso em: 02 fev. 2022.

ZACHEU, Aline Aparecida Pereira. Proposta de uma sequência didática que trate da História Rural do Brasil e da formação da consciência histórica. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Docência para a Educação Básica da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita: Faculdade de Ciências, Campus Bauru, 2015.